



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

ATA 24ª. SESSÃO EXTRAORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS, REALIZADA A 14 DE NOVEMBRO DE 2023

ATA Nº. 28 / 2023

ÍNDICE

1. ABERTURA DA REUNIÃO
2. ORDEM DE TRABALHOS
3. PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA
 - 3.1. SR.ª PRESIDENTE DA A.M.
 - 3.2. APROVAÇÃO DE ATAS
 - 3.2.1. ATA DA VIGÉSIMA TERCEIRA SESSÃO EXTRAORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS, REALIZADA A VINTE E QUATRO DE OUTUBRO DE DOIS MIL E VINTE E TRÊS – ATA NÚMERO VINTE E SETE, DE DOIS MIL E VINTE E TRÊS
 - 3.2.1.1. VOTAÇÃO
 - 3.3. VOTO DE PESAR PELO FALECIMENTO DE NUNO CALVET, APRESENTADO PELO PARTIDO SOCIALISTA
 - 3.3.1. VOTAÇÃO
- 3.4. SR. DEPUTADO JOÃO RAFAEL SANTOS (CDU)
- 3.5. SR.ª DEPUTADA FÁTIMA RODRIGUES (IN-OV)
- 3.6. SR.ª DEPUTADA DIANA GONÇALVES (IN-OV)
- 3.7. SR. DEPUTADO FRANCISCO O'NEILL MARQUES (CH)
- 3.8. SR.ª DEPUTADA CELINA MENDONÇA (IN-OV)
- 3.9. SR. DEPUTADO ANTÓNIO VICENTE (IN-OV)
- 3.10. SR.ª DEPUTADA SÓNIA GONÇALVES (PSD)
- 3.11. SR. DEPUTADO JORGE PRACANA (PSD)
- 3.12. SR. DEPUTADO DAVID FERREIRA (EO)

- 3.13. SR.^a DEPUTADA ALEXANDRA TAVARES DE MOURA (PS)
- 3.14. SR. DEPUTADO JOÃO VIEGAS (IN-OV)
- 3.15. SR. DEPUTADO EDNILSON SANTOS (IN-OV)
- 3.16. SR.^a PRESIDENTE DA A.M.
- 3.17. SR. DEPUTADO DAVID FERREIRA (EO)
- 3.18. SR.^a PRESIDENTE DA A.M.
- 3.19. SR. DEPUTADO FRANCISCO O'NEILL MARQUES (CH)
- 3.20. SR.^a PRESIDENTE DA A.M.
- 3.21. SR. VICE-PRESIDENTE DA C.M.O.
- 3.22. SR.^a PRESIDENTE DA A.M.
- 3.23. SR.^a DEPUTADA MÓNICA ALBUQUERQUE (EO)
- 3.24. SR. VICE-PRESIDENTE DA C.M.O.
- 3.25. SR.^a PRESIDENTE DA A.M.
- 3.26. SR.^a DEPUTADA MÓNICA ALBUQUERQUE (EO)
- 3.27. SR.^a PRESIDENTE DA A.M.
- 3.28. SR.^a DEPUTADA MÓNICA ALBUQUERQUE (EO)
- 3.29. SR.^a PRESIDENTE DA A.M.
- 3.30. SR.^a DEPUTADA MÓNICA ALBUQUERQUE (EO)
- 3.31. SR.^a PRESIDENTE DA A.M.
4. PERÍODO DA ORDEM DO DIA
- 4.1. APRECIÇÃO DA PROPOSTA CMO N.º 866/2023 – DMOGAH - RELATIVA AO PLANO ESTRATÉGICO DA EMPRESA PARQUES TEJO, E.M. 2023/2026 - APRECIADA
- 4.2. APRECIÇÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA CMO N.º 867/2023 – GCAJ - RELATIVA À PARQUES TEJO, E.M. – DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIAS - APROVAÇÃO DE CONTRATO PROGRAMA E ATRIBUIÇÃO DE SUBSÍDIO À EXPLORAÇÃO NO



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

DOMÍNIO DA ORGANIZAÇÃO, PLANEAMENTO, DESENVOLVIMENTO E ARTICULAÇÃO DAS REDES E LINHAS DO SERVIÇO PÚBLICO DE TRANSPORTE DE PASSAGEIROS, NO QUE SE REFERE ESPECIFICAMENTE AO PROJETO SATUO

4.2.1. VOTAÇÃO

4.2.1.1. SR.^a DEPUTADA MÓNICA ALBUQUERQUE (EO) - DECLARAÇÃO DE VOTO

4.3. APRECIACÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA CMO N.º 869/2023 – GCAJ - RELATIVA À PARQUES TEJO, E.M. – DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIAS - APROVAÇÃO DE CONTRATO PROGRAMA E ATRIBUIÇÃO DE SUBSÍDIO À EXPLORAÇÃO NO DOMÍNIO DAS CONTRAORDENAÇÕES RODOVIÁRIAS

4.3.1. VOTAÇÃO

4.4. APRECIACÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA CMO N.º 872/2023 – DMAG/DFP/DPOC - RELATIVA AO IMPOSTO MUNICIPAL SOBRE IMÓVEIS (IMI) RESPEITANTE AO ANO DE 2023 A LIQUIDAR EM 2024

4.4.1. VOTAÇÃO

4.4.1.1. SR. DEPUTADO JORGE RATO (PS)

4.5. APRECIACÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA CMO N.º 873/2023 – DMAG/DFP/DPOC - RELATIVA AO IMPOSTO SOBRE O RENDIMENTO DE PESSOAS SINGULARES (IRS) PARA 2024

4.5.1. VOTAÇÃO

4.6. APRECIACÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA CMO N.º 874/2023 – DMAG/DFP/DPOC - RELATIVA AO LANÇAMENTO DE DERRAMA RELATIVA AO ANO DE 2023 A SER COBRADA EM 2024

4.6.1. VOTAÇÃO

4.7. APRECIACÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA CMO N.º 875/2023 – DMAG/DFP/DPOC - RELATIVA À TAXA MUNICIPAL DOS DIREITOS DE PASSAGEM (TMDP)

4.7.1. VOTAÇÃO

- 4.7.1.1. SR. DEPUTADO JORGE RATO (PS) - DECLARAÇÃO DE VOTO
- 4.8. APRECIÇÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA CMO N.º 901/2023 – DMEDSC/DDS/DCS
- RELATIVA AOS ACERTOS RELATIVOS AO PROCESSO DE COMPARTICIPAÇÃO
FINANCEIRA ÀS UNIÕES DE FREGUESIA E À JUNTA DE FREGUESIA DE PORTO
SALVO PARA FUNCIONAMENTO DOS ESTABELECIMENTOS DE INFÂNCIA – 2.º
TRIMESTRE DE 2023
- 4.8.1. VOTAÇÃO
- 5. INTERVENÇÃO DO PÚBLICO
- 5.1. SR. JOÃO PAULO SARAIVA, REPRESENTANTE DA APROSOC - ASSOCIAÇÃO DE
PROTEÇÃO E SOCORRO
- 5.2. SR.ª MARIA LUÍS MORENO, MUNÍCIPE DE LISBOA
- 5.3. SR.ª PRESIDENTE DA A.M.
- 5.4. SR. PRESIDENTE DA C.M.O.
- 5.5. SR. DEPUTADO ANTÓNIO VICENTE (IN-OV)
- 5.6. SR.ª PRESIDENTE DA A.M.
- 5.7. SR.ª DEPUTADA MÓNICA ALBUQUERQUE (EO)
- 6. SR.ª PRESIDENTE DA A.M.
- 7. ENCERRAMENTO DA REUNIÃO



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

| ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS | | | |
|------------------------------------|----|---|---|
| VOTAÇÃO: - 2.ª reunião | | | |
| 12-12-2023 | | | |
| GRUPOS POLITICOS MUNICIPAIS | S | N | A |
| IN-OV | 13 | | |
| PS | 3 | | |
| PSD | 2 | | |
| EO | 2 | | |
| CDU | 1 | | |
| IL | 1 | | |
| CH | 1 | | |
| PAN | 1 | | |
| INNOVAR ALGÉS | 1 | | |
| INNOVAR BARCARENA | 1 | | |
| INNOVAR CARNAXIDE | 1 | | |
| INNOVAR OUEIJAS | 1 | | |
| INNOVAR OEIRAS | 1 | | |
| PAÇO DE ARCOS | 1 | | |
| INNOVAR PORTO SALVO | 1 | | |
| S=A FAVOR • N=CONTRA • A=ABSTENÇÃO | | | |

-----ATA DA 24ª. SESSÃO EXTRAORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA

-----MUNICIPAL DE OEIRAS, REALIZADA A 14 DE NOVEMBRO DE

-----ATA Nº. 28 / 2023 -----

----- Aos catorze dias do mês de novembro de dois mil e vinte e três, no Auditório Municipal, sito no Edifício da Biblioteca Municipal de Oeiras, reuniu a Assembleia Municipal de Oeiras sob a Presidência da Senhora Elisabete Maria de Oliveira Mota Rodrigues de Oliveira, tendo como Primeiro Secretário o Senhor Rui Pedro Gersão Lapa Miller e como Segundo Secretário o Senhor Nuno Miguel de Oliveira Custódio. -----

1. ABERTURA DA REUNIÃO -----

----- Pelas quinze horas e vinte e cinco minutos, a Senhora Presidente declarou iniciada a Vigésima Quarta Sessão Extraordinária da Assembleia Municipal de Oeiras, procedendo de imediato à chamada, tendo sido verificada a presença de trinta e três Deputados Municipais e cinco Presidentes de Junta e Uniões de Freguesia (Elisabete Maria de Oliveira Mota Rodrigues de Oliveira, António Maria Balcão Vicente, António Pita de Meireles Pistacchini Moita, Maria de Fátima dos Santos Rodrigues, Rui Manuel Pessanha da Silva, Ednilson Gilberto Lopes Fernandes Sousa dos Santos, Maria Paula Neto Figueira Martins da Silva, José Maria Godinho Montezo, Rui Pedro Gersão Lapa Miller, António Maria Passos Rosa Lopes da Costa, Domingos Ferreira Pereira dos Santos, Diana Leonor Alves Gonçalves, Nuno Miguel de Oliveira Custódio, Celina Maria Quintas Nascimento Mendonça, João Carlos Macedo Viegas, Isabel Cristina Gomes dos Santos Silva Lourenço, Maria Carolina Candeias Tomé, Diogo Manuel Henrique Nobre Félix Barreto, Alexandra Nunes Esteves Tavares de Moura, Jorge Manuel Damas Martins Rato, Maria de Fátima da Silva Fernandes Brito Filipe, Ricardo Correia Fernandes, Jorge Manuel Madeiras Silva Pracana, Sónia Maria Antas de Barros Amado Gonçalves, Miguel Martins Galvão da Cruz Bugalho, Mónica

dos Santos Albuquerque Correia, David Machado Ferreira, Tomás Perestrelo de Vasconcelos Cardoso Pereira, Carlos Alberto de Sousa Coutinho, João Rafael Marques Santos, Romeu Rabaça Monteiro, Francisco O'Neill Marques, Ana Sílvia Rodrigues Paixão Ferreira Marques, João Manuel d' Oliveira Antunes, Bárbara Cristina Farinha Nunes Silva, Inigo Arcanjo da Cunha Fialho e Pereira, Maria Madalena Pereira da Silva Castro e Dinis Penela Antunes) desta Assembleia Municipal.- -----

-----Os Senhores Deputados Diogo Mota Rodrigues de Oliveira e António Rita Martins Caro, do Grupo Político Municipal Isaltino Inovar Oeiras e Sílvia Maria Mota dos Santos, do Partido Socialista, pediram a sua substituição, tendo sido substituídos pelos Senhores Deputados Maria Carolina Candeias Tomé e Diogo Manuel Henrique Nobre Félix Barreto, do Grupo Político Municipal Isaltino Inovar Oeiras, e Ricardo Correia Fernandes, do Partido Socialista.-----

-----Representaram a Câmara Municipal de Oeiras o Senhor Presidente Isaltino Afonso Morais, o Senhor Vice-Presidente Emanuel Francisco dos Santos Rocha de Abreu Gonçalves e os Senhores Vereadores Ana Filipa Laborinho de Fonseca, Teresa Alexandra de Matos Santos Simões Vaz de Bacelar, Susana Isabel Costa Duarte, Nuno Ricardo Ribeiro de Almeida Neto e Carla Cristina Teixeira Rocha.-----

2. ORDEM DE TRABALHOS -----

-----Foi estabelecida para a presente reunião a seguinte Ordem de Trabalhos:-----

1. Apreciação da Proposta CMO N.º 866/2023 – DMOGAH - relativa ao Plano Estratégico da Empresa Parques Tejo, E.M. 2023/2026; -----
2. Apreciação e Votação da Proposta CMO N.º 867/2023 – GCAJ - relativa à Parques Tejo, E.M. – Delegação de Competências - Aprovação de contrato programa e atribuição de subsídio à exploração no domínio da organização, planeamento, desenvolvimento e articulação das redes e linhas do serviço público de transporte de passageiros, no que se refere especificamente ao Projeto SATUO;-----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

3. Apreciação e Votação da Proposta CMO N.º 869/2023 – GCAJ - relativa à Parques Tejo, E.M. – Delegação de Competências - Aprovação de contrato programa e atribuição de subsídio à exploração no domínio das contraordenações rodoviárias; -----
4. Apreciação e Votação da Proposta CMO N.º 872/2023 – DMAG/DFP/DPOC - relativa ao Imposto Municipal sobre Imóveis (IMI) respeitante ao ano de 2023 a liquidar em 2024; -----
5. Apreciação e Votação da Proposta CMO N.º 873/2023 – DMAG/DFP/DPOC - relativa ao Imposto sobre o Rendimento de Pessoas Singulares (IRS) para 2024; -----
6. Apreciação e Votação da Proposta CMO N.º 874/2023 – DMAG/DFP/DPOC - relativa ao Lançamento de Derrama relativa ao ano de 2023 a ser cobrada em 2024; -----
7. Apreciação e Votação da Proposta CMO N.º 875/2023 – DMAG/DFP/DPOC - relativa à Taxa Municipal dos Direitos de Passagem (TMDP);-----
8. Apreciação e Votação da Proposta CMO N.º 901/2023 – DMEDSC/DDS/DCS - relativa aos Acertos relativos ao Processo de Comparticipação Financeira às Uniões de Freguesia e à Junta de Freguesia de Porto Salvo para funcionamento dos estabelecimentos de infância – 2.º Trimestre de 2023. -----

3. PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA -----

3.1. A Senhora Presidente da A.M. iniciou a Sessão, dizendo o seguinte: -----

----- “Boa tarde a todos.-----

----- Vamos começar os nossos trabalhos. -----

----- Ora bem, como informações tenho a dar o **Pedido de Suspensão de Mandato** da nossa colega Mariana Leitão (IL), por sessenta e um dias, do dia um de novembro a trinta e um de dezembro. Fica em efetividade para este tempo, o Senhor Romeu Monteiro (IL) por se ter verificado indisponibilidade dos elementos da lista que o antecedem.-----

----- Portanto, penso que é o quarto da lista.” -----

3.2. APROVAÇÃO DE ATAS -----

3.2.1. Ata da Vigésima Terceira Sessão Extraordinária da Assembleia Municipal de Oeiras, realizada a vinte e quatro de outubro de dois mil e vinte e três – Ata número vinte e sete, de dois mil e vinte e três-----

3.2.1.1. VOTAÇÃO -----

-----A Senhora Presidente submeteu à votação esta Ata, a qual foi aprovada por unanimidade com vinte e sete a favor, sendo treze do Grupo Político Municipal Isaltino Inovar Oeiras (Elisabete Maria de Oliveira Mota Rodrigues de Oliveira, António Maria Balcão Vicente, Rui Manuel Pessanha da Silva, Ednilson Gilberto Lopes Fernandes Sousa dos Santos, Maria Paula Neto Figueira Martins da Silva, Rui Pedro Gersão Lapa Miller, Domingos Ferreira Pereira dos Santos, Nuno Miguel de Oliveira Custódio, Celina Maria Quintas Nascimento Mendonça, João Carlos Macedo Viegas, Isabel Cristina Gomes dos Santos Silva Lourenço, Maria Carolina Candeias Tomé e Diogo Manuel Henrique Nobre Félix Barreto), três do Partido Socialista (Alexandra Nunes Esteves Tavares de Moura, Jorge Manuel Damas Martins Rato e Maria de Fátima da Silva Fernandes Brito Filipe), três do Partido Social Democrata (Jorge Manuel Madeiras Silva Pracana, Sónia Maria Antas de Barros Amado Gonçalves e Miguel Martins Galvão da Cruz Bugalho), três do Grupo Político Municipal Evoluir Oeiras (Mónica dos Santos Albuquerque Correia, David Machado Ferreira e Tomás Perestrelo de Vasconcelos Cardoso Pereira), um da Coligação Democrática Unitária (João Rafael Marques Santos), um do Partido Chega (Francisco O'Neill Marques), um do Partido Pessoas-Animais-Natureza (Ana Sílvia Rodrigues Paixão Ferreira Marques), um do Grupo Político Municipal Inovar Barcarena (Bárbara Cristina Farinha Nunes Silva) e um do Grupo Político Municipal Inovar Porto Salvo (Dinis Penela Antunes). -----

-----Os Senhores Deputados José Maria Godinho Montezo, do Grupo Político Municipal Isaltino Inovar Oeiras, João Manuel d'Oliveira Antunes, do Grupo Político Municipal Inovar União Algés e Inigo Arcanjo da Cunha Fialho e Pereira, do Grupo Político Municipal Inovar Carnaxide Queijas, não estavam presentes na altura da votação.-----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

----- Os Senhores Deputados António Pita de Meireles Pistacchini Moita, Maria de Fátima dos Santos Rodrigues, António Maria Passos Rosa Lopes da Costa e Diana Leonor Alves Gonçalves, do Grupo Político Municipal Isaltino Inovar Oeiras, Ricardo Correia Fernandes, do Partido Socialista, Carlos Alberto de Sousa Coutinho, da Coligação Democrática Unitária, Romeu Rabaça Monteiro, do Partido Iniciativa Liberal e Maria Madalena Pereira da Silva Castro, do Grupo Político Municipal Inovar Oeiras Paço de Arcos Caxias, não votaram esta Ata, uma vez que não estiveram presentes na reunião a que a mesma diz respeito. -----

3.3. VOTO DE PESAR PELO FALECIMENTO DE NUNO CALVET, APRESENTADO PELO PARTIDO SOCIALISTA-----

----- A **Senhora Presidente da A.M.** leu o Voto de Pesar mencionado em título, que a seguir se transcreve: -----

----- “Nuno Calvet, nasceu em Oeiras, em mil novecentos e trinta e dois vindo a falecer aos noventa e um anos em Viana do Alentejo, a quatro de novembro de dois mil e vinte e três. -----

----- Começou a interessar-se por fotografia na década de mil novecentos e cinquenta, atividade amadora que conciliava com a de técnico de som, segundo informação disponível no “site” oficial do Centro Português de Fotografia.” -----

----- “Meus Senhores, eu estou a ler porque quem nos acompanha online, não tem distribuído, como os Senhores têm, o Voto de Pesar. Por isso eu leio. Mas peço o vosso silêncio.”

----- “Em mil novecentos e sessenta, enquanto fotógrafo amador, ganhou o segundo prémio de um concurso internacional de fotografia a preto e branco, promovido pela revista inglesa Photography. -----

----- Mais tarde profissionaliza-se, passando a trabalhar na fotografia comercial e documental. -----

----- Em mil novecentos e sessenta e nove, publica o livro Fotos-Grafias com poemas de José Carlos Ary dos Santos, e fotografias de sua autoria, livro censurado e apreendido pela PIDE,

só ficando disponível ao público após o vinte e cinco de abril de mil novecentos e setenta e quatro.

-----Foi fotojornalista no Jornal Novo, diário vespertino publicado em Lisboa entre mil novecentos e setenta e cinco e mil novecentos e setenta e sete.-----

-----Ao longo da sua carreira participou em várias exposições, tendo mostrado o seu trabalho em mil novecentos e oitenta e um em Florença e em Milão, em Itália, e na Fundação Calouste Gulbenkian, onde em mil novecentos e oitenta e três apresentou "Além Terra" sobre a terra/campo e as pessoas do Alentejo. -----

-----Co-autor de vários livros, entre os quais "As Mais Belas Cidades de Portugal" (Verbo, mil novecentos e noventa e sete), "Festas e Comerres do Povo Português II", (Verbo, mil novecentos e noventa e nove), em conjunto com Maria de Lourdes Modesto e Afonso Praça, "As Mais Belas Igrejas de Portugal" (Verbo, dois mil) ou "Contemporaneidade" (Lipor, dois mil e nove).-----

-----Nuno Calvet considerava que “sobre a fotografia, as palavras são raramente necessárias, e ao contrário geralmente supérfluas” (Programa Perfil, RTP mil novecentos e setenta e oito).-----

-----A obra de Nuno Calvet está representada na coleção do Centro de Arte Moderna da Fundação Calouste Gulbenkian-----

-----A Assembleia Municipal de Oeiras evoca a vida e obra de Nuno Calvet um filho de Oeiras, manifesta o seu pesar pelo seu falecimento e transmite aos seus familiares e amigos as suas condolências, prestando-lhe uma sentida homenagem, com um minuto de silêncio.-----

-----Este voto deve ser comunicado à família, e publicado no sítio da Assembleia Municipal e, em pelo menos, um jornal de dimensão nacional.”-----

3.3.1. VOTAÇÃO-----

-----A Senhora Presidente submeteu à votação este Voto de Pesar, o qual foi aprovado por unanimidade dos presentes, com trinta e quatro votos a favor, sendo dezassete do Grupo Político



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

Municipal Isaltino Inovar Oeiras (Elisabete Maria de Oliveira Mota Rodrigues de Oliveira, António Maria Balcão Vicente, António Pita de Meireles Pistacchini Moita, Maria de Fátima dos Santos Rodrigues, Rui Manuel Pessanha da Silva, Ednilson Gilberto Lopes Fernandes Sousa dos Santos, Maria Paula Neto Figueira Martins da Silva, Rui Pedro Gersão Lapa Miller, António Maria Passos Rosa Lopes da Costa, Domingos Ferreira Pereira dos Santos, Diana Leonor Alves Gonçalves, Nuno Miguel de Oliveira Custódio, Celina Maria Quintas Nascimento Mendonça, João Carlos Macedo Viegas, Isabel Cristina Gomes dos Santos Silva Lourenço, Maria Carolina Candeias Tomé e Diogo Manuel Henrique Nobre Félix Barreto), quatro do Partido Socialista (Alexandra Nunes Esteves Tavares de Moura, Jorge Manuel Damas Martins Rato, Maria de Fátima da Silva Fernandes Brito Filipe e Ricardo Correia Fernandes), três do Partido Social Democrata (Jorge Manuel Madeiras Silva Pracana, Sónia Maria Antas de Barros Amado Gonçalves e Miguel Martins Galvão da Cruz Bugalho), três do Grupo Político Municipal Evoluir Oeiras (Mónica dos Santos Albuquerque Correia, David Machado Ferreira e Tomás Perestrelo de Vasconcelos Cardoso Pereira), dois da Coligação Democrática Unitária (Carlos Alberto de Sousa Coutinho e João Rafael Marques Santos), um do Partido Iniciativa Liberal (Romeu Rabaça Monteiro), um do Partido Chega (Francisco O'Neill Marques), um do Partido Pessoas-Animais-Natureza (Ana Sílvia Rodrigues Paixão Ferreira Marques), um do Grupo Político Municipal Inovar União Barcarena (Bárbara Cristina Farinha Nunes Silva) e um do Grupo Político Municipal Inovar Porto Salvo (Dinis Penela Antunes). -----

----- Os Senhores Deputados José Maria Godinho Montezo, do Grupo Político Municipal Isaltino Inovar Oeiras, João Manuel d'Oliveira Antunes, do Grupo Político Municipal Inovar União Algés, Inigo Arcanjo da Cunha Fialho e Pereira, do Grupo Político Municipal Inovar Carnaxide Queijas e Maria Madalena Pereira da Silva Castro, do Grupo Político Municipal Inovar Oeiras Paço de Arcos Caxias não estavam presentes na altura da votação. -----

----- Esta deliberação foi aprovada em minuta, a qual se dá por transcrita: -----

-----“**DELIBERAÇÃO N.º 154/2023**-----

-----**VOTO DE PESAR PELO FALECIMENTO DE NUNO CALVET,
APRESENTADO PELO GRUPO POLÍTICO MUNICIPAL DO PS**-----

-----A Assembleia Municipal de Oeiras deliberou por unanimidade dos presentes, com trinta e quatro votos a favor, sendo dezassete do Grupo Político Municipal Isaltino Inovar Oeiras, quatro do Partido Socialista, três do Partido Social Democrata, três do Grupo Político Municipal Evoluir Oeiras, dois da Coligação Democrática Unitária, um do Partido Iniciativa Liberal, um do Partido Chega, um do Partido Pessoas-Animais-Natureza, um do Grupo Político Municipal Inovar União Barcarena e um do Grupo Político Municipal Inovar Porto Salvo, manifestar o seu pesar pelo falecimento de Nuno Calvet transmitindo aos seus familiares e amigos sentidas condolências, prestando-lhe uma sentida homenagem com um minuto de silêncio, bem como comunicar este Voto à família e a sua publicação no sítio da Assembleia e, em pelo menos, um jornal de dimensão nacional.-----

-----Mais foi deliberado, por unanimidade dos presentes, aprovar em minuta esta parte da ata.”-----

-----**Foi feito um minuto de silêncio em memória de Nuno Calvet.**-----

3.4. O Senhor Deputado João Rafael Santos (CDU) fez a seguinte intervenção:-----

-----“É uma questão que tem a ver com uma pergunta que fizemos há quase dois anos, a vinte e um de dezembro de dois mil e vinte e um, e que temos também vindo a colocar noutros órgãos, nomeadamente em Assembleias de Freguesia, relativamente ao Skate Park de Queijas. --

-----É um equipamento que tem estado completamente subutilizado, sem aproveitamento.

-----Na altura, portanto, quase há dois anos, interrogámos qual é que seria o futuro deste equipamento. Na altura, o Senhor Vereador Pedro Patacho mencionou a hipótese de uma nova localização, novas valências, mas, de facto, até ao momento, não temos nenhum desenvolvimento.

-----Na Assembleia de Freguesia, onde também os nossos eleitos da CDU têm colocado a



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

questão, também pouco se tem adiantado, e a verdade é que as populações locais, os cidadãos que têm vindo ao nosso encontro a colocar esta questão, têm vindo a expressar muito esta preocupação, a necessidade deste equipamento ou pelo menos de uma outra valência que possa ali ser utilizada.

----- Portanto, era reforçar novamente este pedido de informação à Câmara Municipal, instigando a que seja resolvida esta situação.”-----

3.5. A Senhora Deputada Fátima Rodrigues (IN-OV) referiu o seguinte: -----

----- “Boa tarde a todos.-----

----- Vou fazer uma abordagem acerca do Dia da Democracia. -----

----- O Dia da Democracia é um evento organizado por duas juventudes partidárias de Oeiras – Juventude Socialista e Juventude Social Democrata – e uma juventude apartidária que fomenta a participação cívica junto da população mais jovem– Juventude de Oeiras – sendo apoiado pelo Município de Oeiras e pela Associação SEDES.-----

----- O “Dia da Democracia” é um projeto que se traduz na realização de um conjunto de atividades informativas e participativas nas escolas secundárias, públicas, do Concelho de Oeiras, com o objetivo de consolidar o conhecimento dos jovens sobre as instituições democráticas, bem como promover e fortalecer os princípios da democracia.-----

----- Sabemos que a democracia baseia-se na ideia de respeitar a diversidade de opiniões, valores e crenças. Esta iniciativa promove pois a tolerância, a inclusão e o respeito pelos diferentes pontos de vista, contribuindo para a formação de cidadãos mais responsáveis e tolerantes.-----

----- Ao proporcionar aos jovens uma compreensão mais aprofundada dos princípios da democracia e ao promover a participação ativa na vida escolar, o Dia da Democracia pode ajudar a reforçar a confiança dos jovens nas instituições democráticas, levando-os a envolverem-se mais na vida política e cívica.-----

----- Através de debates, discussões e palestras sobre os princípios democráticos, os jovens têm a oportunidade de aprender sobre os direitos e deveres dos cidadãos, bem como sobre a

importância do voto e da participação política. -----

-----O envolvimento dos jovens dos diferentes agrupamentos no Dia da Democracia permite-lhes compreender que têm um papel ativo na sociedade, que as suas opiniões e ações podem influenciar o rumo do país e que são parte integrante da construção do futuro deste país e do município onde residem. -----

-----Assim, esta iniciativa em Oeiras, num Município que se quer lugar de liberdade, o Dia da Democracia nas escolas de Oeiras contribui para formar cidadãos conscientes, ativos e responsáveis, capazes de contribuir para a construção de uma sociedade democrática e participativa. -----

-----Até hoje já foram abrangidos três agrupamentos com uma participação significativa de todas as frentes políticas que disponibilizaram os respetivos representantes. -----

-----De referir o excelente envolvimento de todos os alunos e a extraordinária colaboração das escolas e professores. De salientar o apoio extraordinário por parte do Município e da SEDES na pessoa do Doutor Nuno Carrapatoso, a quem muito agradecemos o envolvimento e disponibilidade para esta iniciativa, desde o seu esboço primitivo. -----

-----Os jovens em Oeiras têm ideias e sabem o que querem! Haja oportunidade e espaço para se afirmarem!”-----

3.6. A Senhora Deputada Diana Gonçalves (IN-OV) disse o seguinte: -----

-----“Oeiras está de parabéns!-----

-----O Município de Oeiras voltou a ser reconhecido com o prestigioso Diploma Bandeira Verde ECOXXI. Posicionando-nos mais uma vez no TOP dez dos municípios com os melhores resultados, alcançamos uma pontuação notável de oitenta e sete ponto quatro, muito acima da média nacional que é de sessenta e cinco ponto dois. -----

-----Este é sem dúvida um testemunho claro do compromisso da nossa comunidade na sustentabilidade e qualidade de vida. -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

----- Oeiras encontra-se no TOP mais em doze Indicadores que avaliam a ação do Município nas seguintes dimensões: Educação Ambiental, Zonas Balneares, Cidadania Governança e Participação, Cooperação com a Sociedade Civil, Alterações Climáticas, Saúde e Bem-estar, Qualidade do ar, Qualidade do ambiente sonoro, Qualidade dos Serviços de Água, Resíduos, Energia e Agricultura. -----

----- Esta pontuação excepcional não é apenas um número, é um reflexo tangível das inúmeras iniciativas sustentáveis no nosso Município. Oeiras está na vanguarda da construção de uma comunidade de excelência em práticas ambientais. -----

----- Este reconhecimento não deve ser apenas um motivo de celebração, mas também de inspiração para continuarmos a trabalhar e elevar ainda mais nossos padrões, a renovar o nosso compromisso com a sustentabilidade, para explorar novas oportunidades e encontrar maneiras de fazer de Oeiras um exemplo ainda mais inspirador para outras comunidades.” -----

3.7. O Senhor Deputado Francisco O'Neill Marques (CH) fez a seguinte intervenção:-----

----- “Quem não conhece a história antiga de Roma e da antiga Grécia também, não pode saber certamente o que é a política. Está tudo nessa vertente histórica, quanto aos erros políticos e virtudes, ignorados por muitos. Lições expostas nas estantes, cujos livros só parecem à data servir para guardar envelopes com dinheiro corrupto. -----

----- Vivemos num cenário político atual marcado por escândalos e desvios éticos, existindo a necessidade imperativa de uma renovação relativamente ao presente. -----

----- A sociedade chama por representantes que estejam verdadeiramente comprometidos com o bem comum, com vocação de serviço público, distantes das teias da corrupção que correm relativamente no sistema portuguesa à data. É necessário criar nova legislação, quer a nível do Código do Processo Penal, do Código Penal, na Constituição também a sua revisão, permitindo que, todavia, deixe de haver tantas barreiras a quando os políticos da sua corrupção não vão logo dentro.----- -----

-----Caros amigos, caminhamos para os cinquenta anos do Vinte e Cinco de Abril e penso que para o regime socialista não é muito agradável depois da demissão do nosso ex primeiro-ministro. Contudo, temos que acabar com o dinheiro sujo nos gabinetes, compadrios, os tachos e até os cofres da mãezinha. Roubar o povo. Não!-----

-----Num Concelho que não comemora o vinte e cinco de novembro de mil novecentos e setenta e cinco, está tudo dito. -----

-----Caros amigos, comer desta forma o dinheiro público, viva Abril, como referem muitos corruptos, ou não fosse fácil governar assim com o dinheiro dos outros, sem qualquer responsabilidade civil nem criminal.-----

-----Chega! Deve-se acabar com as imunidades políticas e dar verdadeiro poder aos tribunais, aos órgãos de polícia criminal e às ordens profissionais. -----

-----É imperativo que nos levantemos contra essa praga do PS e outros que ameaçam a nossa democracia, sendo que a mudança começa pela rejeição inequívoca de políticos corruptos, independentemente da sua filiação partidária ou movimento político. -----

-----Quem rouba o povo não pode exercer cargos públicos, especialmente políticos, mais ainda quando condenados em tribunal. Quem defende a sua permanência é igual ou pior. -----

-----A sociedade deve unir-se para exigir transparência, prestação de contas e ética na gestão pública dos corruptos, responsáveis pelos nossos filhos hoje não terem emprego, não terem casa própria e com a tentativa de contaminação intelectual e com os falsos valores nas escolas, através da disciplina de cidadania. Chega!-----

-----Lições históricas do conhecimento como Kant, Hegel, Kierkegaard, Feuerbach, Conte... tantos. Falaram acerca do conhecimento e sua importância tanto para o bem e para o mal, tanto da direita como da esquerda. -----

-----Contudo, a luta contra políticos aldrabões corruptos e artistas é um compromisso do partido Chega de André Ventura. -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

----- Somente com a união de esforços, superaremos as barreiras que separam a sociedade de uma política verdadeiramente comprometida, com o bem-estar de todos. -----

----- Para acabar, a renovação política é possível e depende do nosso envolvimento ativo na construção de um futuro mais justo e íntegro para as gerações que virão.” -----

3.8. A Senhora Deputada Celina Mendonça (IN-OV) referiu o seguinte:-----

----- “No passado dia doze de novembro, o Senhor Presidente da Câmara Municipal de Oeiras, Doutor Isaltino Morais, recebeu do Papa Francisco a Medalha da Ordem Honorífica do Estado do Vaticano, de Cavaleiro da Ordem de São Silvestre. Um reconhecimento e agradecimento de sua Santidade o Papa Francisco e entregue pelo Presidente da Fundação Jornada Mundial da Juventude Lisboa dois mil e vinte e três, Cardeal Dom Américo Aguiar. -----

----- O Doutor Isaltino Morais dedicou esta distinção aos trabalhadores do Município e a todos os que colaboraram na Jornada Mundial da Juventude e na organização da receção de sua Santidade o Papa Francisco em Oeiras, pelo seu envolvimento e empenho. Muito bem. -----

----- A distinção aconteceu durante o almoço convívio, dedicado aos grupos de voluntários do Concelho que participaram na Jornada Mundial da Juventude e na receção ao Papa, promovido pelo Município de Oeiras no pavilhão desportivo Carlos Queiroz em Carnaxide. -----

----- Eu entendo que com este gesto, Oeiras terá ficado no coração de sua Santidade o Papa Francisco.- -----

----- Ele nos abençoe a todos, e a Oeiras também.” -----

3.9. O Senhor Deputado António Vicente (IN-OV) fez a seguinte intervenção:-----

----- “Eu fiquei estupefacto, porque a última coisa que imaginava é que o Chega tivesse já a ousadia de insultar a Democracia nesta Assembleia. Foi a Democracia que foi insultada nesta Assembleia. Não foi o partido A, B ou C. -----

----- Pessoalmente, eu nunca estive inscrito em nenhum partido, mas como democrata senti-me profundamente insultado.-----

-----Profundamente insultado ainda mais, porque no dia Vinte e Cinco de Abril eu estava com uma Gtrês nas mãos. E estava com uma Gtrês nas mãos, exatamente para com uma pequeníssima peça de todo o movimento, que acabou com aquilo que o Senhor Deputado do Chega aqui hoje veio defender.-----

-----Haver alguém que tem a ousadia de numa Assembleia democraticamente eleita, num regime democrático consolidado, vir condenar seja quem for, sem que sequer tenha sido acusado, é vil de mais.-----

-----O Chega hoje nesta Assembleia, mostrou aquilo, que caso viesse a ganhar eleições, pretenderia impor em Portugal.-----

-----Ficou demasiado claro, foi demasiado abjeto, não consigo encontrar outro adjetivo.”

3.10. A Senhora Deputada Sónia Gonçalves (PSD) disse o seguinte: -----

-----“Já há algum tempo que esta Assembleia não reunia e com o passar do tempo, vão surgindo questões de todo o interesse que aguardam a sua evocação no seio das nossas sessões. -

-----De facto, trazemos aqui hoje algumas questões que consideramos de toda a relevância.

-----As duas últimas semanas foram profícuas em notícias, senão vejamos: na semana passada o Município recebeu a visita de uma comissão chinesa do Distrito de Dongcheng (espero estar a soletrar bem), com o intuito de sedimentar a cooperação para o intercâmbio nas áreas da Educação, Cultura, Economia e Comércio.-----

-----Folgamos em saber que o acordo de cooperação foi assinado pelo secretário do Partido Comunista daquele Distrito e que, segundo o mesmo, tal significa uma nova fase na relação cada vez mais sólida e saudável com Oeiras.-----

-----Ora, desconhecíamos esta relação tão forte e gostaríamos de pedir ao Executivo que explicasse aos deputados que características vai ter esta relação do ponto de vista da economia e do comércio.-----

-----De facto, para quem constantemente nomeia os extremos, quer de esquerda, quer de



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

direita, parece-nos que foi criterioso na escolha dos parceiros de Oeiras, uma vez que os mesmos, neste caso, preenchem os requisitos democráticos de transparência e garantem as liberdades individuais, políticas e económicas.-----

----- Também no início deste mês, a Markttest trouxe a público, através de uma aplicação web, os rankings concelhios de dois mil e vinte e três, que mostram este ano, o Concelho de Aveiro no topo da lista.-----

----- Esta ferramenta permite-nos observar de forma rápida e intuitiva, os principais pontos fortes e fracos de cada concelho. Em causa está a análise de indicadores de dinamismo demográfico, económico e qualidade de vida.-----

----- Os concelhos com melhor classificação, foram Aveiro, São João da Madeira, Lisboa, Esposende e Albufeira, sendo que Oeiras não aparece sequer nos primeiros quinze lugares.

----- Que esta chamada de atenção em Oeiras nos leve a refletir acerca do futuro próximo, porque mais que nunca urge promover medidas cautelares do bem-estar da nossa população.-----

----- A situação política em Portugal está como todos sabemos, com a demissão do Primeiro-Ministro e a convocação de eleições para março do ano que vem.-----

----- O poder de compra em Portugal volta a cair, em contraciclo com a tendência europeia que regista um aumento de cerca de cinco por cento.-----

----- Greves, reivindicações e um país num estado que nos deve preocupar a todos.-----

----- Meus senhores, afinal, parece que o diabo vem, oh se vem.”-----

3.11. O Senhor Deputado Jorge Pracana (PSD) fez a seguinte intervenção:-----

----- “Também eu ouvi, com algum espanto, a intervenção do Senhor Deputado do Chega e sobre isso começo por citar aquilo que o líder do meu Partido ontem disse: “Livremo-nos dos extremismos, sejam eles de esquerda ou de direita.”-----

----- De facto, quero aqui referir, que me parece, no mínimo, desajustado vir trazer a esta Assembleia uma questão que é da justiça, ainda que hoje possa questionar o princípio: “À justiça

o que é da justiça e à política o que é da política” e isto porque efetivamente a justiça interferiu na política, ainda que, provavelmente, de forma inconsciente. Mas o que é certo é que, de facto, nós temos que ter muito cuidado em relação a estas questões, e não é possível (a não ser por razões político-eleitorais, o que é sempre criticável) estar a acusar aqueles que merecem (todos merecem), de facto, essa presunção de inocência. -----

-----E a prova de que assim é inclusive, e isto reportando-nos àquilo que as informações nos têm vindo a transmitir, a posição do juiz foi diametralmente distinta da posição do Ministério Público.-----

-----E, portanto, aquela relevância que foi indiciariamente imputada pelo Ministério Público, é destruída por um juiz, que inclusive no que respeita ao ilustre Presidente da Câmara de Sines (e eu sou pessoa insuspeita em relação a essa matéria), foi para casa sem uma única medida de coação, estando seis dias detido. -----

-----Isto vem dar razão àquilo que o antigo Presidente do PSD, Rui Rio, tentou anteriormente fazer com o Partido Socialista, que era um pacto para a justiça, onde realmente se impunha, de facto, disciplinar. Disciplinar esta arrogância do Ministério Público e disciplinar aquilo que parece, com esta procuradora, um regime em roda livre.-----

-----Espero agora que o PS, com este ensinamento possa vir à mesa das conversações para criar uma solução estruturada para o futuro neste país e, nomeadamente para evitar que se passe em Portugal aquilo que se passou em Itália, em que a justiça criou um verdadeiro terramoto político, com consequências ainda hoje sentidas. -----

-----Por isso, julgo que isto é um ensinamento para todos nós, mas não dá o direito ao Chega de antecipar juízos de valor e julgamentos que só os tribunais devem fazer. -----

-----Aqui está o meu desencanto com esta intervenção, pese embora entenda que o Senhor Deputado Francisco Marques (Chega) não é o pior elemento do Chega.” -----

3.12. O Senhor Deputado David Ferreira (EO) referiu o seguinte: -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

----- “Há cerca de duas/três semanas atrás, o nosso território esteve mais uma vez em alerta devido a temporal, desta vez com um aviso prévio da proteção civil, que se revelou crucial para que os cidadãos tivessem em conta o estado do tempo nas suas deslocações, na proteção dos seus negócios e na recolha de bens de valor das suas caves. Em relação ao evento de chuva, penso que ficou bastante aquém dos temporais que tivemos em dezembro do ano passado, porém podemos fazer uma análise do que aconteceu no nosso território em Oeiras. E de uma forma muito simples, até porque não tenho tempo para me alongar no detalhe, podemos verificar três coisas: -----

----- Uma – Algés desta vez não foi tão fustigada por ocorrências, talvez pela prevenção que existiu naquela zona; -----

----- Dois – A rotunda de tercena inundou mais uma vez;-----

----- Três – A ribeira da Lage transbordou ligeiramente, mas o mais assustador é que foi em maré baixa. -----

----- Posto isto o Grupo Político Evoluir Oeiras questiona o seguinte: quando prevê o Executivo Municipal divulgar à população de Oeiras a Carta de Zonas Inundáveis que conforme estabelece o Decreto-Lei número trezentos e sessenta e quatro/noventa e oito, é de divulgação obrigatória e cuja elaboração cabe aos municípios com aglomerados urbanos atingidos por cheias, que é aqui o caso de Oeiras?-----

----- Essa carta permite, por exemplo, mostrar aos interessados que estão a querer comprar ou vender propriedades em Oeiras, os riscos inerentes a cada zona. Aliás, muitas destas zonas estão hoje altamente especuladas no seu valor, mesmo sendo territórios de alto risco. -----

----- O segundo assunto que me trás aqui hoje é o seguinte: Esta manhã foram atropelados um pai e uma filha, na Rua Direita do Dafundo frente ao Aquário Vasco da Gama, numa passadeira. -----

----- Contribuem para a insegurança as péssimas acessibilidades pedonais, em especial as velocidades dos carros, mas também a excessiva largura da entrada no parque de estacionamento,

a quantidade de sinais, um mupi, abrigos, carros a tapar o passeio. Esta rua tem um historial de estacionamento abusivo e velocidades excessivas que precisam de uma vez por todas de ser resolvidas para que estas situações deixem de ocorrer. -----

-----Neste local exato a velocidade máxima é de cinquenta quilómetros/hora, mas é excessiva e é comum passarem carros com maior velocidade daquela que é recomendada. São precisas medidas físicas de acalmia e redução de tráfego na Alameda Hermano Patrone, na Rua Direita do Dafundo, neste local e em especial em todos os locais mais perto de escolas e estabelecimentos de ensino. -----

-----O terceiro assunto é o Dia da Democracia. -----

-----Com a actual situação política nacional que nos obriga a ir novamente às urnas, o Dia da Democracia torna-se ainda mais importante, como forma de oferecer aos nossos jovens esse contacto com o debate democrático, que tanto importa neste momento. Perante a responsabilidade de oferecer um confronto de ideias que integra vários pontos de vista, não podemos deixar de anotar uma crítica construtiva à organização e em especial à Instituição SEDES. As aulas da democracia organizadas pela entidade SEDES, até agora apenas apresentaram homens como convidados oradores, e nada contra o convite feito a José Miguel Júdice, Pedro Passos Coelho e Sérgio Sousa Pinto, mas penso que seria muito mais positivo termos também figuras de outros campos políticos além do centro direita, e acima de tudo também garantir a presença de mulheres nesses painéis. -----

-----As próximas eleições serão um teste ao regime que queremos, quanto mais representativas forem estas abordagens nas escolas, mais aberto e mais saudável será o debate com as próximas gerações. -----

-----Por fim, que ainda tenho tempo, gostaria de deixar uma observação relativamente aos pagamentos das bolsas de estudo. Temos recebido muitas queixas em relação à forma de pagamento que irá ser adotada este ano, é algo que tem vindo a alterar-se de ano para ano, não tem



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

um método certo que transpasse de ano para ano, e por sua vez isto influencia a organização financeira de cada família. -----

----- Aquilo que nos é relatado é que de há uns anos para cá o número das prestações tem vindo a reduzir, se antes os jovens recebiam este apoio de uma forma faseada, chegou até a ser mensalmente ou trimestralmente, o que permitia uma maior segurança financeira (estamos a falar de jovens que precisam de pagar rendas, rendas essas que são mensais, muitos desses jovens deslocados do concelho onde têm a morada fiscal, neste caso no nosso Concelho de Oeiras). -----

----- Eu pergunto à Câmara, o porquê de o pagamento das bolsas ter sido convertido para apenas uma tranche de pagamento, conforme nos foi indicado que este ano se irá dar?” -----

3.13. A Senhora Deputada Alexandra Tavares de Moura (PS) disse o seguinte: -----

----- “Num órgão no qual tenho imenso orgulho em estar, porque representa a democracia (e quando digo que tenho, tenho a certeza que representa a grande maioria daqueles e daquelas que aqui estão sentados hoje, neste órgão, mulheres e homens eleitos num sistema democrático), não posso, de maneira nenhuma, fazer de conta que não ouvi e responder às diferentes intervenções que aqui foram feitas sobre o atual estado político nacional. -----

----- Pedro Marques Lopes escreveu a sete de novembro: “... No entanto, o cerne da crise é uma nota em que se expõe a possibilidade de alguém sugerir que um primeiro-ministro poderia fazer isto ou aquilo, e que isto chega para derrubar um governo. Note-se, que não há nenhum indício de que o Primeiro-Ministro tenha sequer sabido do telefonema, nem de ter recebido um camião de dinheiro para solucionar o problema em questão ou coisa parecida.” -----

----- Alexandra Leitão, Expresso, dez de novembro: “... Se os tribunais ilibarem o Primeiro-Ministro e considerarem que a sua conduta não tem relevância criminal, então não foram apenas António Costa e o Governo que foram postos em causa, foi o próprio estado de direito democrático.” -----

----- Miguel Sousa Tavares, Expresso: “... Temos o direito de exigir que quem tem o poder

imenso de derrubar um governo por via extraparlamentar explique devidamente porque ponderosas razões o fez. Não nos chega que a Procuradora-Geral da República a quem, pelo estatuto no Ministério Público compete dirigir, coordenar e fiscalizar a ação do Ministério Público informe o país, através de uma nota e de um comunicado do seu Gabinete da Imprensa.”-----

-----Rui Tavares Expresso: “... O poder judicial não pode estar escondido dos cidadãos comuns, comunicando de forma oculta como um Estado dentro de um Estado.”-----

-----Carmo Afonso, Público: “... Ora, sem o erro do Ministério Público, aquele parágrafo poderia não existir. Um Primeiro-Ministro eleito com maioria absoluta apresentou demissão por causa de um parágrafo que foi escrito a partir de, pelo menos, um erro.”-----

-----Henrique Raposo (vejam lá, estou a citar Henrique Raposo), treze de novembro: “O Ministério Público é neste momento um aliado do Chega, que também tem uma tese conspirativa sobre a democracia e sobre os seus negócios.”-----

-----Senhora Presidente, não querendo alongar-me muito nesta minha intervenção, tenho que dizer à Deputada Sónia Gonçalves (PSD), oito marcas do Partido Socialista, oito para ser curta e rápida: --- -----

-----Primeiro – mais seiscentos mil empregos; -----

-----Segunda marca – aumento de cinquenta por cento do salário mínimo nacional entre dois mil e quinze e dois mil e vinte e três; -----

-----Terceira marca – aumento de trinta por cento dos salários médios;-----

-----Quarta – aumento das carreiras, aumento médio das pensões em vinte e três por cento desde dois mil e dezasseis: -----

-----Quinta – título de transporte para as áreas urbanas que revolucionou completamente a forma com hoje nos movimentamos; -----

-----Sexta marca, Senhora Deputada – superavit orçamental duas vezes;-----

-----Sétima – dívida pública que em dois mil em quinze- cento e trinta e um por cento, em



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

dois mil e vinte e três-cento e onze por cento;-----

----- Oitava marca – resgate do argumento da direita. Desta marca, eu verdadeiramente gosto. É que esta significa que com o PS há contas certas.”-----

3.14. O Senhor Deputado João Viegas (IN-OV) referiu o seguinte:-----

----- “Eu queria apenas fazer aqui um apontamento. O Senhor Deputado Francisco O’Neill Marques (CH) vai-me desculpar, mas parecia-me a personagem da Rainha de Copas, da Alice no País das Maravilhas, neste caso é “O Francisco no país dos horrores”.-----

----- Eu pensei que ele ia falar do Deputado do Chega da Assembleia Municipal de Braga, que foi detido por uma investigação sobre tráfico de droga, não sei se era disso que estava a falar, mas se usasse a mesma metodologia podia já condená-lo, porque a Rainha de Copas dizia, no romance de Lewis Carroll, “primeiro a condenação, depois o julgamento”. Está tudo como dantes no quartel de Abrantes.-----

----- Estes acontecimentos recentes que levaram à queda do Governo, levam a um grande princípio, e daqui o meu louvor ao Senhor Presidente da República, quando a Democracia se encontra nesta confusão tem que se ouvir o povo, tem que se marcar eleições. E estão marcadas para dia dez de março.-----

----- Agora, aquilo que eu queria aqui deixar, porque, de facto, o Chega é um perigo para a democracia, é um partido... os partidos de extrema-direita utilizam o medo, que pode levar à violência. O medo leva à desunião e ao ódio... O líder do Chega já várias vezes disse que é anti ciganos, anti LGBT, portanto, é anti uma série de coisas, e promove a divisão na sociedade portuguesa.-----

----- Eu espero que os portugueses (tenho muita confiança nos portugueses)... aliás um Partido que usa uma fórmula, pátria, Deus e família, e vêm-se as redes sociais inundadas com alegações saudosistas ao assassino Salazar... porque nós não nos podemos esquecer que Salazar tinha uma brigada de assassinos na PIDE, assassinos como o Zero Zero Sete, que tinham liberdade

para matar... olhe, lembro-me nomeadamente um militante do Partido Comunista, José Dias Coelho, que foi morto como se mata um javali, a GNR fez-lhe uma espera, o homem vinha de bicicleta e foi abatido a tiro. E, portanto, é um perigo para a democracia a subida do Chega. -----

-----E queria enaltecer aqui o PSD e a posição do seu líder, quando disse que com ele não haveria coligações com o Chega. -----

-----Portanto, é muito importante que os portugueses percebam o que é que está aqui em causa, e o que está aqui em causa é um líder que até... curiosamente Vossa Excelência falou aqui mal de todos os partidos democráticos, mas o seu líder André Ventura nasceu, cresceu politicamente dentro do PSD, era um Vereador em Loures do PSD. Nessa altura, o PSD não era corrupto? Nessa altura, o PSD funcionava bem? Ou foi só porque ele falou mal dos ciganos, foi xenófobo, foi corrido e resolveu criar um partido? -----

-----Portanto, haja calma, haja confiança no povo. O Chega que se mantenha calmo... porque se isto é assim tão mau Senhor Deputado, porque diabo é que há um milhão de emigrantes que querem vir para cá, quer dizer, devem ser masoquistas. O facto de termos um milhão de imigrantes significa que temos uma sociedade mais desenvolvida, mais apelativa, com mais hipóteses de realização de felicidade. -----

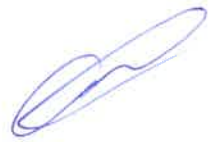
-----Os imigrantes são necessários em Portugal. Os imigrantes são importantes e são um sinal de desenvolvimento da sociedade. -----

-----Eu queria deixar aqui o meu voto de repúdio, à “Rainha de Copas” ao “Rei Francisco de Copas” por fazer condenações antes dos julgamentos.” -----

3.15. O Senhor Deputado Ednilson Santos (IN-OV) fez a seguinte intervenção: -----

-----“Eu não queria intervir, mas depois de ouvir a intervenção aqui do nosso colega Senhor Deputado David Ferreira (EO), eu não podia deixar de intervir. -----

-----Eu acho que, quando se fala de bolsa de estudo, deveríamos falar deste assunto com muito cuidado, muita cautela, porque se em dois mil e dezassete o atual Executivo presidido pelo



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

Presidente Isaltino Morais, dizia e bem, que nós aqui no Concelho de Oeiras íamos ter os melhores alunos de Portugal aqui em Oeiras, hoje já é mais que facto comprovado que nós temos os melhores alunos aqui em Oeiras. -----

----- E quando falamos dos melhores alunos não falamos só dos melhores alunos, falamos também dos jovens mais felizes, aqui no Concelho de Oeiras. E quando falamos dos jovens mais felizes, jovens mais participativos.... hoje falaram aqui do Dia da Democracia, que o Dia da Democracia é um dia único... Eu gostava que alguém apresentasse algum facto, igual ou melhor do que o Dia da Democracia.-----

----- Para mim é importante falar desta matéria, porque eu como também estive no associativismo juvenil, acho que a importância do Dia da Democracia não se pode reduzir só à participação dos jovens, é muito mais do que isso. É muito mais do que isso porque todos nós acabamos por ter um dia diferente, um dia de convivência sã, democrática entre as várias juventudes partidárias.-----

----- Mas voltando às bolsas... Eu não podia só falar das bolsas. Eu acho que o Senhor Deputado não foi feliz, porque quando nós falamos das bolsas, temos que fazer um estudo comparativo. E quando fazemos um estudo comparativo, temos de saber de onde é que nós saímos e onde é que nós estamos.-----

----- Eu pergunto ao Senhor Deputado, se ele sabe quantos estudantes é que beneficiavam de bolsa de estudo da Câmara em dois mil e dezassete? O Senhor Deputado sabe? Trinta e três.--

----- O Senhor Deputado sabe, neste momento que estamos aqui a falar, quanto estudantes é que estão a beneficiar de bolsas de estudo da Câmara? Sabe? Novecentos e dezoito.-----

----- O Senhor Deputado sabe qual é que é o valor?.... Isto é uma pergunta que lhe estou a fazer, pergunta retórica, porque claro que eu sei. Eu acho que quando nós estamos aqui a falar de alguma situação, temos de trazer a informação completa, porque trazendo esta informação que “há uma situação de dívida, ou que há uma situação de incumprimento no pagamento das propinas, ou

pagamento das bolsas”, nós...”-----

-----**Alguém interveio, mas dado que o fez com o microfone desligado, torna-se inaudível o que foi dito.**-----

-----**O Senhor Deputado Ednilson Santos (IN-OV)** continuou dizendo o seguinte:-----

-----“... Foi o que o Senhor Deputado disse... não há incumprimento, não há nenhum incumprimento, neste preciso momento que estamos aqui a falar, relativamente às bolsas.-----

-----Nós podemos aqui mencionar claramente é que (o Senhor Deputado se calhar não tem essa informação) de trinta e três alunos passamos para novecentos e dezoito. O que nós neste momento estamos a dizer, o que neste momento estamos a falar é de um projeto único a nível nacional, que não existe qualquer projeto que se possa comparar com este.-----

-----Por isso, eu acho que nós devíamos era tentar solicitar informações, perceber o que é que se está a passar e depois de saber a informação, podíamos sim formular a nossa opinião.”-----

3.16. A Senhora Presidente da A.M. disse o seguinte:-----

-----“Senhor Deputado David Ferreira (EO) o Senhor já não tem tempo para intervir.-----

-----Eu vou-lhe dar, só para o Senhor esclarecer.”-----

3.17. O Senhor Deputado David Ferreira (EO) referiu o seguinte:-----

-----“Eu sei Senhora Presidente.-----

-----Eu só lhe peço trinta segundos para esclarecer a minha intervenção.-----

-----Portanto, eu vou esclarecer a minha intervenção, que eu acho que o Senhor Deputado Ednilson Santos (IN-OV) não percebeu.-----

-----Eu não critiquei nada daquilo que referenciou. Eu fiz apenas uma pergunta muito objetiva que é assim: antigamente, o pagamento dessa bolsa era de forma faseada, ela acontecia ou mensalmente, ou trimestralmente, e isso mudou este ano. Este ano, os alunos que têm direito à bolsa vão receber em apenas uma tranche de pagamento. Isso constitui um problema para alguns estudantes, porque, de facto, nós temos bastantes alunos oeirenses deslocados, que têm que pagar



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

uma renda mensal e ao receber esse pagamento de forma faseada, conseguem organizar de uma maneira mais saudável a sua gestão financeira. Pronto. -----

----- E a minha pergunta vinha de encontro a isso: era perceber o porquê dessa tranche de pagamento agora ser única e não faseada como era antigamente. -----

----- Era apenas isso.” -----

3.18. A Senhora Presidente da A.M. disse o seguinte: -----

----- “Se é esta a questão que foi colocada?-----

----- Não vale a pena continuarmos. -----

----- A situação depois, se o Senhor Vice-Presidente da C.M.O. quiser esclarecer alguma coisa, fá-lo-á oportunamente.-----

----- Eu tenho visto os senhores a levantarem a mão, mas os senhores esgotaram o vosso tempo de intervenção, até ultrapassaram...” -----

3.19. O Senhor Deputado Francisco O’Neill Marques (CH) interveio e disse o seguinte: -----

----- “Mas é igual Senhora Presidente...Deu tempo à Bancada... e não dá a nós?” -----

3.20. A Senhora Presidente da A.M. respondeu o seguinte:-----

----- “Senhor Deputado, isto não é honesto...”-----

----- O Senhor Deputado Francisco O’Neill Marques (CH) interrompeu e disse o seguinte: -- -----

----- “Não é honesto?” -----

----- A Senhora Presidente da A.M. respondeu o seguinte: -----

----- “Não. O Senhor esperou...”-----

----- O Senhor Deputado Francisco O’Neill Marques (CH) interrompeu e disse o seguinte: -- -----

----- “Eu acho que devia ser imparcial.”-----

----- A Senhora Presidente da A.M. continuou dizendo o seguinte: -----

-----“O Senhor esperou que eu desse a palavra ao Senhor Deputado David Ferreira (EO) para ele esclarecer a sua intervenção, e o Senhor levantou logo o braço. Já tem também direito a falar, não tem. O tempo terminou... nem o Partido Social Democrata, nem o Chega já têm tempo de intervenção.”-----

-----O **Senhor Deputado Francisco O’Neill Marques (CH)** interrompeu dizendo o seguinte:-----

-----“Senhora Presidente, só para que conste em ata, a Senhora não dignifica a Democracia e é uma pessoa que todavia não é parcial.”-----

-----A **Senhora Presidente da A.M.** continuou dizendo o seguinte:-----

-----“Senhor Deputado, não lhe dei a palavra. Eu não lhe dei a palavra.-----

-----E o Senhor faz o favor de manter sempre uma posição incorreta de eu dizer que o Senhor não tem uso da palavra e o Senhor falar na mesma. É uma atitude altamente incorreta da sua parte. -------

-----Não vale a pena continuar.-----

-----Mais alguém pretende intervir?-----

-----Senhores Deputados, por lapso meu, no início desta Sessão não vos dei a informação que deveria ter dado.-----

-----A informação é que estive presente, enquanto membro do Conselho Geral da Associação de Municípios, numa reunião do Conselho Geral, onde estive o Senhor Dom Américo Aguiar, o Senhor Cardeal, que foi entregar uma medalha (e eu só me lembrei aquando da intervenção da Senhora Deputada Celina Mendonça (IN-OV)) à Presidente da Associação de Municípios, agradecendo aos municípios que tinham colaborado, e citou: Lisboa, Loures (estava presente o Presidente da Câmara) e Oeiras (que estava eu) e entregou também uma medalha, medalha essa, que conforme ele disse, era um agradecimento para todos os autarcas.-----

-----Estive também presente no Conselho Geral da Associação Nacional das Assembleias



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

Municipais, no último fim-de-semana, para aprovação do Orçamento.-----

----- Eu iria perguntar... Peço-vos desculpa por vos ter dado estas informações nesta altura, deveria ter sido feito no início da reunião. -----

----- Iria perguntar ao Senhor Vice-Presidente da C.M.O. se pretende usar da palavra.”-----

3.21. O Senhor Vice-Presidente da C.M.O. fez a seguinte intervenção: -----

----- “Cumprimentando todos em vossos graus e qualidades, apresentando saudações democráticas, nesta Assembleia Municipal onde até é possível forças não democráticas perdurarem e virem aqui fazer discurso extraordinário sobre a Democracia. Portanto, a Democracia é tão forte e tão resistente que até suporta que os não democratas nos venham dar lições de Democracia. Assim é a vida. -----

----- Não merece mais do que esta fase inicial. Continuo na minha alocução. -----

----- Sobre o Skate Park. A saudosa vossa camarada Clotilde Moreira, que tantas vezes defendeu o Skate Park... informar que voltei a falar, falámos com o Vereador Pedro Patacho, há pouco, que diz que ainda não está terreno encontrado para o Skate Park, mas que a questão não está esquecida, naturalmente. Foi a Senhora Clotilde Moreira que a pôs na agenda e nós não esquecemos dela. -----

----- Depois, permitam-me que diga sobre o Dia da Democracia, que de vez em quando era importante que nos sentíssemos todos felizes e de parabéns pela iniciativa que todas as forças políticas das juventudes do Concelho, a bom tempo souberam unir e souberam fazer desenvolver, sabendo, no entanto, como nada é perfeito e... não me lembro de alguma vez ter acontecido, mas, desta vez, tenho que concordar com Senhor Deputado David Ferreira (EO), de facto, faz falta ter algumas mulheres no painel de oradores. Em bom tempo se devia ter colocado, não obstante dizer que não são oradores de centro-direita, quer dizer quando nós vemos quer o Doutor Sérgio Sousa Pinto, quer o Doutor José Miguel Júdice, que com o Bloco de Esquerda colaborou no primeiro Executivo do Doutor António Costa, na Câmara Municipal de Lisboa, quer dizer, quando vocês

dizem que os vossos aliados agora são de centro-direita por favor, vocês têm que decidir. O Doutor José Miguel Júdice disse há muito que colabora convosco em executivos em grandes câmaras do país, portanto, creio que devem estar satisfeitos por terem quase um camarada vosso nesta iniciativa.-- -----

-----Depois dizer sobre os prémios que o Município de Oeiras recebeu relativos ao ODS (Objetivos de Desenvolvimento Sustentável) local e à sustentabilidade que, de facto, nada têm de extraordinário, por uma razão simples, porque é a posição relativa que Oeiras tem ocupado nestas matérias, há décadas. -----

-----Há muito que quer o Senhor Presidente, quer eu próprio, temos vindo a dizer que consideramos que os ODS não são mais do que direitos fundamentais, quase todos eles, extrapolados para a área do desenvolvimento internacional. E em quase todos eles Oeiras tem tido preocupação ao longo do tempo, seja em encontrar emprego de qualidade, erradicar a fome, os direitos das minorias, todos aqueles ODS's... proteção ambiental, todas aquelas preocupações são preocupações plasmadas nos programas políticos que são vencedores neste Município desde mil novecentos e oitenta e cinco. -----

-----Portanto, nada têm de novidade, apenas acontecem com o reconhecimento por parte de entidades externas, por exemplo, no júri estava o ICNF (Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas), entre outros... Estas entidades externas reconhecem agora o extraordinário trabalho que os Executivos liderados pelo Doutor Isaltino têm tido em matéria de desenvolvimento humano, desenvolvimento sustentável em todos os seus pilares. -----

-----Creio que com a liderança do Doutor Isaltino estão todos os que com ele colaboraram ao longo do tempo, todas as forças políticas que souberam encontrar patamares de acordo e de mínimo múltiplo comum político, para trazer o Concelho até aos patamares e aos índices de desenvolvimento que são conhecidos. -----

-----Naturalmente, quem está de fora, não pode usufruir destas vitórias, a eles não lhes



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

pertencem. A eles só pertence uma retórica que tenta mostrar uma coisa que não existe. -----

----- Estes prémios representam isso mesmo, a vitória e os êxitos do modelo de desenvolvimento que foi implementado em Oeiras. -----

----- Fomos aqui agraciados com a pouca dinâmica que o Concelho de Oeiras tem, e que nós devíamos era olhar para a dinâmica dos Concelhos de Aveiro, São João da Madeira... qualidade de vida e muitos outros. E eu só gostava de saber qual de Vossas Excelências, preferia viver nesses concelhos? Acho que é essa a resposta que eu vos dou sobre isso. Nenhuma de Vossas Excelências trocava com esses concelhos, exceto talvez com esse concelho que é periférico de Oeiras, que é Lisboa, tirando esse, todos os outros concelhos Vossa Excelências não escolhiam para viver, trocando Oeiras por eles. Portanto, acho que é o melhor indicador que posso dar, é saber onde é que preferiam viver.-----

----- Depois, sobre quem assinou o acordo de cooperação em matéria de educação, com o Município de Oeiras na passada semana. Tratou-se efetivamente do secretário do Partido Comunista da China, secretário do distrito de Dongcheng. -----

----- Ora, entenderá certamente a Senhora Deputada, que não cabe ao Município de Oeiras, nem a nenhuma autoridade portuguesa, indicar a um representante estrangeiro, quem tem capacidade de assinar por eles. Nem vou discutir, e espero que Vossa Excelência também não o faça. Afinal de contas, o seu Partido, quando privatizou algumas empresas portuguesas, não teve problemas nas relações internacionais de Portugal em assinar acordos com aqueles países. Não pode ter. Tal como nós também não temos. Não nos cabe a nós indicar quem assina pelos outros. Na arquitetura do Estado Chinês é assim. Não sou eu que vou explicar ao Estado Chinês quem deve assinar por eles, não me arrego de o fazer. Uma coisa é nós termos opinião sobre a nossa organização interna, outra coisa é querer explicar aos outros como é que os outros se devem organizar. - -----

----- Como o Senhor Deputado Francisco O'Neill Marques (CH) citou muito, eu também

vou aqui citar, é ler Hobbes. Lendo Hobbes percebe-se isto, não estamos a falar de uma dimensão interna da política portuguesa, estamos a falar das relações internacionais de um município, nas suas relações internacionais, não cabe a nenhum agente político determinar quem assina pelos outros ou quem representa os outros. -----

-----Referir apenas, para quem... já que a Senhora Deputada Sónia Gonçalves (PSD) teve alguma dificuldade de saber o que é o distrito Dongcheng, o distrito Dongcheng é o distrito central da região metropolitana de Pequim. Pequim é uma região metropolitana com cerca de vinte e quatro milhões de habitantes, Dongcheng tem perto de setecentos mil habitantes, seiscentos e muitos mil, onde ficam as zonas centrais de Pequim, onde está, por exemplo, a Cidade Proibida, a Praça Tiananmen, onde está uma boa parte dos edifícios públicos centrais da governação da China, portanto, é um distrito com alguma importância. -----

-----Quando estive há pouco tempo em Dongcheng visitei o Global Trade Center, que é mais ou menos um World Trade Center em versão chinesa, onde se nota bem a diferença de ambição. Enquanto o nosso, que é muito criticado aqui em Oeiras, tem cerca de... aliás, o parque que está para ser desenvolvido na Pedreira das Perdigueiras tem cerca de cento e cinquenta mil metros quadrados de construção, o Global Trade Center tem meio milhão de metros quadrados. Não tem a ver com diferença de escala, tem a ver com diferença de ambição. Assim estamos nós.

-----Era importante nós sabermos aprender também e ter a humildade de aprender com quem soube fazer a transformação do seu desenvolvimento económico nas últimas décadas, como aquele país soube.-----

-----Sem querer copiar modelos políticos, também não quero importar aquele para o meu, mas não me cabe a mim julgar o deles.-----

-----Dizer ainda ao Senhor Deputado David Ferreira (EO) depois de ter falado sobre a questão do Dia da Democracia, dizer que quando nós dizemos que num atropelamento numa passadeira, numa zona de cinquenta, o problema é o limite de velocidade, não. O problema é de



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

na abordagem da passadeira, o condutor não teve a precaução suficiente. Porque não é o limite de velocidade o problema, cinquenta quilómetros hora, para quem abordou de forma correta a passadeira tem tempo de travar. Naturalmente, se fosse trinta quilómetros hora... nós temos é que regular... eu percebo que Vossa Excelências queiram regular e regulamentar tudo, e pôr radares em todo o lado... Não. É o condutor que tem que saber que está a abordar uma passadeira, uma zona de atravessamento de peões e tem que ter a precaução devida. Um atropelamento numa passadeira numa zona habitacional nunca pode ser senão um problema de abordagem por parte do condutor.-- -----

----- Depois sobre a chuva. -----

----- Naturalmente que salvaguardando as distâncias, e sabendo que a população tomou as precauções devidas, tentar explicar-vos a diferença entre as chuvadas de dezembro do ano passado e a recente de dezanove de outubro.-----

----- Então, em dezanove de outubro último, choveu no pico da chuva vinte e sete milímetros por metro quadrado, na zona do Parque dos Poetas, na estação, vinte e sete milímetros por metro quadrado no pico. Sabem quanto é que choveu no ano passado em dezembro? Ora, no primeiro dia, na primeira noite chuva, oito de dezembro, choveu qualquer coisa como quarenta e seis milímetros por metro quadrado, cerca do dobro. E no dia doze de dezembro, oitenta e dois milímetros por metro quadrado, o triplo. -----

----- Portanto dizer o seguinte: por mais precaução que tenhamos, quando vem uma avalanche não vale a pena proibir a avalanche, porque a avalanche vem mesmo. Uma precipitação com estes indicadores, com oitenta e dois milímetros por metro quadrado é, provavelmente, imparável em qualquer zona do país. Seja em Oeiras, que causou os problemas conhecidos, seja o que aconteceu em Mirandela, há alguns meses ou que acontece por toda a Europa. Quando a avalanche vem, a avalanche vem. -----

----- Depois, não encontro mais nenhuma questão a que deva responder, Senhora

Presidente. Creio ter respondido a tudo.” -----

3.22. A Senhora Presidente da A.M. disse o seguinte:-----

-----“Meus Senhores, mais alguém tem...”-----

3.23. A Senhora Deputada Mónica Albuquerque (EO) fez a seguinte intervenção:-----

-----“Senhora Presidente, muito boa tarde.-----

-----Sim. Já agora...”-----

3.24. O Senhor Vice-Presidente da C.M.O. referiu o seguinte:-----

-----“Senhora Presidente, peço imensa desculpa, com tanta conversa das bolsas, eu próprio me esqueci.-----

-----Informa o Senhor Vereador Pedro Patacho que a alteração do método de pagamento tem a ver com a mudança do regulamento último das bolsas, e da agilização dos pagamentos. Há alunos que podem preferir receber mensalmente, outros preferem receber anualmente, e na verdade para pagar as propinas do ano inteiro convém receber tudo de uma vez.-----

-----Portanto, entendo perfeitamente.-----

-----Dizem-me também, que por uma questão de agilização dos serviços que é mais prático fazê-lo desta forma... e para adquirir os livros, portanto.-----

-----Depois, os bolseiros não recebem menos, têm é que fazer a gestão do que recebem.--

-----É tratá-los como adultos também.”-----

3.25. A Senhora Presidente da A.M. disse o seguinte:-----

-----“Faça o favor.”-----

3.26. A Senhora Deputada Mónica Albuquerque (EO) referiu o seguinte:-----

-----“ É muito rápido...”-----

3.27. A Senhora Presidente da A.M. disse o seguinte:-----

-----“É mesmo muito rápido.”-----

3.28. A Senhora Deputada Mónica Albuquerque (EO) fez a seguinte intervenção:-----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

----- “É, é. -----

----- No Regulamento não diz isso. No Regulamento diz que o pagamento é feito conforme a disponibilidade orçamental da Câmara Municipal. -----

----- A descrição que o Senhor Vice-Presidente fez agora, foi exatamente isso que o Grupo Político Evoluir Oeiras sugeriu o âmbito da consulta pública e a Câmara não aprovou essa alteração. - -----

----- Portanto, o que nós sugerimos foi que fosse caso a caso avaliado com o estudante, como é que preferia receber.” -----

3.29. A Senhora Presidente da A.M. disse o seguinte: -----

----- “Senhora Deputada não tem tempo de intervenção.” -----

3.30. A Senhora Deputada Mónica Albuquerque (EO) terminou dizendo o seguinte:-----

----- “Muito obrigada, Senhora Presidente.” -----

3.31. A Senhora Presidente da A.M. referiu o seguinte: -----

----- “Mais alguém pretende usar da palavra? -----

----- Portanto, podemos dar por encerrado este Período Antes da Ordem do Dia.” -----

4. PERÍODO DA ORDEM DO DIA -----

4.1. Apreciação da Proposta CMO N.º 866/2023 – DMOGAH - relativa ao Plano Estratégico da Empresa Parques Tejo, E.M. 2023/2026 (os documentos relativos a esta Proposta ficam arquivados, como anexos, na pasta desta Sessão)-----

----- O Senhor Deputado Jorge Pracana (PSD) fez a seguinte intervenção: -----

----- “Senhora Presidente, desculpe...Eu surgiria, se fosse possível, nós temos as três primeiras propostas, dizem todas respeito à Parques Tejo, sendo que uma é para apreciação e a segunda e a terceira são para votação. Parece-me que seria possível reunir, se não todas, pelo menos a primeira e a segunda e discuti-las conjuntamente.” -----

----- A Senhora Presidente da A.M. disse o seguinte:-----

-----“Senhor Deputado, não nos facilita, porque cria uma confusão com os tempos de intervenção.”-----

-----O Senhor Deputado Jorge Pracana (PSD) referiu o seguinte:-----

-----“Pronto, tudo bem. Fica a sugestão.”-----

-----O Senhor Deputado João Viegas (IN-OV) disse o seguinte:-----

-----“Queria deixar em ata, que nestes três pontos me vou ausentar da discussão e da votação, porque sou quadro técnico superior na Parques Tejo.”-----

-----O Senhor Deputado Tomás Pereira (EO) fez a seguinte:-----

-----“Este Plano Estratégico da Parques Tejo pode ser resumido numa expressão: “Em Oeiras, o carro é quem mais ordena”.-----

-----Neste Plano Estratégico, fica à vista o modelo de gestão da Parques Tejo que oscila entre um discurso aparentemente moderno e alinhado com os municípios mais avançados em matéria de mobilidade, mas que, ao mesmo tempo, na prática, está preso ao século vinte, desde logo, porque a única verdadeira prioridade que a Parques Tejo tem, como fica à vista nestes documentos, é criar mais e mais estacionamento.-----

-----A Parques Tejo acaba por estar assim presa no poço das contradições que o Município de Oeiras tem, desde logo a começar pelo modelo territorial que promove através de urbanização dispersa longe das interfaces de transporte, que trabalha para o automóvel, gera mais pressão sobre as rodovias existentes e as muitas que se pretendem construir e, por outro lado, o alargamento do espaço público que depois em teoria, cabe também à Parques Tejo encaixar algures no seu primeiro pilar, mas que tem o nome de parques de estacionamento. É, portanto, uma contradição insanável e, sobretudo dispendiosa.-----

-----O Município de Oeiras e Isaltino Morais têm promovido desde sempre o seu modelo territorial em torno do uso do automóvel, de mais vias rápidas... sem ter em conta quaisquer princípios de sustentabilidade, apelidando de extremistas todos os que procuram trazer as boas



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

práticas em crescimento por municípios de ponta em vários locais da Europa. -----
----- É sintomático disto e do tal poço de contradições em que a Parque Tejo está imersa, que a própria Parques Tejo, nos documentos que consubstanciam a Estratégia que aqui nos apresenta hoje, lamenta partir desde logo, de um ponto de situação pouco favorável na gestão do estacionamento. Situação esta claro está, que foi criada pela política autárquica onde a Parques Tejo, e todos nós, estamos inseridos, não revelando ao mesmo tempo a Parques Tejo grande vontade de inverter este estado de coisas (é uma das tais contradições). -----
----- Esta Estratégia da Parques Tejo tenta disfarçar estas fragilidades, fazendo referência ao transporte público e a modelos de deslocação complementar como transportes flexíveis ou mobilidade suave. Tais apostas suaves têm sido, no entanto, até ver, meros paliativos, tendo em conta que continuamos num Município em que o uso do automóvel atinge níveis de ponta a nível metropolitano e a nível nacional. -----
----- Dificilmente o projeto-piloto para o sistema de bicicletas partilhadas funcionará, tendo sido idealizado de forma linear e não em torno de uma área com a densidade entre postos de recolha e entrega, nem com a escala que as boas práticas neste campo aconselham. -----
----- A própria Estratégia é suficientemente clara em referir que as bicicletas partilhadas em Oeiras são apenas para picar o ponto, cumprindo com o mínimo dos mínimos, cinco postos e vinte bicicletas para o Concelho de Oeiras. -----
----- Na Estratégia lê-se que, numa primeira fase a rede deverá disponibilizar as tais vinte bicicletas e cinco estações, e cobrir a ciclovias empresariais que estabelece a ligação entre a estação de Paço de Arcos e o Lagoas Park. Já no que respeita ao futuro e que não vai ser cumprido a curto prazo, aí a ambição é ilimitada ao estilo da propaganda a que nos habituámos em Oeiras, lê-se: “numa segunda fase de expansão, a Parques Tejo deverá apostar no alargamento de rede, cobrindo os principais polos geradores atratores do Concelho, nomeadamente equipamentos escolares, interfaces, locais de recreio e lazer, parques empresariais”, de vinte bicicletas e cinco postos que

não servem propriamente para uma cobertura extraordinária, vanguardista e total, passamos para os tais desejos dessa cobertura extraordinária, vanguardista e total. Nem de helicóptero conseguiu uma cobertura tão total e panorâmica do Concelho.-----

-----Noutro tópico, na página cinquenta e um, do que devia vir a ser uma política integrada de tarifário de mobilidade, englobando minutos de transporte público com minutos de estacionamento integrado, e outros serviços de mobilidade, sobra apenas uma frase muito pouco clara, lê-se: “A Parques Tejo deverá dar apoio ao Município de Oeiras, na definição de regimes tarifários a aplicar nos serviços de transporte público do Município, bem como na elaboração e execução de instrumentos de planeamento que permitam definir as medidas a implementar em articulação com as políticas de mobilidade e Transportes do Município”. Tanta parra e tão pouca uva.-----

-----Muito mais haveria a dizer sobre as várias lacunas que esta proposta tem, mas para resumir, o que fica à vista é que não há uma estratégia coerente com a sustentabilidade para a mobilidade, porque não há políticas de sustentabilidade, no que toca à mobilidade no Município.

-----A única coisa que aqui há são megalomanias traduzidas em frases vagas e grandiloquentes, contradições profundas, um atavismo crónico e um enorme problema que temos todos conjuntamente para resolver a médio prazo. -----

-----Muito obrigado, Senhora Presidente, e acrescento que por motivos profissionais urgentes vou ter de me ausentar, mas os meus colegas de Bancada estarão cá para ouvir as respostas que o sorridente Senhor Vice-Presidente terá para nos dar, ou o representante da Parques Tejo também. --- -----

-----Muito obrigado.” -----

-----O Senhor Deputado António Vicente (IN-OV) disse o seguinte:-----

-----“A realidade é uma coisa terrível. A realidade impõe-se. E mesmo quando há quem viva na caverna de Platão, mais dia, menos dia, acaba por enfrentá-la. E uma realidade que existe



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

em Oeiras é que corresponde mais ou menos a isto, não sei o nome rigoroso, mas, provavelmente por família, em termos médios neste momento, é capaz de existirem dois automóveis. Se eles existirem, só há duas hipóteses: ou estacionam ou se penduram nas nuvens. Como a segunda hipótese ainda não é uma realidade (a não ser virtual, a realidade virtual em que pelos vistos, o Senhor Deputado deve viver) há que arranjar uma forma de os estacionar.-----

----- Concordamos com eles quando defendem que os automóveis não podem estacionar em cima dos passeios, mas se não podem estacionar em cima dos passeios e não se devem aumentar as áreas de estacionamento, colocam-se aonde Senhor Deputado?-----

----- São contra, e manifestamente o têm repetido, à criação de mais vias de circulação (para o automóvel). Mas por onde é que querem que o crescente dos transportes públicos possam circular, se não forem criadas novas vias que permitam uma maior fluidez de circulação? -----

----- Por isso, eu colocava apenas duas perguntas ao Senhor Deputado: Qual das duas soluções é que pretende aplicar ao Concelho de Oeiras: um regime proibicionista que impeça os moradores de Oeiras de adquirirem um automóvel? Ou defende um regime fiscal tal, que torne a aquisição de automóvel praticamente impossível à generalidade dos cidadãos? -----

----- A não ser que pretenda viver num regime onde a liberdade individual seja igual a zero.”-----

----- O Senhor Deputado Jorge Pracana (PSD) fez a seguinte intervenção: -----

----- “Esta é uma discussão, de facto, que tem um princípio, tem meio, mas não tem fim. Porque as posições estão de tal maneira radicalizadas no que respeita a esta matéria, que me parece não haver solução nos próximos anos. -----

----- Eu ouço determinadas afirmações, como aquelas que acabaram de ser produzidas na Bancada do Evoluir, e só tenho uma solução para os Senhores Deputados, porque se forem para Trancoso, Freixo de Espada à Cinta, Marvão... seguramente não têm problemas com os automóveis, não têm problemas com o estacionamento. Mas se residirem na grande metrópole que

é Lisboa, seja Oeiras, seja Lisboa propriamente, Almada, Cascais, Mafra... em todos estes sítios é um facto, existem naturalmente empresas deste tipo. -----

-----Eu gosto delas? Não. Eu preferia que elas não existissem. Agora é certo que elas foram criadas, ainda que hoje talvez tenham já um fim um pouco diferente, na medida em que parece também procurarem arrecadar receita, mas o que é certo é que a sua criação inicial era, e continua a ser, perfeitamente justificada que é a regulamentação da fluidez do tráfego e o estacionamento automóvel, e devia ser o único objetivo destas empresas. -----

-----Hoje há zonas de estacionamento tarifado (e eu estou a recordar-me, por exemplo, da zona de Lisboa que conheço bem) em que não há justificação nenhuma, a não ser por receção de arrecadação de receitas, a existência de zonas tarifadas. -----

-----Ora bem, em Oeiras, que é um território pequeno, está hoje com uma implementação muito grande destas zonas de estacionamento tarifado, nomeadamente, por exemplo, junto à marginal, junto às praias, o que é de todo compreensível por razões óbvias. -----

-----Por outro lado também, naturalmente que esta preocupação em obter lugares de estacionamento, sejam eles tarifados em espaço aberto ou em parques fechados, justifica-se perfeitamente. E porquê? Porque nós somos vítimas do nosso sucesso, esta é que é a questão. Ou seja, o facto de Oeiras ficar em segundo lugar, atrás de Lisboa e antes do Porto e de Cascais, nos critérios de maior rendimento per capita, determina necessariamente que as famílias tenham, não é dois carros, mas acho que neste momento já vai em dois ponto quatro ou dois ponto seis. -----

-----Portanto, naturalmente, é um problema que resulta repito, do nosso sucesso. -----

-----O que eu queria dizer é que este Plano Estratégico da Parques Tejo compreende-se, embora haja aqui algumas questões que me parece que devam ser suscitadas e merecer a nossa atenção:-----

-----Em primeiro lugar, a pedagogia. Eu estou aqui a olhar para o nível das fraudes e das irregularidades, e verifico que tem taxas elevadíssimas em algumas das freguesias do nosso



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

Concelho. Ou seja, os cidadãos de alguma maneira, respondem desajustadamente àquilo que deveria ser o interesse de todos. E julgo que, mais do que sancionar, a Parques Tejo devia ter, de facto, uma atitude muito pedagógica junto dos munícipes, fazendo-os entender as vantagens destas zonas tarifadas. -----

----- Por outro lado também, refere-se aqui em dado momento, na páginas trinta e cinco, que uma das medidas é a criação de estacionamento de longa duração nos interfaces. Eu pergunto: mas ainda não está criado? Mas será que agora é que vamos criar isto? Esta é uma medida fundamental, aliás, Lisboa tem-na já há muito, na maioria dos casos é um bilhete que custa dois euros para o dia inteiro e que permite que as pessoas ali colocadas possam depois ir para o metro, para os autocarros, para o que quer que seja. -----

----- Portanto, eu acho que nesta matéria, a não estar ainda criada esta situação (eu aguardo que o Senhor Vice-Presidente me esclareça) é de toda a importância e vantagem fazê-lo no mais curto espaço de tempo. -----

----- Quanto ao mais, parece-me que é algo que deve continuar. Deve-se, de facto, expandir a rede de zonas tarifadas, mas fundamentalmente sensibilizar os cidadãos para o cumprimento das mesmas e sensibilizar os senhores colaboradores da Parques Tejo para não agirem tanto como polícias, mas agirem também como dissuasores de estacionamento agressivo.” -----

----- O Senhor Deputado Ricardo Fernandes (PS) disse o seguinte: -----

----- “Estamos hoje a apreciar o Plano Estratégico da Parques Tejo para o período dois mil e vinte e três – dois mil e vinte e cinco (deverá querer dizer dois mil e vinte e seis), documento que esperávamos que traduzisse:-----

----- Que empresa teríamos em dois mil e vinte e seis?-----

----- Que impacto a sua atividade, terá na mobilidade de Oeiras em dois mil e vinte e seis?

----- Esta estratégia surge depois de aprovadas as mudanças dos estatutos da empresa, dando-lhe um papel central nas políticas de mobilidade de Oeiras; depois do alargamento das zonas

de estacionamento tarifado, tornando Oeiras num dos municípios da AML com maior número de lugares tarifados; depois do aumento das tarifas de estacionamento, em alguns casos superiores a cinquenta por cento; e próximo da aprovação final do Plano de Mobilidade Sustentável do Concelho de Oeiras, que irá definir as políticas setoriais para os próximos anos. -----

-----Sobre o documento em si, coordenado pelo Professor João Figueira de Sousa, que aproveito para saudar, está bem estruturado e é composto essencialmente por dois blocos: -----

-----Um primeiro, de caracterização da empresa e das diversas componentes de mobilidade;

-----Um segundo, um plano de ação a implementar até dois mil e vinte e seis, constituído por cinco eixos temáticos e por cinco eixos transversais.-----

-----Sobre o documento, em termos gerais, lamentamos o parco tratamento da mobilidade pedonal fortemente afetada por uma política desregrada de ocupação do espaço público, em especial por publicidade, mas também destacamos os muitos Centros Históricos que não têm quaisquer condições para circular a pé, sendo disso exemplo Barcarena.-----

-----Já que se pretende tratar a mobilidade de forma holística, a mobilidade pedonal deveria ter sido tratada com maior destaque neste documento.-----

-----Sobre o plano de ação, depois de várias insistências do Partido Socialista, saudamos o Presidente da Câmara, por finalmente ter alterado a expressão de “autoridade de transportes”, que tanto a Parques Tejo insistiu em fazer permanecer nos seus documentos. -----

----- Porém, preocupa-nos a intenção por trás da medida de implementar uma política tarifária que promova uma maior utilização do transporte público. Trata-se de um retrocesso à integração promovida pela TML (Transportes Metropolitanos de Lisboa), designadamente na eliminação de milhares de títulos de transporte que apenas afastavam os utentes da sua utilização do transporte público. -----

-----Sobre as restantes áreas não existe grande novidade face à narrativa que tem sido comunicada pelo Executivo e pela empresa. Aliás, tal como o Plano de Mobilidade Sustentável do



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

Concelho de Oeiras, da responsabilidade do executivo, também neste documento estratégico da Parques Tejo não foram definidas metas, indicadores de realização, nem perspetivas do orçamento associadas a cada a ação.-----

----- Ou seja, estamos perante mais um documento, de importância estratégica para o Município, define o caminho, mas não permite avaliar de forma concreta como teremos a empresa em dois mil e vinte e seis e de saber as mudanças na mobilidade que irão ser concluídas até dois mil e vinte e seis.-----

----- Deixamos assim claro que um Plano Estratégico sem metas, ou objetivos, não é estratégico. É um plano de intenções.-----

----- Vamos ver o que o tempo reserva à Parques Tejo!”-----

----- **O Senhor Deputado Francisco O'Neill Marques (CH)** referiu o seguinte:-----

----- “No que concerne à apreciação da proposta oitocentos e sessenta e seis barra dois mil e vinte e três, enquanto Chega pensamos que a maior incongruência evidencia-se na priorização excessiva dada ao estacionamento. A oferta de mais vagas, parece ser a solução preferida pela Câmara Municipal de Oeiras, mesmo quando a necessidade é repensar o modelo de mobilidade e reduzir a dependência do automóvel. Chega de tantos discursos e vamos à prática quanto à resolução do problema.-----

----- O modelo territorial proposto pela Câmara Municipal de Oeiras, focado no automóvel particular e desconsiderado os princípios sustentáveis, parece um enredo ultrapassado em um palco global que busca padrões mais eficientes. As tentativas da Parques Tejo de abordar o transporte público e a mobilidade suave parecem ser meros adereços, incapazes de enfrentar o desafio real.

----- O transporte público, entrando em cena com rotas longas e horários desfavoráveis, encontra-se em apuros, refém de engarrafamentos e falta de prioridade.-----

----- A proposta de tarifários de mobilidade, apesar de mencionada, permanece no escuro, deixando dúvidas sobre a sua aplicabilidade prática.-----

-----Em suma, o quadro da mobilidade em Oeiras é uma peça complexa que exige análise profunda e ações concretas para superar as contradições existentes na abordagem atual da Parques Tejo.” -----

-----O **Senhor Deputado João Rafael Santos (CDU)** fez a seguinte intervenção: -----

-----“Ora bom, sobre esta matéria do Plano Estratégico da Parques Tejo parece-nos importante distinguir aqui duas situações: uma tem a ver com o seu enquadramento na política mais alargada do Município, nomeadamente o seu enquadramento no plano de mobilidade urbana sustentável, e depois outra mais ligada realmente àquilo que são orientações para esta empresa, que é um instrumento do Município na área da mobilidade. -----

-----Sobre o primeiro âmbito, neste enquadramento na política do Município e particularmente no plano de mobilidade urbana sustentável, nós, de facto, alinhamos naquilo que são orientações gerais, como tivemos a oportunidade de dizer quando discutimos o PMUS (Plano de Mobilidade Urbana Sustentável), mas naturalmente não podemos deixar de chamar a atenção para a relação fortíssima que a implementação deste Plano tem com investimentos que não dependem apenas do Município, estão muito pendentes também da Administração Central, das Infraestruturas de Portugal, da articulação com outros operadores como o metro, a Carris, em diferentes projetos e, portanto, há aqui algo que extravasa a própria intervenção do Município e não queremos deixar de assinalar. -----

-----Depois, as políticas de Ordenamento do Território de Urbanismo do Município que têm favorecido uma dispersão de polos de atração e de indução de mobilidade, até de localização de áreas residenciais muito desfasadas daquilo que são os corredores e aquilo que é o serviço de transportes coletivos e, portanto, há aqui, também nos parece, uma contradição. -----

-----E as grandes assimetrias internas do território do nosso Concelho que implicam, de facto, uma intervenção muito mais alargada do que aquilo que uma empresa municipal poderá fazer. -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

----- E aqui leva-nos então para o segundo âmbito de comentários que têm mais a ver com a intervenção no Plano Estratégico da Parques Tejo. -----

----- Primeiro, uma questão de formalidade: é-nos apresentado um documento que parece-nos ser algo que é um power point, mais do que propriamente um plano estratégico, e aqui a questão de ter a organização de eixos, de medidas, mas depois não ter ações, metas e resultados, métricas e investimento associado, isto, de facto, parece-me ser um lapso de formalidade importante. -----

----- Também apresenta alguns elementos ou um organigrama, que não é muito claro naquilo que são os departamentos e o seu funcionamento interno. Apresenta datas que não estão já contextualizadas, como por exemplo, a entrada em funcionamento da Carris Metropolitana para qualquer coisa que vai acontecer a um de janeiro de dois mil e vinte e três, ora bem já estamos bem longe disso. -----

----- Sobre a Parques Tejo em concreto, nós também concordamos que há aqui uma bondade geral das propostas apresentadas, enfim, são enunciados gerais que não são difíceis de discordar... de concordar, peço desculpa. Agora, dúvidas muito concretas: quais são os financiamentos? Há duas páginas deste power point sobre o financiamento e governança, remete-se para uma relação com a Câmara Municipal a decidir. A própria relação funcional e da decisão, naquilo que são áreas de fronteira com a Câmara, nomeadamente o espaço público, cá está o Urbanismo e o Ordenamento do Território, as redes de espaço público e de pedonalidade... Isto não está definido, o que é que cabe a cada um destes atores. Dá-se um cheque em branco para o alargamento das zonas de estacionamento de duração limitada, é uma matéria complexa sobre a qual, naturalmente, há várias posições e cada caso é um caso, mas seria interessante definir metodologias de abordagem e de diálogo, com diferentes intervenientes para esta definição e não um cheque em branco. -----

----- Carreiras urbanas novas, que estão propostas e inclusivamente, com grande detalhe

nas paragens, fazendo uma crítica às carreiras existentes do Combus, ou seja, aqui se calhar, já há um grau de decisão e de definição muito grande. Ora bem, é um Plano Estratégico que numas matérias é muito abrangente, noutras é muito, muito descritivo. -----

-----Uma definição, por exemplo, da gestão de recursos humanos bastante incipiente, parece-nos importante que como empresa, a questão dos recursos humanos estivesse mais trabalhada. -----

-----E talvez apenas duas últimas sugestões, que nos parece que um Plano Estratégico pode ter que é: destacar a necessidade de trabalhar estes âmbitos de mobilidade com mais envolvimento do tecido associativo, a vários níveis, por exemplo, com as associações de moradores, com a gestão dos parques empresariais, com o tecido educativo do Conselho que gera mobilidades muito importantes, nomeadamente das camadas mais jovens. E associado a isso, aqui um impulso que nos parece ser muito importante dar, na rede de bicicletas do Município, para colmatar uma grande carência e um atraso estrutural que temos a este nível, comparando com outros municípios, e se queremos estar na frente, então temos de dar realmente aqui esse grande passo, e não cometer um erro que foi cometido, por exemplo, em Lisboa, que é servir áreas que já são muito bem servidas de transportes e apostar naquilo que são realmente as carências das ligações a áreas mais assimétricas e menos servidas. -----

-----Esta apreciação não pode deixar de apontar para algumas fragilidades, algumas potencialidades, mas enfim, também destacar que nas boas intenções, acompanhamos a gestão da Parques Tejo.” -----

-----A **Senhora Presidente da A.M.** referiu o seguinte: -----

-----“Senhor Deputado Romeu Monteiro (IL), nesta sua primeira intervenção queria-lhe dar as boas vindas a esta Assembleia.” -----

-----O **Senhor Deputado Romeu Monteiro (IL)** disse o seguinte: -----

-----“Obrigada, Senhora Presidente. -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

----- Eu já cá estive noutra Assembleia Municipal, em substituição, esta é a minha segunda, mas agradeço.-----

----- Eu não me irei alongar muito.-----

----- A Iniciativa Liberal não se identifica com este modelo de exploração, deste tipo de necessidades. Achamos que não devia ser concessionada a exploração a uma única empresa, de basicamente todos os projetos de mobilidade, deveria haver um concurso público com vários cadernos de encargos e várias empresas poderiam concorrer e apresentar as melhores propostas para que pudéssemos reduzir os custos, incentivar à eficiência, à inovação... porque depois o que acontece é que vamos (como outra proposta, vamos votar a número três da Ordem do Dia) estar a votar subsídios, em vez de fazer algo que devia ser um leilão entre várias propostas e não uma votação de um subsídio a atribuir.-----

----- Fora isso, já foram indicadas aqui várias questões sobre o Plano Estratégico, que nós não vamos repetir.-----

----- Gostaria, por exemplo, de destacar que nós vemos coisas que não identificamos como necessidade, como a questão das trotinetes, do sistema de trotinetes partilhadas. Fala em duzentas e setenta e cinco trotinetes, que envolve parcerias com operadores privados, quiosques de aluguer de trotinetes... nós vemos que as trotinetes noutras cidades, em Portugal, na Europa, elas não carecem de quiosques, não carecem de incentivo e carecem quase de regulação e limitação, porque são tantas.-----

----- Eu próprio sou utilizador de trotinete, utilizei ainda hoje, tenho a minha própria, sou fã, mas achamos que o setor privado é perfeitamente capaz de dar conta disto. Não percebo se os utilizadores em Oeiras precisam de subsídios para poderem utilizar trotinetes, se não têm dinheiro dos seus salários ou se os operadores privados não conseguem entrar em Oeiras sem parcerias com a Câmara, ou o que é que se passará aqui. Portanto, achamos que isto não é uma necessidade, não devia estar na Parques Tejo.-----

-----Por outro lado, alguns dados que são listados no documento, também temos algumas dúvidas em relação à qualidade do que é aqui indicado, por exemplo, uma das funções principais, trata-se da fiscalização do estacionamento, nós na página dezassete temos um quadro onde nos é indicado que a Parques Tejo tem quarenta e seis fiscais, no total de setenta e um funcionários e, por exemplo, é indicado que relativamente a dois mil e vinte e um (e já estamos no final de dois mil e vinte e três, isto já são dados de quase dois anos) para quarenta e seis fiscais, temos um número total de avisos de pagamento emitidos de doze mil novecentos e oito, o que dá, se dividirmos, duzentos e oitenta avisos por fiscal. Até aqui, os números parecem mais ou menos razoáveis. Mas também é indicado o número médio de avisos emitidos por hora e por fiscal, quatro ponto nove, o que também parece adequado. A questão é que quando dividimos isto, quatro ponto nove avisos por fiscal, por hora, por duzentos e oitenta avisos totais por fiscal, para dois mil e vinte e um, temos cinquenta e sete horas trabalhadas por fiscal. Isto aqui não parece bater muito certo. Não me parece que os fiscais estejam a trabalhar só cinquenta e sete horas a fazer fiscalização, digo eu. Senão o que está aqui a ser dito é que só é preciso um fiscal para produzir o número de avisos de pagamento emitidos que vêm ali listado. -----

-----E, portanto, isto aqui é um bocadinho estranho, deixa-nos aqui algumas reservas sobre a qualidade dos dados indicados, que nós gostaríamos também de analisar, porque são informativos, de facto, sobre o que se passa em Oeiras e a atividade da Parques Tejo.” -----

-----O **Senhor Deputado Rui Pessanha (IN-OV)** fez a seguinte intervenção: -----

-----“A partir de dois mil e vinte e um, os estatutos da Parques Tejo foram alterados, a fim da empresa assumir novos compromissos nas áreas do transporte público urbano, da mobilidade, micromobilidade, passando por desenvolver soluções integradas nesta vertente, não esquecendo a logística e o estacionamento urbano. Tudo isto acrescentado às competências já existentes no estacionamento, nomeadamente ao nível da fiscalização. -----

-----Neste contexto e tendo em conta a iniciativa e a vontade política do acionista Câmara



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

Municipal de Oeiras de avançar com o Plano da Mobilidade Urbana Sustentável, surge assim este Plano Estratégico da Parques Tejo, para ser implementado nos próximos três anos, apesar da empresa ter começado a desenvolver, desde o ano passado, a operacionalização de algumas das novas competências.-----

----- O Plano Estratégico foi concebido para dar uma resposta cabal às mudanças necessárias no plano da mobilidade, não só pretendidas pela Câmara Municipal, mas também porque a realidade se alterou nos últimos anos, tendo em conta o grau de desenvolvimento atingido por Oeiras, logo, há que criar condições, no âmbito de um conceito amplo de mobilidade, para acrescentar qualidade de vida às populações visadas, neste caso, os residentes, mas também para aqueles que aqui trabalham, estudam ou nos visitam. Logicamente, esta qualidade de vida acrescentada pelas referidas mudanças a implementar, tem impacto na vida das pessoas, no quotidiano do tecido empresarial e no turismo, bem como na sustentabilidade ambiental.-----

----- Tudo isto passa pela interligação de transportes eficientes com o Ordenamento do Território, por forma a garantir a referida qualidade de vida, olhando também para as necessidades dos cidadãos.-----

----- Perante este facto, há que ter em conta a oferta de estacionamento, mas também soluções de mobilidade suave, bem como na rede de transportes coletivos.-----

----- Concluindo, o presente Plano Estratégico visa criar soluções para a transformação que Oeiras tem vivido, em termos sociais e económicos, a fim de dar resposta às situações já elencadas, por via da referida transformação, tendo sempre presente a sustentabilidade ambiental, que, mais do que nunca, tem de estar sempre presente nas políticas públicas implementadas.”-----

----- A **Senhora Presidente da A.M.** disse o seguinte:-----

----- “Mais algum Senhor Deputado pretende usar da palavra, sobre este ponto?-----

----- Senhor Vice-Presidente...?”-----

----- O **Senhor Vice-Presidente da C.M.O.** referiu o seguinte:-----

-----“Senhora Presidente, aproveitando a oportunidade de estar cá o Presidente da Parques Tejo, quem melhor do que o Senhor Presidente da Parques Tejo para responder às questões levantadas do que o próprio. -----

-----Com a sua licença e autorização.” -----

-----A **Senhora Presidente da A.M.** disse o seguinte: -----

-----“Com certeza. -----

-----Não ultrapassando o tempo destinado à Câmara. -----

-----Faz favor.” -----

-----O **Senhor Rui Rei (Presidente Executivo da Parques Tejo)** fez a seguinte intervenção:-----

-----“Muito obrigado, Senhora Presidente, Senhor Presidente em Exercício, restantes Vereadores e Vereadoras, Senhores Eleitos Municipais, público que aqui se encontra presente e que nos assiste via digital. -----

-----Eu agradeço genericamente as questões e as reflexões que foram aqui colocadas, em particular a última intervenção que os Eleitos do IN-OV fizeram, porque, de facto, se colocou os pontos no seu devido lugar, porque nós estamos perante um Plano Estratégico, não estamos perante um Plano Operacional. -----

-----E, portanto, quando discutimos este Plano Estratégico...e o Plano Estratégico tem uma data em que houve o seu início, teve uma data em que nós concluímos e teve uma data em que foi entregue a Câmara Municipal para discussão, neste caso até para a discussão que aqui está hoje. -----

-----Podemos verdadeiramente discutir o que existe, mais o que não existe, mais o que nós nem sequer sabemos que existe. Na realidade, o que este Plano aqui retrata, olha para o futuro, em cinco eixos. E, portanto, quando se diz que o principal eixo que a Parques Tejo retrata neste Plano, é o do estacionamento, ou não lemos, ou estamos distraídos ou queremos construir outra narrativa qualquer, mas essa nós efetivamente não concordamos, não vamos deixar e vamos continuar a



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

falar de realidade. E a realidade é muito clara: o eixo um é o eixo dos transportes públicos, o eixo dois é o eixo da mobilidade suave, o eixo três é o da logística urbana, o eixo quatro é da gestão do estacionamento e o eixo quinto é o da gestão da mobilidade. E isto é uma verdade porque está no documento. Se os Senhores tivessem lido, estava lá. Podemos a seguir retratar e dizer o que quisermos, mas a verdade, é que são estes os eixos temáticos de intervenção que nos propomos e que aqui dissemos, e que está no documento.-----

----- E depois, os eixos transversais, que também estão neste documento que são: a capacitação tecnológica, a gestão do cliente e a comunicação, a governança e o financiamento e a gestão de recursos humanos. -----

----- A gestão de recursos humanos, podemos dizer que é incipiente... na realidade, se formos ao eixos transversais de intervenção, tem tantas atividades aqui retratadas como a capacitação tecnológica e mais do que todos os outros eixos transversais. Portanto, versa exatamente estes factos.-----

----- Mas se me permite, Senhora Presidente, mais do que a questão do Plano Estratégico, o que aqui foi discutido, não foi nada a ver com o Plano Estratégico. -----

----- Até porque eu já, se me permite, ouvi de tudo. Já ouvi dizer que não existe uma estratégia para o estacionamento, da parte do Partido Socialista, quando já tiveram administradores que lá estiveram e, portanto, era bom avaliar-se o que é que fizeram durante estes anos todos. ----

----- Mas na realidade, seria interessante verificar que quando temos a gestão do estacionamento, e dizem que o estacionamento era gerido de forma casuística, em que não iríamos fechar as malhas, mas depois ao mesmo tempo dizem que cresceu muito a área de estacionamento regulado, quando para fechar as malhas é preciso exatamente fazer isso. E na maior parte dos casos que fechámos as malhas, foi a pedido da esmagadora maioria dos cidadãos residentes e munícipes deste Concelho.-----

----- Foi à Câmara Municipal e na esmagadora maioria dos casos não foi efetivamente

chumbado, foi aprovado umas vezes por unanimidade, outras vezes por maioria. É isto que temos feito. -----

-----Quando se vem aqui também referir que na realidade... é o caso do Partido Socialista que diz que as tarifas aumentaram mais de cinquenta por cento... o Senhor Eleito esqueceu-se foi de dizer que, quando comparamos as tarifas de Oeiras e de Cascais, estamos a falar de tarifas que em Cascais são mais do dobro das de Oeiras, é isso que Vossa Excelência deve dizer, e não por um lado a dizer que temos tarifas baixas, como já aqui foi dito e, por outro, subtilmente vir dizer que o que estamos a tentar fazer é aumentar essas tarifas para arrecadar receita. Não é verdade. Porque o que estamos a fazer, é gerir o estacionamento como deve ser feito.” -----

-----A **Senhora Presidente da A.M.** interveio dizendo o seguinte: -----

-----“Senhor Doutor, eu peço-lhe que se fale sobre a gestão da Parques Tejo e não faça considerandos que podem ser considerados políticos...” -----

-----**Alguém interveio, mas dado que o fez com o microfone desligado, torna-se inaudível o que foi dito.** -----

-----A **Senhora Presidente da A.M.** continuou dizendo o seguinte: -----

-----“...Gestão da Parques Tejo...” -----

-----**Alguém interveio, mas dado que o fez com o microfone desligado, torna-se inaudível o que foi dito.** -----

-----A **Senhora Presidente da A.M.** continuou dizendo o seguinte: -----

-----“Por favor, Senhor Deputado. -----

-----Eu estou a falar... Não é preciso que os Senhores...” -----

-----**Alguém interveio, mas dado que o fez com o microfone desligado, torna-se inaudível o que foi dito.** -----

-----A **Senhora Presidente da A.M.** continuou a sua intervenção dizendo o seguinte: ----

-----“...Mas não é preciso que os Senhores intervenham, nem que falem todos ao mesmo



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

tempo.-----

----- Eu estou a chamar à atenção do Senhor Administrador da Parques Tejo, precisamente para essa situação e a pedir que fale sobre gestão, neste caso sobre o Plano Estratégico da empresa Parques Tejo. -----

----- Agradecia-lhe, realmente, o favor de continuar neste contexto.”-----

----- O **Senhor Rui Rei (Presidente Executivo da Parques Tejo)** continuou a sua intervenção dizendo o seguinte:-----

----- “Muito obrigado, Senhora Presidente. -----

----- Em relação ao resto e ao restante do Plano Estratégico, é também necessário relembrar que quando a empresa aqui vem retratar as prioridades que o Município colocou e bem, no que diz respeito à mobilidade suave e à construção de uma rede de Bike Sharing, em toda a Área Metropolitana de Lisboa, neste momento, só existem duas redes de Bike Sharing em funcionamento: uma em Lisboa e outra em Oeiras. É aqui que existe. Portanto, quando queremos falar do resto, é só mera fantasia. Na realidade, o que existe neste momento é Lisboa e Oeiras. ---

----- Quanto às questões estratégicas de inovação que fazemos. Nós, por indicações da Câmara Municipal e bem, não criamos nenhum constrangimento à entrada de nenhum operador. A única coisa que fazemos é que os operadores quando entram em Oeiras, têm que garantir que: a sua operação é feita como deve ser, que as trotinetes (tanto quanto possível) não ficam espalhadas por todo o lado da via pública e, para isso, nós temos um centro de operações onde tentamos controlar, e tentamos impor regras do lado dos operadores, para que façam exatamente esse trabalho e estamos a fazê-lo continuamente. E, por isso, estamos a desenvolver os nossos instrumentos tecnológicos, a par da nossa aplicação e de toda a parte do Back Office para que isto se venha a verificar.-----

----- E sem este investimento, da parte da gestão pública na mobilidade, não existe outro investimento de inovação, porque a mobilidade carece em si mesmo, com a exceção de alguns

pequenos pontos, de alguns pequenos pontos verticais da mobilidade, a esmagadora maioria dos transportes públicos que transportam pessoas são deficitários. Não sobrevivem só com o preço do bilhete, com quarenta euros por mês de passe, portanto, há lugar sempre à subsidiação, seja ela feita através de instrumentos diretos do Estado, ou através de contratualização, que depois se faz essa subsidiação. -----

-----E, portanto, quando referimos alguns desses aspetos é aí, não é às trotinetas. As trotinetes não são objetivamente subsidiadas, as trotinetes em Oeiras, inclusivamente para operarem, contribuíram para o pagamento de algumas das infraestruturas que foram feitas, porque nós aqui defendemos que a iniciativa privada tem que contribuir para esses investimentos, porque é assim que deve ser. -----

-----Muito obrigado, Senhora Presidente.”-----

-----A **Senhora Presidente da A.M.** disse o seguinte: -----

-----“Muito obrigada pelas suas explicações.-----

-----Quer intervir sobre isto? Senhor Deputado Jorge Rato (PS), faz favor.”-----

-----O **Senhor Deputado Jorge Rato (PS)** fez a seguinte intervenção: -----

-----“Senhora Presidente, a primeira nota é para si, recordando que nos termos regimentais, não conhecemos que tenha havido uma delegação de competências do Senhor Presidente em algum dos Senhores Vereadores, e por portanto, tendo-se ausentado o Senhor Vice-Presidente da sala, nós não conseguimos saber quem é o nosso protagonista do lado do Executivo, neste momento.”

-----A **Senhora Presidente da A.M.** interveio e disse o seguinte:-----

-----“Senhor Deputado, deixe-me só dizer-lhe, o Senhor Vice-Presidente pediu para sair por uns momentos, que voltava muito rapidamente. Chamei à atenção precisamente para essa situação, que não pode sair da sala, mas ele disse que realmente não podia ficar. -----

-----Se os Senhores considerarem que se deva interromper os trabalhos, eu concordo.” ---

-----O **Senhor Deputado Jorge Rato (PS)** continuou dizendo o seguinte: -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

----- “Senhora Presidente, agradeço o seu esclarecimento, mas mantenho aquilo que disse...”-----

----- A **Senhora Presidente da A.M.** referiu o seguinte:-----

----- “Claro, tem toda a razão.”-----

----- O **Senhor Deputado Jorge Rato (PS)** continuou dizendo o seguinte:-----

----- “...porque do ponto de vista regimental, não havendo uma delegação que tenha sido anunciada, e tendo o Senhor Vice-Presidente saído, deixamos de ter protagonista com quem falemos. --- -----

----- Já não falo da questão de ter pedido a um nomeado para uma empresa, vir aqui falar em substituição do Executivo, e não estar cá para ouvir o que disse. -----

----- Relativamente ao...”-----

----- A **Senhora Presidente da A.M.** disse o seguinte:-----

----- “Já aí vem.”-----

----- O **Senhor Deputado Jorge Rato (PS)** continuou dizendo o seguinte:-----

----- “Relativamente ao Doutor Rui Rei, nomeado e não eleito, para a Parques Tejo. -----

----- Queria dizer que nós não estamos no futebol, em que a melhor defesa é o ataque. E, portanto, com as responsabilidades que terá em resultado da sua nomeação, deveria ter o cuidado de não confundir esta sala com uma assembleia qualquer de militantes do seu partido, como eu também não o faço quando estou a falar da assembleia do meu partido, e quando estou aqui. -----

----- Há formas de falar, e os eleitos merecem respeito, quando se vem aqui responder às questões que foram colocadas, sejam elas quais forem as questões e seja ele qual for a deputada ou deputado que levantem as questões, ou que suscitem interrogações a uma empresa municipal.

----- Queria dizer ao Senhor Vice-Presidente, que já veio, para terminar, que isto não é “de lagardére”, e, portanto, quando alguém vem aqui falar, seja ele de uma empresa municipal, seja do que for, tem que ter obviamente o escrutínio da Câmara para estar a ouvir, quem representa o

Senhor Presidente da Câmara...”-----

-----**Alguém interveio, mas dado que o fez com o microfone desligado, torna-se inaudível o que foi dito.**-----

-----**O Senhor Deputado Jorge Rato (PS)** continuou dizendo o seguinte:-----

-----“...Não. Quem representa o Senhor Presidente da Câmara legalmente, para avaliar da forma como os nomeados se dirigem a esta casa.”-----

-----**A Senhora Presidente da A.M.** disse o seguinte:-----

-----“Bem, penso que este ponto está Apreciado... Pretende usar da palavra? Faz favor.”-----

-----**O Senhor Deputado António Moita (IN-OV)** fez a seguinte intervenção:-----

-----“Eu não posso de deixar de dar aqui nota de alguns excessos que sinto nestas apreciações que aqui são feitas. Não tanto da questão se o Senhor Vice-Presidente aqui está ou não, com certeza que o Senhor Vice-Presidente não se ausentou por gosto, ausentou-se porque tinha que ser, mas compreendo perfeitamente a questão que foi colocada.-----

-----Já relativamente a esta distinção que querem fazer entre os eleitos e os não eleitos, com toda a franqueza, acho que há aqui algum excesso. E não posso deixar de o referir porque o que tirei da intervenção do Senhor Presidente da Parques Tejo, foi o grande entusiasmo com que encara todas estas questões e a forma viva como o faz.-----

-----Acho que é assim que se deve levar ou que se deve encarar aquilo que aqui foi dito. E devo dizer que este entusiasmo e esta forma viva de intervenção contrasta com outras que já no passado tivemos relativamente à Parques Tejo, e que devem ser referidas como muito positivas.-

-----Aquilo que a Parques Tejo tem feito nestes últimos tempos, designadamente desde que o novo Conselho de Administração assumiu funções, é algo que é importante para o Município, é algo que revela, nesta área em concreto que tão criticada é, o empenho que o Município e designadamente a Câmara Municipal tem, e revela também a enorme atividade que a Parques Tejo tem vindo a ter.-----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

----- Eu retiro, portanto, uma nota muito positiva da forma como a Parques Tejo tem vindo a intervir, daquilo que são os seus planos para os próximos anos.-----

----- E, obviamente que peço ao Senhor Presidente da Parques Tejo que, de facto, tenha em consideração estas questões que aqui foram colocadas, certamente não voltarão a acontecer.-----

----- Mas, como digo, levo e peço que todos levem à conta, mais uma vez do entusiasmo com que o faz.”-----

----- **A Senhora Presidente da A.M.** disse o seguinte:-----

----- “Senhor Deputado, eu compreendo a sua boa vontade, para que realmente esta situação fique sanada.-----

----- Claro que nós sabemos da boa vontade e da competência do Senhor Presidente da Parques Tejo, mas também tenho de compreender a posição dos meus colegas, que não aceitam uma posição com alguns comentários políticos e até chamando “os Senhores Eleitos”.-----

----- Conjugando e combinando tudo, foi feita a explicação e penso que estamos todos esclarecidos.-----

----- Quanto ao facto do Senhor Vice- Presidente não estar na sala, o Senhor Vice-Presidente disse que tinha, de facto, que se ausentar por breves instantes, e assim foi. Cá está de novo.-----

----- Eu sei, perfeitamente que tem que estar, e aqui a Assembleia sem ele estar, os trabalhos têm que ser suspensos. Parece-me que não valia a pena.-----

----- Tudo está resolvido e está resolvido a bem.-----

----- Penso que é preferível fazermos o intervalo e depois continuarmos os nossos trabalhos.”-----

----- **APRECIADA**-----

----- **INTERVALO**-----

----- A Senhora Presidente da A.M. interrompeu os trabalhos para a realização de um breve

intervalo. -- -----

4.2. Apreciação e Votação da Proposta CMO N.º 867/2023 – GCAJ - relativa à Parques Tejo, E.M. – Delegação de Competências - Aprovação de contrato programa e atribuição de subsídio à exploração no domínio da organização, planeamento, desenvolvimento e articulação das redes e linhas do serviço público de transporte de passageiros, no que se refere especificamente ao Projeto SATUO (Os documentos relativos a esta Proposta ficam arquivados, como anexos, na pasta desta Sessão) -----

-----O Senhor Deputado João Rafael Santos (CDU) disse o seguinte: -----

-----“Muito obrigado, Senhora Presidente.-----

-----Este ponto, eu diria que vem muito na sequência daquela que foi a discussão anterior, sobre as funções da Parques Tejo e a sua relação com o próprio Município. -----

-----O projeto do SATUO, muita tinta correu a propósito dele. A CDU tem tido uma postura, relativamente a este projeto, que considera que desde a sua génese foi desajustado, com custos de infraestrutura, de especificidade tecnológica que não eram compatíveis, revelaram-se incompatíveis com a procura, com o modelo de gestão, com as expectativas de utilização e, portanto, é um modelo que se revelou insustentável, mas, de facto, é um eixo muito importante para a mobilidade do território de Oeiras, mas também de uma área muito mais alargada, ligando dois importantes eixos ferroviários (a linha de Cascais e a linha de Sintra). Portanto, parece-nos que um investimento desta natureza tem de ser equacionado a este nível regional, ou pelo menos sub-regional, também naquilo que é o estudo, todo o desenvolvimento de um programa de intervenção (que é o que está agora aqui em causa), portanto, desenvolvimento de estudos, de candidaturas, desenvolvimento de projetos. Isto não deveria ficar apenas na responsabilidade e com o ónus da Parques Tejo, ou neste caso, enfim, do Município de Oeiras. Sintra naturalmente devia ser aqui envolvida (eventualmente também com custos), mas sobretudo a Área Metropolitana de Lisboa, enquanto Autoridade Metropolitana de Transportes, que neste momento



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

parece-nos ser a plataforma de articulação mais adequada para este tipo de intervenções. -----
----- Parece-nos também que, de um ponto de vista mais específico, aquela que é a fundamentação desta proposta, deveria estar mais clara relativamente à viabilidade, ou à demonstração da viabilidade tecnológica, sobretudo naquilo que tem a ver com a reutilização do viaduto que está construído entre Paço de Arcos e o Oeiras Parque. Está escrito, o Senhor Presidente também já se pronunciou sobre isto, parece que há umas soluções tecnológicas, uns veículos que permitem a reutilização do viaduto, mas a verdade é que nos materiais que nos chegam a fundamentar esta proposta, isto não aparece. Esta demonstração para nós era muito importante que existisse, porque o contrato-programa que aqui estamos a discutir aponta já para o lançamento de candidaturas, desenvolvimento de projetos, com uma matriz tecnológica e programática muito específica, de algum modo. Portanto, esta certeza a nós, ainda não nos dá muita confiança. -----

----- Era um “bocadinho” estas questões que gostávamos de levantar e peço muita desculpa, mas vou ter de me ausentar por um compromisso também profissional em Lisboa, e não poderei acompanhar a discussão, mas aqui o meu companheiro de bancada estará cá. -----

----- Muito obrigado.”-----

----- O Senhor Deputado Jorge Pracana (PSD) observou o seguinte: -----

----- “Muito obrigado, Senhora Presidente. -----

----- Gostaria de ter uma hora para falar sobre este assunto, mas como realmente não tenho hipótese, começo por declarar uma situação de interesses, que hoje está afastada, na medida em que fui presidente da assembleia geral do SATUO desde a sua fundação, até à cessação, até à sua liquidação. -----

----- Devo dizer que o PSD e eu próprio sempre acreditámos nesta solução. Era uma solução de vanguarda, era uma solução importante ao tempo, na medida em que enquanto mobilidade suave, ela tinha muito a dizer, antecipando aquilo que hoje é normal todos nós desejarmos, mas

que na altura se tornou alvo de grandes críticas, principalmente por parte do Bloco de Esquerda na altura. Inclusive aqui nesta Assembleia, o Miguel Pinto trouxe-nos desde gravadores a fotografias, com barulho, etc.-----

-----Foi sempre um projeto com alguma polémica, talvez não tanto por aquilo que pretendia, que era o prolongamento pelo menos até ao Taguspark, mas fundamentalmente porque entendiam que teria sido um negócio pouco claro por parte da Câmara Municipal. Deixem-me dizer que o Senhor Presidente da Câmara atual não necessita de testemunhos em relação àquilo que declara e que está patente na ata da reunião da Câmara, mas aquilo que é dito corresponde rigorosamente à verdade. -----

-----Um dos primeiros aspetos a ter em conta (e com isto rapidamente termino), é os custos para a Câmara. A Câmara, de facto, não teve custos com este processo, a não ser o custo do terreno onde estavam as sapatas e as pastilhas que foram colocadas depois à volta das sapatas, exatamente até por indicações do então Vereador da Cultura, o Doutor Barreto Xavier, no tempo da Doutora Teresa Zambujo, e que se entendeu colocar essas pastilhas estéticas para evitar as pinturas e as pichagens que seriam normais. Tirando esse aspeto, aquilo sempre foi uma coisa fundamental, porque não fazia sentido, há décadas que nós temos duas linhas que correm em paralelo, e qualquer pessoa que quisesse ir por via férrea de Lisboa a Sintra, ou melhor de Cascais a Sintra, teria que vir a Lisboa para depois ir para Sintra. Era um absurdo. Para além de que fazia todo o sentido (e hoje parece que finalmente a Câmara de Sintra reconheceu isso) a vantagem que há para os dois concelhos, quer para Oeiras, quer para o Cacém, e deixem-me dizer que é meu entendimento que o maior fluxo vai... e, portanto, o benefício em termos de concelho, vai ser fundamentalmente do Cacém para Oeiras e não o inverso. Porquê? Porque nós temos, realmente, a captação, em termos de localização, em termos de frente de mar, em termos de um conjunto de infraestruturas, que infelizmente em Sintra não existem e no Cacém muito menos. Portanto, isto é um projeto perfeitamente lógico. -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

----- A delegação de competências parece-me perfeitamente normal. Aliás, ao contrário do que alguns entendem, o PSD defendeu sempre a Parques Tejo. Pode ser crítico em relação às suas administrações, por não concordar com elas, mas a empresa em si tem a sua validade, tem a sua eficácia, tem projetos e tem capacidade de os executar. Efetivamente, esta delegação de competências visa realmente isso. Parece-nos, portanto, claro, que é fundamental recuperar este meio. Bem sei que provavelmente terão que mudar o nome, porque este nome tem uma carga negativa, que não se entende porquê, porque os nomes nada significam, o que interessa é o conteúdo e o conteúdo neste momento que importa, é que isto vai, é o projeto, vai seguramente chegar à estação do Cacém. -----

----- Dizia eu que o PSD está muito confortável com esta proposta, considera que ela pode realmente permitir um desenvolvimento rápido, mais rápido até do que seria eventualmente se fossa a Câmara a desenvolver, ou uma entidade privada, estes estudos, e consideramos que a Parques Tejo tem capacidade para o fazer. -----

----- Portanto, a Parques Tejo vem também contribuir com a sua quota-parte em termos de financiamento dos valores aqui referidos e a Câmara apenas irá em dois anos, atribuir duzentos e cinquenta mil euros em cada ano e, portanto, consideramos que iremos votar favoravelmente esta proposta, que consideramos ajustada. E mais do que isso, entendemos que é rapidamente necessário pôr isto em prática e pôr este sistema a funcionar, porque ele vai permitir para nós, no fundo, um melhor acesso àquilo que é uma centralidade económico-financeira no Concelho, como é o Taguspark.” -----

----- O Senhor Deputado Rui Pessanha (IN-OV) referiu o seguinte: -----

----- “Obrigado, Senhora Presidente. -----

----- Tal como foi referido na proposta anterior, no âmbito do Plano Estratégico da Parques Tejo, em termos de mobilidade e sustentabilidade ambiental, o SATUO enquadra-se perfeitamente neste modelo, a fim de otimizar a oferta do transporte público na área do Município de Oeiras,

dado que o projeto - para além do troço já existente entre Paço de Arcos e o Oeiras Parque - contempla também outros traçados, tais como entre o Fórum e o Lagoas Park, do Lagoas Park ao Taguspark e por fim do Taguspark à estação do Cacém. Todo este percurso proporcionará, no futuro, a interligação entre duas linhas ferroviárias: Cascais e Sintra, com reconhecida importância na mobilidade da Área Metropolitana de Lisboa. -----

-----Por outro lado, com a implementação de todos os traçados, o SATUO constituir-se-á como um eixo fundamental para a mobilidade do Concelho, no que respeita ao reforço das acessibilidades, mais uma vez referindo os diversos públicos-alvo, positivamente atingidos, ou seja, nas deslocações dos residentes, nos estudantes, nos trabalhadores e colaboradores do vasto tecido empresarial, não esquecendo aqueles que nos visitam. -----

-----Assim sendo, o presente processo do SATUO enquadra-se perfeitamente no objeto social atual da Parques Tejo, dado que o mesmo fará parte de um sistema integrado de mobilidade, contribuindo para a criação de soluções viáveis dessa mesma mobilidade. -----

-----Tal como previsto no Plano de Mobilidade Urbana Sustentável e de Acessibilidades e que também pode perfeitamente inserir-se no Plano Estratégico da própria Parques Tejo, no âmbito da orientação para o Concelho, no que respeita à oferta de transportes públicos, direcionada para as necessidades dos residentes e dos visitantes. -----

-----Neste contexto, a delegação de competências, com o respetivo contrato-programa e subsídio à exploração, no âmbito do desenvolvimento do projeto SATUO, para a Parques Tejo, é, sem sombra de dúvida, um importante contributo que a empresa dará ao Município de Oeiras, para a implementação deste sistema de transporte. -----

-----Concluindo e tendo em conta os referidos Planos de Mobilidade e Estratégico, a futura implementação do SATUO contribuirá decisivamente para o desenvolvimento do transporte público, no âmbito da mobilidade e das acessibilidades urbanas sustentáveis. -----

-----Obrigado.” -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

----- A Senhora Deputada Mónica Albuquerque (EO) interveio e disse o seguinte:-----

----- “A proposta de Delegação de competências à Parques Tejo, relativa à aprovação do contrato programa e respetiva atribuição de subsídio à exploração no domínio da organização, do planeamento, desenvolvimento e articulação das redes e linhas do serviço público de transporte de passageiros, no que se refere especificamente ao projeto do SATUO levanta muitas dúvidas e algumas perplexidades.-----

----- O SATU é um dos piores exemplos do que é uma gestão casuística das prioridades. Tal como o projeto do Centro de Congressos, o SATU é outra ruína que nunca funcionou sem ser na cabeça do Senhor Presidente, agora rebatizado por SATUO.-----

----- Ao invés de criar um território compacto, capaz de gerar um ambiente urbano apto a deslocções em transporte coletivo, a pé e de bicicleta, a opção em Oeiras foi a de criar Parques Empresariais longe de todo e qualquer transporte público, que existe para servir apenas os que podem mesmo deslocar-se na sua viatura própria, seja por que motivo for. O TagusPark e o Lagoas Park funcionam à custa do carro e o SATU nunca passou de mais um brinquedo caro deste Presidente, que o trouxe nas suas ideias de viagens ao estrangeiro sem perceber que o contexto da sua cidade era diferente.-----

----- Com três estações, o SATUO nem para servir o Centro Comercial serve, já que estacionamento não falta no centro comercial e, ainda por cima, é gratuito e, portanto, ao contrário do SATUO, as pessoas preferem não pagar.-----

----- Já se ouviu, como em tudo o que corre mal em Oeiras, o Presidente vir queixar-se do Governo que não implementava o transporte público para servir as zonas urbanas que o Senhor Presidente resolveu criar longe de tudo, onde os solos eram mais baratos e onde cada um tinha o seu lugar. Portanto, na lógica distorcida de Isaltino Morais o SATUO que nunca funcionou só pode ser o resultado de um transporte público de que o governo não quis saber.-----

----- E agora? Agora vem a insistência com o mesmo serviço. Em vez de termos um

Transporte Coletivo em Sítio Próprio, ao nível do solo, assente em autocarros confortáveis e frequentes com prioridade sobre os demais, uma solução que se poderia definir a nível da rua, temos a ideia de insistir neste projeto megalómano que funciona sobre pilares e precisa de estações com elevadores e escadas rolantes, e que desde logo, custa mais de quinhentos mil euros só em estudos, dinheiro esse que não é investido noutras áreas.-----

-----Mais dinheiro para os brinquedos do senhor presidente? Por nós, pelo Grupo Político Evoluir Oeiras, não, obrigada. Não vamos alinhar nisto. -----

-----Queria terminar colocando uma questão que é: Destes quinhentos mil euros de subsídio a atribuir à Parques Tejo, indica-se que cento e cinquenta mil são atribuição em dois mil e vinte e três (o ano que está mesmo a terminar), atendendo ao período do ano que nos encontramos e às atividades que se pretendem que a Parques Tejo desenvolva ainda este ano. Que atividades concretamente são estas ainda a realizar neste escasso um mês que temos até ao final do ano?----

-----Muito obrigada.”-----

-----O Senhor Deputado Ricardo Fernandes (PS) fez a seguinte intervenção:-----

-----“Estamos hoje a apreciar a proposta de delegação de competências na Parques Tejo, que prevê a elaboração de estudos e projetos relativos ao SATUO, incluindo a transferência de quinhentos mil euros, cento e cinquenta mil euros em dois mil e vinte e três e duzentos e cinquenta mil euros em dois mil e vinte e quatro. -----

-----Estamos perante um conjunto de estudos e projetos, que pretendem reativar o projeto SATUO, que, em quase vinte anos, não passou dos mil e duzentos metros entre a estação de Paço de Arcos e o Oeiras Parque. -----

-----Foi uma solução que não teve sucesso, pela pouca capacidade de transporte, pelos elevados custos para os utilizadores e pela respetiva operação. -----

-----O Senhor Presidente da Câmara argumenta, que o projeto inicial não teve custos para o Município, mas uma coisa é certa, todos aqueles que moram junto à atual infraestrutura ou



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

viaduto, tiveram um elevado custo paisagístico, de um mono que não teve qualquer utilidade na última década. -----

----- Os estudos contemplados na atual proposta, vão muito para além da simples definição da tecnologia a adotar ou da viabilidade económica do projeto. Também inclui o projeto de estruturas e fundações com as adaptações definidas no troço já construído e no troço anteriormente projetado, no valor de quatrocentos mil euros, cuja execução será de dezoito meses.-----

----- Considerando que se trata de um concurso público internacional, questionamos se o mesmo já foi lançado? Em que fase se encontra? Que restantes componentes desta delegação já foram concluídas? Uma vez que estamos a treze meses da conclusão dos prazos propostos, ou seja, final de dois mil e vinte e quatro, e só a execução dos trabalhos do concurso público são dezoito meses, fora os normais quatro meses do prazo de contratação, parece-nos estranho agora a apresentação desta proposta. -----

----- Parece que já estamos perante uma proposta, de algo que está em curso e que só agora se lembraram que a Parques Tejo não teve solidez financeira para suportar a totalidade dos oitocentos mil euros englobados. A Assembleia Municipal não pode ser chamada a pronunciar-se sobre factos consumados! Sabemos que têm a maioria, mas as instituições devem ser respeitadas.

----- Senhora Presidente, Senhor Vice-Presidente, o Partido Socialista inscreveu no seu programa eleitoral a ligação ao Cacém por traçado dedicado, como forma de diminuir o recurso ao transporte individual no acesso aos parques empresariais no corredor do traçado.-----

----- Porém, para além da questão temporal, de que quando esta proposta é colocada, seria importante ter conhecimento do conjunto de estudos prévios da solução que irá ser proposta e dos estudos de viabilidade financeira antes de avançar com os projetos de execução. -----

----- Os vossos esclarecimentos são fundamentais para ditar o nosso voto.” -----

----- O Senhor Deputado Francisco O'Neill Marques (CH) disse o seguinte: -----

----- “Senhora Presidente. -----

-----Sumariamente quanto à apreciação da proposta oitocentos e sessenta e sete e sua votação, no palco das formalidades legais, surge o tão discutido contrato-programa entre a Parques Tejo e o Município de Oeiras para reviver o SATUO. Contudo, como em qualquer roteiro, é crucial ir além das palavras e entrelinhas, e desvendar o verdadeiro enredo desta trama financeira. -----

-----O script começa com a aplicação criteriosa da lei, como se o cumprimento de formalidades fosse sinónimo de uma performance exemplar. No entanto, é na transferência de meio milhão de euros que a narrativa revela sua fragilidade. Esta quantia, apesar de se apresentar como a protagonista, corre o risco de se perder nos bastidores, sem deixar uma marca significativa na tão alargada melhoria da mobilidade. -----

-----Como um espetáculo teatral, este contrato parece prometer uma grande produção, mas é imperativo questionar se o esforço criativo desta está direcionado para um verdadeiro impacto positivo na vida dos residentes. A verba não deve ser um mero adereço cintilante, mas sim um instrumento eficaz para reabilitar e desenvolver o SATUO. -----

-----Numa crítica construtiva, sugere-se que a aprovação seja acompanhada de um escrutínio contínuo. Este contrato não deve ser um simples ato de encenação, mas sim um drama que cativa os espectadores com resultados tangíveis e não um enredo que deixa o público ansioso por mais transparência e eficácia. Que esta produção não seja apenas uma peça, mas sim uma atuação memorável na melhoria de qualidade em Oeiras. -----

-----Nós, Partido Chega, iremos votar a favor, apenas e só por causa desta situação. -----

-----Muito obrigado.” -----

-----O **Senhor Vice-Presidente da C.M.O.** observou o seguinte: -----

-----“Senhora Presidente, com a sua licença, vou-me deter na parte que não diz respeito aos efeitos cénicos pouco importantes para o conteúdo da matéria, mas ao que efetivamente interessa a Oeiras e à AML (Área Metropolitana de Lisboa).-----

-----Sobre a questão da articulação com Sintra. Naturalmente que o Município de Oeiras



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

está a trabalhar com o Município de Sintra para estabelecimento e estabilização do trajeto ou do traçado do SATUO no território do concelho de Sintra. Não era possível ser de outra forma, e é claro que estamos a trabalhar com a Câmara Municipal de Sintra nesse sentido. Questão um. -----

----- Questão dois. Quanto a colocar esta questão do SATUO na AML. Senhores deputados, se viesse de um grupo político que não tem a experiência política da CDU, eu até entenderia, agora Vossa Excelências não andam nisto há dez dias. Sabem tão bem ou muito melhor do que eu, que todos os presidentes de câmara (ou quase todos) estão substancialmente virados para as questões internas do seu território, e que a AML, neste momento, tem “água pelas barbas” e, no caso, a Autoridades dos Transportes, para resolver com a implementação dos autocarros e da Carris Metropolitana. Esta é a questão central que está a preocupar a generalidade ou a totalidade dos municípios da AML nos tempos que correm, que é um desafio de grande fôlego para a AML. Foi um feito conseguir que esta geração de autarcas se entendesse em torno desta articulação e deste projeto comum, portanto, este é um desafio grande o suficiente para concentrar os esforços da Autoridade dos Transportes, neste momento. Visto que interessa sobretudo, no caso concreto, a Oeiras e a Sintra, querer colocar numa autoridade de transportes que gere não apenas estes dois municípios, mas muitos mais, por assim dizer, em que sendo uma questão que apenas diz respeito a dois, era uma questão lateral neste momento. Portanto, quem tem que se preocupar nesta fase com o SATUO é Oeiras e Sintra, e Oeiras e Sintra estão a trabalhar nesse sentido. -----

----- Depois, dizer sobre o que foi aqui sendo dito sobre a tecnologia utilizada no lançamento do SATUO e recorrendo até à alocação do Senhor Deputado Pracana (PSD) é confrangedor, permitam-me que diga, a forma sectária (e desculpem-me) particularmente ignorante como algumas coisas vão sendo ditas. A tecnologia escolhida na altura do lançamento do SATUO diz respeito à tecnologia existente à data. Por favor, acomodem-se à verdade, a realidade impõe-se. A tecnologia existente à data para ultrapassar o desnível existente, particularmente na zona da Tapada do Mocho, a única tecnologia disponível era aquela, do

elevador horizontal. Querer escolher tecnologias, é o maior absurdo que um político pode fazer. Não cabe ao político decidir tecnologias ou opção tecnológica. O político decide a opção tecnológica em função da informação técnica que lhe é trazida. Ignorar a informação técnica é tolo. Querer sobrepor a sua opinião à informação técnica é absurdo. Qual vai ser a opção do futuro da tecnologia do SATUO? A melhor disponível. E quem tem que nos dizer a nós, é quem faz os estudos ou então não preciso de técnicos para trabalhar connosco, sou onnipotente e onnipresente. Naturalmente, estou a ridicularizar, antes que façam um corte no vídeo e ponham nas redes sociais. Naturalmente que quem se coloca nessa posição, assume a posição de ridículo, não nos cabe a nós decidir isto, antes de verificar a melhor tecnologia disponível. -----

-----Depois, saber se o viaduto existente pode ser utilizado. Em princípio sim e deve ser utilizado. Naturalmente, e ao contrário do que um ou outro indivíduo no passado dizia, que se devia implodir (eu ouvi isso, tenho alguma memória, ainda me vai restando)... Perdoem-me, eu tenho que me controlar, tenho um lado próximo de um indivíduo que também tem que se controlar, do vosso partido, tenho que me controlar para não cometer excessos quando nos dizem este tipo de coisas. Implodir uma estrutura? Então vamos implodir um investimento feito com dinheiros públicos? Implodir porquê? Vamos utilizar na medida do possível. Para implodir? Que loucura é esta? Vamos desperdiçar os recursos existentes? Evidentemente que não. -----

-----Portanto, as questões centrais aqui a saber. Um. Neste momento o traçado e o desenvolvimento futuro do SATUO dependem sobretudo de Oeiras e Sintra logo, a AML afastada. Posteriormente e uma vez que a própria AML no tempo do Presidente Medina (atualmente Ministro Medina) já considerou o SATUO “transporte estratégico”, naturalmente tem que ser estratégico para a região, porque junta verticalmente as duas principais linhas de caminho-de-ferro dessa mesma região. Só quem não olha para o mapa e não sabe as infraestruturas que lá estão, não percebe a importância de fazer este transporte vertical que une as duas linhas de caminho-de-ferro, une os parques empresariais da zona ocidental de Oeiras, onde trabalham dezenas de milhares de



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

peessoas, e une também, entrando no território de Sintra, aglomerados populacionais de grande fôlego, de grande intensidade, que precisam de se deslocar para os locais onde trabalham. E onde trabalham é exatamente ou naqueles parques, ou nas pequenas e médias empresas de cá. Naturalmente que há médias e pequenas empresas em Sintra também, mas há movimentos pendulares enormes para aquela zona do Concelho de Oeiras. Se nós pudermos retirar os carros e fazer as pessoas utilizar o SATUO, oferecendo-lhes um transporte sustentável ambientalmente, económico e que sirva os seus horários nas deslocações que deve servir, excelente para todos, teremos conseguido nosso desiderato. -----

----- Agora, sobre as questões do lançamento dos concursos. Senhora Presidente, se me permite, eu pedia ali ao Senhor Presidente da Parques Tejo, que explicasse a questão dos prazos, porque diz respeito à Parques Tejo. -----

----- Com a sua licença.”-----

----- O **Senhor Rui Rei (Presidente Executivo da Parques Tejo)**, interveio e disse o seguinte: -- -----

----- “Sobre este contrato-programa, visa transferir competências, tal como lá estão inscritas, para a empresa municipal Parques Tejo e o que nós estamos a fazer desde o início do ano, é a trabalhar para ter condições de meios humanos, quer dentro da empresa, quer o que vamos contratar, para que se possa estar em condições de fazer face a este desafio do SATUO e a outros desafios relacionados com a mobilidade. -----

----- O que já estamos a fazer, é os recursos humanos já estão dentro da empresa, portanto, nós hoje já temos condições para fazer face a este desafio que nos é colocado pela Câmara Municipal, ao mesmo tempo, já estamos em processo, tal como já foi dito na Câmara Municipal, do estudo de traçado que vai de Paço de Arcos até ao fim, à fronteira com Sintra no território de Oeiras, porque na realidade se o Município de Oeiras assim entendesse, nós praticamente chegaríamos à estação só em território de Oeiras, mas na realidade, como aqui foi dito pelo Senhor

Eleito do PSD, a maior procura, dois terços da procura vem, tal como está feito no estudo de procura, dois terços da procura virá para lá de dois mil e trinta, do lado do Município de Sintra e, portanto, estamos a completar o estudo de traçado, porque sem esse estudo de traçado, não há condição de vir a obter financiamento e, em seguida, o estudo de inserção no espaço público, porque para lá do estudo de traçado, depois é preciso saber em concreto e em detalhe onde é que se situa esse traçado, onde é que se situam as estações, onde é que os veículos vão circular, como é que vão circular, como é que as vias se interligam com as vias existentes e, portanto, todo esse trabalho nós estamos a fazê-lo quer este ano, quer no próximo ano.-----

-----Neste momento, não existe nenhum lançamento de nenhum concurso público para nenhuma obra em concreto. Nós estamos a trabalhar naquilo que é fundamental, que são as fundações do projeto, finalização do projeto para depois, podermos vir a implementar no futuro o projeto de acordo com as regras que a Câmara Municipal vier a estabelecer. Estudo do traçado, estudo de inserção, depois questões tecnológicas que se venham a colocar, depois os estudos prévios, os concursos e por aí fora, de acordo com o que vier a ser decidido. Mas sempre primeiro com a conclusão do traçado, a inserção no espaço e só depois é que virá todo o resto do processo.

-----Muito obrigado, Senhora Presidente.”-----

-----A **Senhora Deputada Mónica Albuquerque (EO)** fez a seguinte intervenção:-----

-----“Senhora Presidente, eu mantenho a minha questão que é dos quinhentos mil euros. Cento e cinquenta são para transferir da Câmara para a Parques Tejo em dois mil e vinte e três, referente, diz a proposta, a trabalhos até ao final do ano e, portanto, pretendia saber exatamente o que é que estamos a pagar nesses cento e cinquenta mil euros.-----

-----Muito obrigada.”-----

-----A **Senhora Presidente da A.M.** perguntou o seguinte: -----

-----“Mas há mais intervenções? -----

-----Senhor Vice-Presidente, pretende o Senhor responder ou o Doutor Rui Rei...” -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

----- A **Senhora Presidente da A.M.** perguntou o seguinte: -----

----- “Também quer pôr uma questão? Era o que eu estava a perguntar, se queria também...”

----- O **Senhor Deputado Jorge Rato (PS)** disse o seguinte: -----

----- “Muito obrigado, Senhora Presidente.”-----

----- Eu quero começar por agradecer ao Senhor Presidente da Parques Tejo as informações que deu, mas, de qualquer forma, não ficámos, em relação às perguntas que colocámos, satisfeitos com a resposta, porquanto da análise dos documentos, nós verificamos que estamos a falar de um concurso que tem no mínimo, se não houver derrapagens, vinte e quatro meses. Nós estamos a treze meses do final de dois mil e vinte e quatro, que é aquilo que vem na proposta em termos de contrato-programa e de transferência para a Parques Tejo. -----

----- Em rigor, se por um lado temos algo que demora vinte e quatro meses, por outro lado temos treze meses disponíveis para isso. Ou partimos desde já do princípio que isto é uma obra que vai derrapar ou então não consigo, de facto, entender como é que se mantém vinte e quatro meses em treze. -----

----- Por outro lado, ficámos sem perceber o que é que já em concreto foi feito, ou não foi feito, relativamente ao projeto. E ficámos porque, supostamente, haverá um estudo prévio, a análise do modelo, a análise daquilo que vai ser a tecnologia utilizada porque necessariamente, depois o projeto de execução dependerá, naturalmente, da tecnologia usada e, portanto, há aqui qualquer coisa que não estamos... não conseguimos, digamos, entender, o encadear do puzzle todo, durante os vinte e quatro meses entre eles e como é que isto se vai fazer. Portanto, valia a pena perceber efetivamente como é que isto acontece. -----

----- Por outro lado, e pegando nos documentos que salvo erro, é o documento da fase um do plano do PMUS (Plano de Mobilidade Urbana Sustentável), na página cinquenta diz-se aqui que o equipamento que existe atualmente (bem sei que isto tem dois anos) tem que ter um espaçamento de quatro metros quando, neste momento, só tem dois cinquenta e cinco efetivos e,

portanto, também não consigo perceber se, de repente, vai haver nova tecnologia e se ela é extraordinária e vai resultar, digamos, de um pedido específico para a Câmara de Oeiras, também subentende que os custos para fabricar à medida, serão muito maiores do que seriam noutra circunstância. -----

-----Finalmente, queria só terminar dizendo que quando se tem o discurso de que o SATUO custou para o Município de Oeiras um euro, porque o resto foi tudo responsabilidade da Teixeira Duarte, depois isto não joga com aquilo que Vossa Excelência disse e que eu, do ponto de vista genérico concordo absolutamente, que é não se pode implodir, porque estamos a falar de verbas do erário público. -----

-----Muito obrigado.” -----

-----O **Senhor Rui Rei (Presidente Executivo da Parques Tejo)**, observou o seguinte: -

-----“Senhora Presidente, posso responder? -----

-----Eu volto a dizer, nós estamos.... Primeiro, temos que ter condições de meios humanos, que é isso que nós temos, capacitar a empresa para poder fazer face a este desafio, é o que temos neste momento. Estamos a fazer o estudo de traçado, o estudo de traçado implica que quando estiver na fase final e depois for apresentado à Câmara Municipal, que merecerá a discussão devida, esse estudo tem inclusivamente várias soluções, em vários pontos críticos do traçado desde Paço de Arcos até Sintra. A Câmara de Sintra está a fazer o estudo (que eu há pouco penso que não referi) do lado de lá, que tem uma ligação à ponta que liga o Taguspark à Universidade Católica, já no Concelho de Sintra. Depois há a zona de fronteira entre o Concelho de Oeiras e o Concelho de Sintra, na zona ali de São Marcos. Depois há uma zona que é preciso vencer, que é, de facto, crítica, que tem um desnível muito grande, até ao IC Dezanove e depois do lado de lá, a estação de caminho de ferro. -----

-----Portanto, está a ser desenvolvido o estudo de todo esse traçado, que inclui sugestões, como disse o Senhor Vice-Presidente, os técnicos estão a avaliar sugestões de soluções



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

tecnológicas para usarmos dentro do traçado do SATUO, pois o grande ativo estratégico do SATUO é o seu traçado. Esse será o seu grande ativo estratégico e depois poderemos ter, de acordo com os estudos que estão a ser desenvolvidos, veículos bidirecionais, veículos normais, todos movidos de forma elétrica ou dependendo depois se o hidrogénio estará ou não em condições, mas elétrica, com certeza. -----

----- E é esse o estudo e é esse o trabalho que nós estamos a fazer. A par disso, em seguida, temos que fazer o estudo de inserção no espaço, porque sem esse estudo de inserção no espaço, nós não sabemos como é que o traçado depois, de forma micro, vai fazer todo esse atravessamento, porque o projeto original do SATUO, tal como aqui foi dito, chegava ao centro comercial, depois continuava em viaduto até ao Lagoas Park e depois aí sempre em sítio próprio.-----

----- Portanto, o que estamos a avaliar é inclusivamente esse traçado, versus outras soluções, que pode vir a ter logo a seguir ao centro comercial, a possibilidade de ir ao solo e caminhar a partir daí, até passar onde estava previsto e chegar ao Taguspark e a Sintra. Portanto, são todos os trabalhos que estamos a fazer neste sentido.-----

----- Neste momento não estamos a lançar, nem vamos lançar nenhum concurso público para obra, porque não temos condições - nem nós nem o município - de o fazer sem terminar os estudos de traçado, o estudo de inserção, as soluções tecnológicas. Só a partir daí, portanto, algures entre este ano e o próximo ano, é que depois poderemos fazer. As afirmações que o Senhor Eleito faz, eu pessoalmente desconheço-as, não sei do que estamos a falar, deve ser desconhecimento meu, portanto, eu estou-lhe a dizer exatamente o que estamos a fazer, as condições que estamos a fazer, os investimentos que estamos a fazer e que a Câmara Municipal, do nosso ponto de vista bem, faz um contrato-programa para que nós possamos continuar a desenvolver esses estudos, esses trabalhos e os investimentos que estamos a fazer ao longo deste ano e ao longo do próximo ano. É isto que está em cima da mesa de forma clara, transparente e objetiva.”-----

----- A **Senhora Deputada Mónica Albuquerque (EO)** referiu o seguinte: -----

-----“Senhora Presidente, a questão que eu coloquei continua por responder e, portanto, eu irei colocar por requerimento e no mesmo requerimento irei pedir também informação sobre os estudos que já estão feitos e, aliás, já foram anunciados numa reunião de Câmara no ano passado, a vinte e oito de novembro, e pediremos também por requerimento o mesmo estudo.-----

-----Muito obrigada.”-----

-----A **Senhora Presidente da A.M.** disse o seguinte: -----

-----“Sim, Senhora Deputada.-----

-----A Senhora fará o requerimento e ser-lhe-á respondido.”-----

4.2.1. VOTAÇÃO-----

-----A Senhora Presidente submeteu à votação esta Proposta, a qual foi aprovada por maioria, com vinte e seis votos a favor, sendo dezassete do Grupo Político Municipal Isaltino Inovar Oeiras (Elisabete Maria de Oliveira Mota Rodrigues de Oliveira, António Maria Balcão Vicente, António Pita de Meireles Pistacchini Moita, Maria de Fátima dos Santos Rodrigues, Rui Manuel Pessanha da Silva, Ednilson Gilberto Lopes Fernandes Sousa dos Santos, Maria Paula Neto Figueira Martins da Silva, José Maria Godinho Montezo, Rui Pedro Gersão Lapa Miller, António Maria Passos Rosa Lopes da Costa, Domingos Ferreira Pereira dos Santos, Diana Leonor Alves Gonçalves, Nuno Miguel de Oliveira Custódio, Celina Maria Quintas Nascimento Mendonça, Isabel Cristina Gomes dos Santos Silva Lourenço, Maria Carolina Candeias Tomé e Diogo Manuel Henrique Nobre Félix Barreto), três do Partido Social Democrata (Jorge Manuel Madeiras Silva Pracana, Sónia Maria Antas de Barros Amado Gonçalves e Miguel Martins Galvão da Cruz Bugalho), um do Partido Chega (Francisco O’Neill Marques), um do Grupo Político Municipal Inovar União Algés (João Manuel d’ Oliveira Antunes), um do Grupo Político Municipal Inovar Barcarena (Bárbara Cristina Farinha Nunes Silva), um do Grupo Político Municipal Inovar Carnaxide Queijas (Inigo Arcanjo da Cunha Fialho e Pereira), um do Grupo Político Municipal Inovar Oeiras Paço de Arcos Caxias (Maria Madalena Pereira da Silva Castro)



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

e um do Grupo Político Municipal Inovar Porto Salvo (Dinis Penela Antunes), com dois votos contra do Grupo Político Municipal Evoluir Oeiras (Mónica dos Santos Albuquerque Correia e David Machado Ferreira) e com sete abstenções, sendo quatro do Partido Socialista (Alexandra Nunes Esteves Tavares de Moura, Jorge Manuel Damas Martins Rato, Maria de Fátima da Silva Fernandes Brito Filipe e Ricardo Correia Fernandes), uma da Coligação Democrática Unitária (Carlos Alberto de Sousa Coutinho), uma do Partido Iniciativa Liberal (Romeu Rabaça Monteiro) e uma do Partido Pessoas-Animais-Natureza (Ana Sílvia Rodrigues Paixão Ferreira Marques).---

----- Os Senhores Deputados João Carlos Macedo Viegas, do Grupo Político Municipal Isaltino Inovar Oeiras, Tomás Perestrelo de Vasconcelos Cardoso Pereira, do Grupo Político Municipal Evoluir Oeiras, João Rafael Marques Santos, da Coligação Democrática Unitária, não estavam presentes na altura da votação. -----

----- Esta deliberação foi aprovada em minuta, a qual se dá por transcrita: -----

----- **“DELIBERAÇÃO N.º 155/2023** -----

----- **PROPOSTA C.M.O N.º 867/2023 – GCAJ - PARQUES TEJO, E.M. - DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIAS - APROVAÇÃO DE CONTRATO PROGRAMA E ATRIBUIÇÃO DE SUBSÍDIO À EXPLORAÇÃO NO DOMÍNIO DA ORGANIZAÇÃO, PLANEAMENTO, DESENVOLVIMENTO E ARTICULAÇÃO DAS REDES E LINHAS DO SERVIÇO PÚBLICO DE TRANSPORTE DE PASSAGEIROS, NO QUE SE REFERE ESPECIFICAMENTE AO PROJETO SATUO** -----

----- A Assembleia Municipal de Oeiras tomou conhecimento da proposta número oitocentos e sessenta e sete barra dois mil e vinte e três, a que se refere a deliberação número três da Reunião da Câmara Municipal realizada em dezoito de outubro, e deliberou por maioria, com vinte e seis votos a favor, sendo dezassete do Grupo Político Municipal Isaltino Inovar Oeiras, três do Partido Social Democrata, um do Partido Chega, um do Grupo Político Municipal Inovar União Algés, um do Grupo Político Municipal Inovar Barcarena, um do Grupo Político Municipal Inovar

Carnaxide Queijas, um do Grupo Político Municipal Inovar Oeiras Paço de Arcos Caxias e um do Grupo Político Municipal Inovar Porto Salvo, com dois votos contra do Grupo Político Municipal Evoluir Oeiras e com sete abstenções, sendo quatro do Partido Socialista, uma da Coligação Democrática Unitária, uma do Partido Iniciativa Liberal e uma do Partido Pessoas-Animaís-Natureza, aprovar a celebração de contrato-programa com a “Parques Tejo, Empresa Municipal” e a atribuição de um subsídio à exploração, no valor de quinhentos mil euros, distribuído em cento e cinquenta mil euros, no presente ano de dois mil e vinte e três, atendendo ao período do ano que nos encontramos e as atividades que se pretendem que a Parques Tejo desenvolva ainda este ano e em trezentos e cinquenta mil euros, no ano de dois mil e vinte e quatro, nos termos e condições propostos pelo órgão Executivo do Município traduzidos naquela deliberação. -----

-----Mais foi deliberado, por unanimidade dos presentes, aprovar em minuta esta parte da ata.” -----

4.2.1.1. A Senhora Deputada Mónica Albuquerque (EO) fez a seguinte Declaração de Voto:

-----“Senhora Presidente, só para indicar que iremos entregar por escrito a Declaração de Voto.-----

-----Muito obrigada.”-----

-----A Senhora Deputada Mónica Albuquerque (EO) fez chegar a **Declaração de Voto por escrito**, documento que a seguir se transcreve: -----

-----“**DECLARAÇÃO DE VOTO:**-----

-----“O Grupo Político Evoluir Oeiras votou contra esta proposta relativa a delegação de competências do Município para a Parques Tejo relativamente a “organização, planeamento, desenvolvimento e articulação das redes e linhas do serviço público de transporte de passageiros, bem como dos equipamentos e infraestruturas a ele dedicados”, no que se refere especificamente ao projeto SATUO”. Consideramos que o SATU é um dos piores exemplos do que é uma gestão casuística das prioridades. Tal como o projeto do Centro de Congressos, o SATU é outra ruína que



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

nunca funcionou. Consideramos que o Município deveria ter apostado na criação de um território compactado, capaz de gerar um ambiente urbano apto a deslocações em transporte coletivo, a pé e de bicicleta, a opção em Oeiras foi a de criar Parques Empresariais longe de todo e qualquer transporte público, que existe para servir apenas os que não podem mesmo deslocar-se na sua viatura, seja por que motivo for. Em vez de termos um Transporte Coletivo em Sítio Próprio, ao nível do solo, assente em autocarros confortáveis e frequentes com prioridade sobre os demais, uma solução que se poderia definir ao nível da rua, o executivo insiste neste projeto megalómano que funciona sobre pilares e precisa de estações com elevadores e escadas rolantes, e que desde logo, custa mais de quinhentos mil euros só em estudos, dinheiro esse não investido noutras áreas. O voto contra deve-se ainda ao facto de ter sido colocada a questão sobre o valor a pagar ainda em 2023 e quais as atividades envolvidas concretamente e que não foram esclarecidas nem pelos representantes do executivo, nem pelo Diretor da Empresa Municipal Parques Tejo.” -----

4.3. Apreciação e Votação da Proposta CMO N.º 869/2023 – GCAJ - relativa à Parques Tejo, E.M. – Delegação de Competências - Aprovação de contrato programa e atribuição de subsídio à exploração no domínio das contraordenações rodoviárias (Os documentos relativos a esta Proposta ficam arquivados, como anexos, na pasta desta Sessão) -----

----- O Senhor Deputado Romeu Monteiro (IL) disse o seguinte:-----

----- “Muito obrigado, Senhora Presidente. -----

----- Em relação a esta proposta, nós já falámos que a Iniciativa Liberal não concorda com o tipo de modelo de delegação da exploração em empresas únicas, em vez de haver concurso e, portanto, aqui a nossa questão será como é que o Executivo consegue dizer-nos que os valores que são aqui solicitados são os melhores, são os que reduzem o custo para os oeirenses, quando não existe nenhum concurso. Portanto, onde é que fica o incentivo à otimização e se estão a pensar, porventura no futuro, abrir um concurso que considere outras empresas que se possam disponibilizar para fazer este serviço de forma melhor e mais barata. -----

-----Obrigado.”-----

-----A **Senhora Deputada Mónica Albuquerque (EO)** observou o seguinte:-----

-----“Obrigada, Senhora Presidente.-----

-----Avaliamos a proposta de delegação de competências na Parques Tejo, aprovação de contrato programa e atribuição de subsídio à exploração no domínio das contraordenações rodoviárias.-----

-----Pretende-se subsidiar a empresa no valor de mais de seiscentos e dez mil euros, valor esse que pode vir a ser ajustado em baixa (como diz a proposta), sem mais formalidades, com proporcional correção do valor a pagar pelo Município de Oeiras no quadro da sua execução, caso se verifique que o valor necessário ao equilíbrio das contas da empresa é inferior ao patenteado no Justificativo entregue na empresa e que está em anexo nesta proposta.-----

-----Gostaríamos de destacar algumas frases desta proposta e fazer também algumas questões:-----

-----Indica-se na proposta que a Parques Tejo (primeiro) possui, nos termos da proposta de deliberação quinhentos e cinquenta e seis, de dois mil e catorze, competências delegadas para a fiscalização do estacionamento nas vias públicas nas zonas de estacionamento de duração limitada;

-----Também se indica (número dois) com entrada em vigor do Decreto-Lei cento e sete, de dois mil e dezoito, que foi atribuída competência aos órgãos municipais em matéria de regulação e fiscalização do estacionamento nas vias públicas e parques de estacionamento, bem como também a instrução e decisão de procedimentos de contraordenações rodoviárias por infrações leves relativas a estacionamento proibido, indevido ou até abusivo nos parques e zonas de estacionamento, nas vias ou demais espaços públicos quer dentro das localidades, quer fora destas mesmas localidades, neste caso, desde que estejam sob jurisdição municipal, incluindo a aplicação de coimas e custos.-----

-----Por proposta de Deliberação de dois mil e dezanove, esta mesma delegação de



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

competências foi então aprovada pelo executivo municipal e atribuída então à Parques Tejo (pelo menos desde dois mil e dezanove, nesta proposta de deliberação) no âmbito também dos parques e zonas de estacionamento sob gestão da Parques Tejo e nas vias públicas integradas nas Zonas de Estacionamento de Duração Limitada, bem como nas futuras vias a integrar as referidas zonas. --

----- Questionamos, depois deste enquadramento inicial - de que a Parques Tejo tem uma parte das delegações desde dois mil e catorze, outras que foram atribuídas por decreto-lei ao Município em dois mil e dezoito, que por sua vez em dois mil e dezanove passam para a Parques Tejo - , perguntamos qual é que é o valor anual das coimas cobradas anualmente principalmente nos últimos anos e, depois, se esta proposta não devia referir que se trata de um reforço das competências que passam agora para a Parques Tejo, em vez de estarmos aqui a avaliar uma proposta que diz que passa, que vimos aprovar a delegação de competências na Parques Tejo, quando a Parques Tejo, na verdade, já tem muitas delas. Portanto, essa parte da proposta penso que deveria ser corrigida. -----

----- Também se refere que “caberá à Parques Tejo definir o pessoal que, nos termos da Lei, exercerá as competências e prerrogativas de autoridade pública necessárias ao exercício destas competências objeto do presente contrato programa”. O que é que quer isto dizer exatamente? Que a comissão de trabalhadores foi ouvida sobre este ponto? -----

----- Segundo as últimas informações que temos, a Parques Tejo tem cerca de setenta e cinco funcionários dos quais cinquenta são fiscais, dez técnicos superiores, cinco técnicos e dez assistentes técnicos, e destes, vinte e cinco são funcionários recentes na empresa. Em comparação com Lisboa, que eu sei que tem uma área maior, mas tem quinhentos funcionários. Portanto, o que é isto corresponde exatamente esta frase da proposta? É que vamos contratar mais pessoas? Ou as novas funções vão ser acompanhadas de aumentos salariais dos funcionários que já lá estão? Ou está prevista a contratação de novos funcionários/fiscais? -----

----- Aproveitamos para pedir também que nos seja remetido o Acordo de Empresa. -----

-----Muito obrigada.”-----

-----O **Senhor Deputado Ricardo Fernandes (PS)** referiu o seguinte: -----

-----“Senhora Presidente, Senhor Presidente, e executivo, Senhoras e Senhores Deputados, Público em geral. -----

-----Estamos a apreciar a proposta de delegação de competências na Parques Tejo para imputação de custos de fiscalização e instrução de processos de contraordenação, no valor de seiscentos e dez mil novecentos e dezasseis euros, cabendo transferir trezentos e oito mil e cinquenta e seis euros, em dois mil e vinte e três e trezentos e dois mil oitocentos e sessenta euros, em dois mil e vinte e quatro. -----

-----O Decreto-Lei cento e sete/dois mil e dezoito, de vinte e nove de novembro, transfere para os órgãos municipais o estacionamento leve e atribui aos municípios cem por cento da receita de fiscalização e a instrução quando os autos são elaborados por entidades municipais. -----

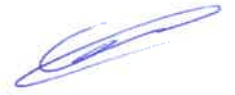
-----No caso da Polícia Municipal, partilha o orçamento com a Câmara, ou seja, a contabilidade é a mesma. No caso da Parques Tejo, apesar de ser detida a cem por cento pelo Município, tem um orçamento autónomo, mas tem custos operacionais tanto da fiscalização, quer na instrução de autos de contraordenação que importa equilibrar. -----

-----Face ao exposto, concordamos com a presente proposta.”-----

-----O **Senhor Deputado Francisco O'Neill Marques (CH)** interveio e disse o seguinte:

-----“Relativamente à apreciação e votação da proposta oitocentos e sessenta e nove, este contrato entre a Parques Tejo e a Câmara de Oeiras segue as normas (reitero, segue as normas), mas os mais de seiscentos e dez mil euros para processos de contraordenação pedem justificação clara. A conformidade legal é só o começo, o verdadeiro teste, a eficácia e transparência na utilização dos recursos. A aprovação deve ser mais do que um procedimento, é um compromisso real com a responsabilidade financeira e o benefício da comunidade.-----

-----Por essa razão, iremos votar a favor.”-----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

----- O Senhor Presidente da C.M.O. fez a seguinte intervenção:-----

----- “Senhora Presidente, dá-me licença? -----

----- Eu julgo que a proposta é clara. Eu não percebi, tenho aqui as notas..., mas a proposta é muito clara. Relativamente, digamos, às competências que eram exercidas pela Parques Tejo..., durante muito tempo, as multas eram uma receita (ou contraordenação, a coima das contraordenações e multas) da própria empresa. Entretanto, por vias da alteração da lei, passou a ser receita do município. Na realidade, o que se trata aqui é de transferir esta competência para a Parques Tejo e, naturalmente, os custos estimados. Quer dizer, se porventura, a receita cobrir todos estes custos, é possível que o contrato-programa venha a ser reajustado nos próximos anos. É isto.

----- Relativamente a necessidades de pessoal. Isso é uma questão técnica, não nos compete aqui discutir o problema do pessoal. Quer dizer, se é necessário mais pessoal, com certeza que a empresa recrutará o pessoal que for necessário. Mas mesmo esse, mesmo o recrutamento de pessoal, há um mapa de pessoal anual que acompanha o orçamento da empresa e o plano de atividades e naturalmente, está sujeito, digamos, que a uma espécie de prévia aprovação por parte da Câmara, porque como calculam, também não se pode, independentemente da confiança que o Município tem nas administrações das respetivas empresas, é óbvio que isto não é recrutar por recrutar. É necessário ser fundamentada a necessidade do pessoal, portanto, se a empresa tiver a fundamentação para o pessoal que é necessário contratar, com certeza que contrata. -----

----- De resto, parece-me que esta proposta é claríssima, não estou a ver... Se houver alguma questão que não esteja..., mais de natureza técnica, poderá ser prestado o esclarecimento à posteriori.” -----

4.3.1. VOTAÇÃO -----

----- A Senhora Presidente submeteu à votação esta proposta, a qual foi aprovada por maioria, com trinta e quatro votos a favor, sendo dezassete do Grupo Político Municipal Isaltino Inovar Oeiras (Elisabete Maria de Oliveira Mota Rodrigues de Oliveira, António Maria Balcão

Vicente, António Pita de Meireles Pistacchini Moita, Maria de Fátima dos Santos Rodrigues, Rui Manuel Pessanha da Silva, Ednilson Gilberto Lopes Fernandes Sousa dos Santos, Maria Paula Neto Figueira Martins da Silva, José Maria Godinho Montezo, Rui Pedro Gersão Lapa Miller, António Maria Passos Rosa Lopes da Costa, Domingos Ferreira Pereira dos Santos, Diana Leonor Alves Gonçalves, Nuno Miguel de Oliveira Custódio, Celina Maria Quintas Nascimento Mendonça, Isabel Cristina Gomes dos Santos Silva Lourenço, Maria Carolina Candeias Tomé e Diogo Manuel Henrique Nobre Félix Barreto), quatro do Partido Socialista (Alexandra Nunes Esteves Tavares de Moura, Jorge Manuel Damas Martins Rato, Maria de Fátima da Silva Fernandes Brito Filipe e Ricardo Correia Fernandes), três do Partido Social Democrata (Jorge Manuel Madeiras Silva Pracana, Sónia Maria Antas de Barros Amado Gonçalves e Miguel Martins Galvão da Cruz Bugalho), dois do Grupo Político Municipal Evoluir Oeiras (Mónica dos Santos Albuquerque Correia e David Machado Ferreira), um da Coligação Democrática Unitária (Carlos Alberto de Sousa Coutinho), um do Partido Chega (Francisco O'Neill Marques), um do Partido Pessoas-Animais-Natureza (Ana Sílvia Rodrigues Paixão Ferreira Marques), um do Grupo Político Municipal Inovar União Algés (João Manuel d' Oliveira Antunes), um do Grupo Político Municipal Inovar Barcarena (Bárbara Cristina Farinha Nunes Silva), um do Grupo Político Municipal Inovar Carnaxide Queijas (Inigo Arcanjo da Cunha Fialho e Pereira), um do Grupo Político Municipal Inovar Oeiras Paço de Arcos Caxias (Maria Madalena Pereira da Silva Castro) e um do Grupo Político Municipal Inovar Porto Salvo (Dinis Penela Antunes), e com um voto contra do Partido Iniciativa Liberal (Romeu Rabaça Monteiro). -----

-----Os Senhores Deputados João Carlos Macedo Viegas, do Grupo Político Municipal Isaltino Inovar Oeiras, Tomás Perestrelo de Vasconcelos Cardoso Pereira, do Grupo Político Municipal Evoluir Oeiras, João Rafael Marques Santos, da Coligação Democrática Unitária, não estavam presentes na altura da votação. -----

-----Esta deliberação foi aprovada em minuta, a qual se dá por transcrita:-----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

----- “**DELIBERAÇÃO N.º 156/2023**”-----

----- **PROPOSTA C.M.O N.º 869/2023 – GCAJ - PARQUES TEJO, E.M. - DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIAS - APROVAÇÃO DE CONTRATO PROGRAMA E ATRIBUIÇÃO DE SUBSÍDIO À EXPLORAÇÃO NO DOMÍNIO DAS CONTRAORDENAÇÕES RODOVIÁRIAS**-----

----- A Assembleia Municipal de Oeiras tomou conhecimento da proposta número oitocentos e sessenta e nove barra dois mil e vinte e três, a que se refere a deliberação número quatro da Reunião da Câmara Municipal realizada em dezoito de outubro, e deliberou por maioria, com trinta e quatro votos a favor, sendo dezassete do Grupo Político Municipal Isaltino Inovar Oeiras, quatro do Partido Socialista, três do Partido Social Democrata, dois do Grupo Político Municipal Evoluir Oeiras, um da Coligação Democrática Unitária, um do Partido Chega, um do Partido Pessoas-Animais-Natureza, um do Grupo Político Municipal Inovar União Algés, um do Grupo Político Municipal Inovar Barcarena, um do Grupo Político Municipal Inovar Carnaxide Queijas, um do Grupo Político Municipal Inovar Oeiras Paço de Arcos Caxias e um do Grupo Político Municipal Inovar Porto Salvo, e com um voto contra do Partido Iniciativa Liberal, aprovar a celebração de contrato-programa com a “Parques Tejo, Empresa Municipal” e a atribuição de um subsídio à exploração, no valor de seiscentos e dez mil novecentos e dezasseis euros, divididos em trezentos e oito mil e cinquenta e seis euros, para o ano de dois mil e vinte e três, e trezentos e dois mil oitocentos e sessenta euros, para o ano de dois mil e vinte e quatro, nos termos e condições propostos pelo órgão Executivo do Município traduzidos naquela deliberação.-----

----- Mais foi deliberado, por unanimidade dos presentes, aprovar em minuta esta parte da ata.”-----

4.4. Apreciação e Votação da Proposta CMO N.º 872/2023 – DMAG/DFP/DPOC - relativa ao Imposto Municipal sobre Imóveis (IMI) respeitante ao ano de 2023 a liquidar em 2024 (Os documentos relativos a esta Proposta ficam arquivados, como anexos, na pasta desta

Sessão) -----

-----O Senhor Deputado Jorge Rato (PS) disse o seguinte:-----

-----“Muito obrigado, Senhora Presidente.-----

-----“Senhor Presidente da Câmara, relativamente à proposta de deliberação oitocentos e setenta e dois/vinte e três, do IMI, respeitante ao ano de vinte e três, a liquidar em vinte e quatro, há uma questão que é substantiva que eu queria colocar e que carece de um esclarecimento da Câmara, para depois poder desenvolver a minha intervenção propriamente dita, e tem a ver com o seguinte:- -----

-----A proposta, nomeadamente na sua fundamentação, apresenta um conjunto de pontos, aliás, do mesmo racional que foi utilizado quando aqui aprovámos o regulamento de atribuição de benefícios fiscais aplicáveis a impostos no Município de Oeiras, e depois tem um ponto cinco que refere a redução da receita por aplicação da dedução do agregado familiar. E este ponto cinco termina dizendo: “caso o Município entenda deixar de aplicar a dedução fixa anual em vigor, será considerado o valor em cerca de quinhentos e sessenta e nove vírgula quatro mil euros, como receita prevista para o Município”. “Caso não venha a aplicar” significa uma receita adicional de quinhentos e sessenta e nove vírgula quatro mil euros. Só que depois, no desenvolvimento da proposta, em lado nenhum se diz qual a intenção da Câmara, se é aplicar ou não aplicar e, portanto, a questão que se coloca e fazendo aqui, chamando à colação o artigo sétimo do Regulamento de Atribuição de Benefícios Fiscais aplicáveis a impostos no Município de Oeiras, publicado a dezasseis de agosto, de vinte e três, na segunda série do Diário da República, número cento e cinquenta e oito, de facto aí é referido que “as famílias beneficiam de uma redução anualmente concedida da taxa do IMI a vigorar no ano a que respeita o imposto a aplicar ao prédio ou parte do prédio urbano...” tal, tal “de acordo com a tabela constante do número um, do código cento e doze A, do Código do Imposto Municipal sobre Imóveis (CIMI). A questão que se coloca (e eu tenho aqui também o cento e doze A à minha frente) é saber se nesta proposta, não teria tido sentido que



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

depois desta análise dos serviços relativamente, e que está plasmado no tal ponto cinco a dizer “o IMI familiar, caso o Município entenda deixar de aplicar a dedução...” tal, tal, porque é que depois na proposta não diz que sim senhora, o Município vai manter, tal como está no regulamento e, portanto, essa era a questão que eu queria colocar, porque isso é absolutamente condicionante... Mais uma vez a proposta não está bem feita, porque devia ter sido clara relativamente a isso, mas isto é absolutamente condicionante para o sentido de voto do Partido Socialista. -----

----- Muito obrigado.”-----

----- O Senhor Deputado Miguel Bugalho (PSD) observou o seguinte: -----

----- “É apresentada hoje nesta Casa, a proposta de deliberação sobre o IMI respeitante ao ano de dois mil e vinte e três, e o mesmo valor a liquidar em dois mil e vinte e quatro. -----

----- Pois bem, é de salientar que Oeiras continua a apostar em manter a taxa mínima de esforço. Sabemos também o aumento de dificuldades que as famílias e respetivos agregados familiares estão também a viver neste momento. O PSD, depois de uma leitura do documento em questão e em específico no ponto seis, onde refere “redução de vinte por cento da taxa de IMI aplicável aos prédios urbanos arrendados para habitação” acreditamos que poderá ser benéfico para os arrendatários, uma vez que permite também à partida aos senhorios reduzir o valor de renda.-----

----- Só que os tetos aqui também apresentados nesta proposta, por um lado são irreais. Há minutos estive num site de imóveis e reparei que um T Zero em Oeiras, tem neste momento um valor de renda de setecentos e cinquenta euros e, portanto, questiono onde encontrar um T Zero ou um T Um, até quatrocentos euros. Ainda recentemente, e no discurso do PSD sobre os dois anos de mandato deste Executivo.... Posso continuar senhores deputados? Obrigado.... referimos a medida sobre a isenção de IMI para jovens até aos trinta e cinco anos, na aquisição de imóveis até cento e oitenta mil euros. Queremos referir também que é importante ter a ambição de querermos mais e darmos melhores condições não só para os jovens, mas também para os

municípios.-----
-----Hoje, aqui ao lado, na Assembleia Municipal de Lisboa, está neste momento a discutir-se uma proposta levada pelo executivo camarário, onde apresenta novamente (e digo novamente) a isenção de IMT para jovens que comprem casa em Lisboa até trezentos mil euros. Posto isto, questionar, portanto, o Executivo sobre que medidas estão previstas para aliviar e apoiar a carga fiscal também dos nossos municípios.-----

-----Obrigado.”-----

-----O Senhor Deputado Romeu Monteiro (IL) referiu o seguinte:-----

-----“Obrigado, Senhora Presidente.-----

-----Desculpem, posso? A Iniciativa Liberal... Sim? Queremos elogiar o Executivo, deixem-nos lá agora ter este momento... A Iniciativa Liberal vê com bons olhos a manutenção do IMI na taxa mínima legal e também benefícios fiscais para o arrendamento, apesar de como foi referido, os valores limite são assim... é para um arrendamento muito económico, não é, que é muito difícil de encontrar para quem queira iniciar os contratos agora, mas, contudo, vemos com bons olhos esta proposta e iremos votar a favor. Incentivamos a que nas próximas propostas também façam este esforço de redução de impostos ou manutenção ao mínimo legal para o futuro.

-----E é isto. Obrigado.”-----

-----A Senhora Deputada Mónica Albuquerque (EO) interveio e disse o seguinte:-----

-----“Muito obrigada, Senhora Presidente.-----

-----Relativamente a esta proposta do IMI, é da competência da Assembleia Municipal definir áreas territoriais correspondentes a freguesias, ou zonas delimitadas de freguesias, que sejam objetos de operações de reabilitação urbana ou combate à desertificação. Também a majoração de trinta por cento da taxa aplicável a prédios urbanos degradados, entre outras que não vou estar a citar, porque também estão descritas na proposta e não há necessidade.-----

-----Mas todas estas competências da Assembleia Municipal são exercidas após propostas



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

que nos sejam remetidas pelo Executivo da Câmara, que não promovendo propostas deste âmbito, limitam, de facto, a nossa ação aqui na Assembleia. Estou a falar em particular de zonas de reabilitação urbana, que acho que devem vir mais propostas, mas já lá vamos. -----

----- De forma resumida, nesta proposta o Executivo propõe na verdade seis pontos muito semelhantes a anos anteriores: a manutenção da taxa de IMI em zero ponto oito para prédios rústicos e zero ponto três para prédios urbanos; a majoração de trinta por cento na taxa do IMI aplicável aos prédios urbanos degradados; majorar em triplo a taxa fixa de IMI no caso dos prédios urbanos que se encontrem devolutos ou em ruínas há mais de um ano, mas também para os prédios que se localizem em zonas de pressão urbanística é aplicado um agravamento a esta taxa. No caso de se tratar de prédios urbanos ou frações autónomas de habitação que não se encontrem arrendados para habitação ou afetos também à habitação própria e permanente do sujeito passivo, sugere-se também o agravamento previsto de cinquenta por cento para pessoas singulares ou cem por cento se for um coletivo. Por fim, aplicar uma redução de vinte por cento na taxa do IMI aplicável aos prédios urbanos arrendados para habitação conforme as regras estabelecidas no regulamento de atribuição de benefícios fiscais aplicáveis a impostos no Município de Oeiras. ---

----- Ora, face a esta realidade, temos então a votação nesta Assembleia uma proposta em que Oeiras, como outros municípios da Área Metropolitana de Lisboa, aplicam a taxa mínima do IMI, que não é possível reduzir mais, porque já está na mínima. Não temos nada contra a aplicação desta taxa, mas consideramos que além de serem aplicadas as majorações a quem degrada o património (conforme o código do IMI), se devia também promover a reabilitação urbana, promovendo então benefícios fiscais. Sabemos que alguns destes benefícios fiscais estão indicados no novo regulamento que foi aprovado muito recentemente de benefícios fiscais no Município de Oeiras, e ao contrário da proposta do ano passado, estes incentivos não estão listados na proposta (estão sim no regulamento) e, de facto, esta proposta nada refere relativamente a esses benefícios para dois mil e vinte e quatro. Consideramos que seria uma mais-valia também citar alguns deles,

uma vez que cita, por exemplo, o arrendamento a custos controlados para os T Um, T Zero, etc., que já foi referido. -----

-----Na realidade, nós temos de potenciar as zonas já consolidadas e temos de ver medidas práticas de incentivo à manutenção de casas abandonadas e não ocupadas e, assim, aguardamos que o Município promova a vinda a esta Assembleia de propostas de mais zonas de reabilitação urbana. -----

-----É ainda de referir que a Vereadora Independente Carla Castelo, eleita pela Coligação Evoluir Oeiras, apresentou este ano uma proposta precisamente para fazer o diagnóstico no Município da situação dos edifícios devolutos no Município, e podermos saber quantos imóveis poderiam ser aproveitados para habitação, mas também essa proposta foi reprovada pelo Executivo, a quem parece interessar mais construção nova em terrenos RAN (Reserva Agrícola Nacional) que Isaltino Morais está decidido a erradicar em Oeiras. -----

-----Muito obrigada.”-----

-----O Senhor Deputado António Moita (IN-OV) fez a seguinte intervenção: -----

-----“Senhora Presidente, muito obrigado. -----

-----Dizer o seguinte: este conjunto de taxas que vamos discutir a partir deste momento, com início na questão do IMI, não pode ser dissociada de uma discussão que vamos ter mais à frente, dentro de algumas semanas (penso), sobre a questão do Orçamento e das Grandes Opções do Plano para o próximo ano. E, se há coisa que importa realçar, é que a previsibilidade que a Câmara Municipal tem tido na fixação destas taxas e destas receitas, é algo que deve ser enaltecido, ou seja, não há, ou não tem havido uma alteração de ano para ano das taxas a aplicar, em função das necessidades que eventualmente a Câmara Municipal possa ter para esse ano. A previsibilidade fiscal e a estabilidade fiscal são, por isso, fatores que devem ser realçados neste âmbito.-----

-----Para além disso, temos uma outra questão que importa realçar e que tem a ver com o facto da receita destes impostos ter vindo a subir todos os anos. Há pequenas exceções que são



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

facilmente explicáveis, mas o peso que cada um destes impostos tem na receita total corrente da Câmara Municipal é cada vez mais pequena, ou seja, a Câmara Municipal depende cada vez menos da receita captada nestes impostos, e isto tem a ver com o dinamismo da Câmara, tem a ver com a capacidade de angariação de receita e não tem a ver com uma “ansiedade fiscal” que a Câmara Municipal podia ter tido, como tantas e tantas vezes parece que o Estado Central tem. Portanto, há que realçar estes aspetos que resultam, como digo, da estabilidade com que a Câmara gere o seu orçamento, da previsibilidade daquilo que a Câmara quer, daquilo que a Câmara decide para os próximos anos e dos meios que dispõe para conseguir concretizar os objetivos a que se propõe. --

----- Isto tem sido assim, e obviamente que o conjunto de incentivos e desincentivos também tem a ver com a forma como a Câmara Municipal olha para cada um destes aspetos. Já foi aqui dito que foram transferidas para o regulamento algumas das questões que faziam parte destas propostas nos últimos anos em termos dos incentivos, mas parece-nos importante realçar que continua a lógica do desincentivo relativamente aos prédios que não estão a ser habitados, ou dos prédios que estão em ruína. Parece-nos óbvio que face às necessidades de habitação que existem, face às necessidades de encontrar novos espaços, não parece ser correto que proprietários mantenham no estado em que por vezes o fazem, alguns dos seus prédios. Portanto, esta política de desincentivo, com a aplicação de taxas mais pesadas ou da majoração que é feita para aplicação dessas taxas, parece-nos um aspeto muito, muito positivo.-----

----- Realcei também já, e isso é de salientar, que não há efetivamente uma diferença muito acentuada entre aquilo que é a taxa aplicada em Oeiras e a taxa aplicada noutros municípios, mas ainda assim importa, e este texto e julgo que já desde o ano passado que vem assim, é preciso que as pessoas sejam sensibilizadas para este aspeto. A Câmara Municipal teria a possibilidade, se o entendesse, de vir aqui buscar uma receita muito maior do que aquela que efetivamente vem buscar, ou seja, há aqui uma escolha, há aqui uma opção, há aqui algo que a Câmara Municipal entende que, em benefício dos munícipes e de acordo com os objetivos que visa atingir, entende

que não deve penalizar em excesso todos os proprietários, todos aqueles que, neste caso em concreto, são objeto da liquidação deste imposto. -----

-----Os muitos milhões de euros que a Câmara Municipal podia ter se, em vez de aplicar uma taxa de zero trinta, aplicasse uma taxa de zero quarenta e cinco, seriam, com certeza, a possibilidade de concretização de muita obra, de muitas outras coisas que estariam na sua disponibilidade, e esse é para mim talvez dos aspetos mais importantes a realçar. A Câmara Municipal perante eventuais dificuldades financeiras que possa ter, a Câmara Municipal perante a exigência que estes orçamentos têm vindo a ter quanto à concretização das obras, não opta pelo lado mais fácil. O lado mais fácil seria subir aqui um pouco a taxa de zero trinta, para zero trinta e cinco, ou para zero quarenta, ou mesmo para zero quarenta e cinco. Aí teria os seus problemas financeiros todos absolutamente resolvidos. Não é isso que a Câmara faz e bem e, portanto, há que enaltecer essa questão, e há que realçar o facto de a Câmara tomar aqui uma opção, que é a opção de não ir pelo lado mais fácil. -----

-----A última nota tem a ver com aquela questão que já foi colocada e que tem a ver com o facto dos agregados poderem ser beneficiados do ponto de vista da receita com... eu julgo que aquilo que o texto diz não é que a Câmara vai decidir em cada momento, se ficam ou se não ficam estes quinhentos e tal mil euros que constituiriam esta isenção. Julgo que esta é a intenção da Câmara, mas como já foi aqui dito, estas questões deixaram de fazer parte desta proposta e passaram para o Regulamento das Isenções Fiscais e, portanto, é lá que estão. -----

-----Julgo que relativamente à proposta do IMI, acho que tenho tudo dito. -----

-----Muito obrigado.” -----

-----O Senhor Deputado Jorge Rato (PS) disse o seguinte: -----

-----“Muito obrigado, Senhora Presidente. -----

-----Eu pedi a palavra para lhe pedir desculpa por há bocado ter feito uma intervenção sem que me tivesse autorizado a falar, mas confesso, eu fiquei tão feliz, tão feliz de ouvir o Senhor



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

Deputado Miguel Bugalho (PSD) vir aqui confirmar aquilo que eu tinha dito na reunião de dezoito de julho, em que se aprovou o regulamento novecentos e catorze/dois mil e vinte e três, quando eu disse que cento e oitenta mil euros não serviam para comprar uma garagem na Freguesia da Estrela e que, portanto, o argumento que era aqui aduzido pelo PSD não tinha sentido nenhum. Eu fiquei tão feliz que, de facto, confesso-lhe, deu-me para fazer esta coisa de aplaudir o Senhor Deputado Miguel Bugalho (PSD) pelo que tinha acabado de dizer e, portanto, Senhora Presidente, peço-lhe desculpa pela minha intervenção.” -----

----- A **Senhora Presidente da A.M.** observou o seguinte:-----

----- Senhor Deputado Miguel Bugalho (PSD), não sei se quer...”-----

----- O **Senhor Deputado Miguel Bugalho (PSD)** referiu o seguinte: -----

----- “Muito obrigado, Senhora Presidente. -----

----- Eu não tencionava intervir, mas acho que o Senhor Deputado Jorge Rato (PS), deve ser da hora já adiantada, já deve estar um pouco mais cansado e, portanto, esclarecer aqui dois pontos: ---- -----

----- Primeiro ponto. Aquilo que eu referi relativamente ao valor das rendas é referente ao ponto número seis, onde disse que o valor de um T Zero seria difícil chegar aqui aos setecentos e cinquenta euros, porque no site de renda.... de renda. -----

----- Relativamente à proposta de isenção de IMT para jovens até aos trinta e cinco anos, de cento e oitenta mil euros, eu penso que é um ponto de partida, Senhor Deputado. Acho que esse é que tem que ser o foco, que é começarmos por aqui... Aquilo que a bancada do PSD disse (e volto a referir) foi “temos que ser mais ambiciosos”. Isso sim, Senhor Deputado. Temos que ser mais ambiciosos, isso é que é importante. Está bem? -----

----- Obrigado.” -----

----- A **Senhora Presidente da A.M.** disse o seguinte:-----

----- “Estamos esclarecidos.” -----

-----O **Senhor Deputado Francisco O'Neill Marques (CH)** interveio e disse o seguinte:

-----“Senhora Presidente, só aqui um pequeno esclarecimento, no que concerne à contradição entre a alegada falta de terrenos e a venda de propriedades municipais para habitação, é um ponto crucial que exige esclarecimento. Propostas anteriores para diagnosticar e requalificar imóveis foram rejeitadas, evidenciando a necessidade de uma abordagem prática e eficaz, ultrapassando as meras intenções vagas. Neste palco, a plateia espera por uma atuação que vá além de um discurso retórico e se traduza em medidas efetivas para melhorar a realidade habitacional do município. -----

-----Nós, Chega, somos contra a existência do imposto do IMI, podem dizer que é um imposto importante, eu também acho que era importante cortar-se na despesa do Estado, mas, contudo, assim sendo, iremos abster-nos. -----

-----Muito obrigado.” -----

-----O **Senhor Presidente da C.M.O.** fez a seguinte intervenção: -----

-----“Em primeiro lugar, uma nota. É interessante assistirmos a estes debates, relativamente a deduções de impostos, sem se ir à raiz do problema. O que estamos aqui a discutir é uma forma sofisticada que os governos arranjaram de chutar para as câmaras municipais, algum odioso relativamente à questão fiscal. Porque, vamos lá ver.... na realidade, em oitenta por cento dos municípios portugueses, para aí oitenta por cento, a receita do IMI, da derrama e do IMT é absolutamente irrelevante. Não tem qualquer significado. Portanto, esses municípios, obviamente, que beneficiam de uma receita, de uma parte da distribuição da riqueza nacional, através do Fundo Geral Municipal. É o Orçamento Geral do Estado que distribui a verba para que os municípios possam funcionar. Em determinados municípios o Governo apercebeu-se que a soma de determinados impostos poderia ser equivalente à receita proveniente do Orçamento Geral do Estado, acabou com as transferências do Orçamento Geral do Estado para esses municípios e disse: “Vocês têm à sua disposição o IRS, o IMI, o IMT e a Derrama”. Naturalmente que os municípios



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

não podem prescindir de aplicar estas taxas, porque são as suas fontes de receita. Porque o Estado não faz qualquer transferência para esses municípios. Quais são esses municípios? Infelizmente, realmente para Portugal, apenas quatro: Lisboa, Oeiras, Cascais e Loulé agora. Estes quatro municípios. Portanto, o que nós temos de discutir, é que a carga fiscal do Estado é pesada, é pesadíssima. Era isso que se devia discutir aqui. O Município de Oeiras prescindir... Por exemplo, qualquer quebra que faça aqui na dedução destes impostos, no fundo, é estar a colaborar com a injustiça que já foi o facto de nos retirarem qualquer participação do Fundo Geral Municipal. Porque reparem: nós contribuimos ainda por cima numa proporção superior à dos outros municípios, na riqueza nacional. Na realidade, o Estado arrecada o correspondente a impostos de vinte e oito mil milhões de volume de negócios, sem contar com as financeiras. As financeiras não estão neste grupo. -----

----- De maneira que não deixa de ser realmente surpreendente esta discussão. Na verdade, se são precisas políticas de apoio fiscal a este setor ou àquele da população, essa é uma competência do Governo. As câmaras municipais podem por exemplo, em determinadas circunstâncias, de acordo com as suas conveniências, dizer.” Vamos acabar com a derrama durante cinco anos, porque queremos atrair um determinado número de empresas” e, portanto, as empresas sabem que se vierem para o nosso Concelho, durante cinco anos não pagam derrama. Por exemplo. Mas aí, é uma política fiscal que nós estamos a fazer em benefício próprio do nosso Município, não por uma questão apenas de dizer “não senhora, nós aqui baixamos os impostos porque o Estado pode baixar noutros lados e não aqui”.-----

----- No entanto, gostaria de acrescentar também o seguinte, respondendo a algumas questões. O IMI familiar, Senhor Deputado Jorge Rato (PS) acho que está claro, porque remete para o Regulamento dos Benefícios Fiscais e diz exatamente aquilo que o Município deixa de receber e, portanto, está justamente aqui no ponto cinco. Artigo sexto do Regulamento de Atribuição de Benefícios Fiscais aplicáveis a impostos do Município de Oeiras..., com base na

informação prestada pela Administração Tributária. Está aqui.” -----

-----**Senhor Deputado Jorge Rato (PS) interveio, mas dado que o fez com o microfone desligado, torna-se inaudível o que foi dito.** -----

-----O **Senhor Presidente da C.M.O.** prosseguiu a sua intervenção, dizendo o seguinte:

-----“Não, está aqui. Não tem nenhum problema que ponham um último artigo na proposta dizendo: “Aplica-se no IMI familiar o Regime dos Benefícios Fiscais aprovados...”. Não há problema nenhum. Está cá, é uma redundância, mas está cá claramente. O artigo cinco diz tudo. Relativamente... O artigo cinco, basta ler português, está lá tudo. -----

-----Relativamente ao Senhor Deputado Miguel Bugalho (PSD). Também fico surpreendido, porque devo dizer-vos o seguinte: nós não somos “macacos de imitação” aqui em Oeiras. Nós temos a nossa..., nós não andamos aqui a ter de vestir a camisola, a ver o que é que o outro faz, e agora nós vamos fazer melhor. Quero dizer que discordo, mas discordo totalmente e quero dizer que a medida que Lisboa tomou de isenção de IMT até trezentos mil euros é beneficiar os ricos. Quais são os jovens que têm trezentos mil euros para comprar um apartamento? Quais são os jovens em Portugal que têm trezentos mil euros para comprar apartamentos? Quem tem trezentos mil euros para comprar um apartamento, também tem o IMT. Que eu saiba, política de juventude, apoio aos jovens, só conheço a de Oeiras, não conheço mais nenhum município em Portugal. Na verdade, o Município de Oeiras apoia os jovens. É o único que tem habitação jovem. Ainda hoje (não vou dizer o nome) estive com uma senhora ministra, que me deu os parabéns, exatamente por essa política. Pela habitação em geral, mas em relação à habitação jovem, somos de facto o único município em Portugal que tem autêntica renda acessível, porque são rendas de duzentos a seiscentos e oitenta euros, e que já existem neste Concelho há mais de vinte e cinco anos. Portanto, política de apoio aos jovens é esta, é disponibilizar casas para os jovens. Coisa que Lisboa não faz. Pelo menos não fez até agora. -----

-----Por outro lado, no que diz respeito a ORU (Operações de Reabilitação Urbana) e ARUs



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

(Área de Reabilitação Urbanas), cada vez mais a Câmara Municipal irá trazer ORU e ARUs aqui à Assembleia Municipal. Faz parte realmente da nossa política de favorecimento, da criação de condições para requalificação urbana e, portanto, sempre que haja oportunidade, em qualquer área do Concelho, em que por via de uma ARU e respetiva ORU seja possível criar essas condições, obviamente que a Câmara não deixará de o fazer. Nessa matéria estamos de acordo e não vão faltar com certeza propostas que a Câmara aqui trará.-----

----- Finalmente, há uma questão que realmente me surpreende também, que é estarmos aqui a discutir uma questão fundamental, eu sei que também não agrada a toda a gente... Também há quem entenda que o IMI favorece os ricos. Também há quem entenda isso. Há quem tenha a ideia de que o IMI favorece os ricos. Porque, na realidade, dizem, que quem é proprietário já tem algumas posses e, portanto, o IMI não favorece os arrendatários. O IMI só favorece os proprietários e, portanto, há quem diga, há quem tem essa ideia, de que isentar o IMI às famílias, digamos que é estar a favorecer uma classe média, provavelmente uma classe média até alta, porque tem um apartamento ou tem dois apartamentos e se calhar habita um, ou arrenda outro, ou qualquer coisa assim do género. Quero-vos dizer que não é líquida esta posição. No entanto, nós entendemos, há muito tempo, que realmente o IMI..., obviamente que pode ter alguma dimensão injusta, vou-lhes dar um exemplo. Quando nós tomamos uma medida geral, abstrata, porque abarca todo o património imobiliário, naturalmente que os imóveis propriedade de fundos de investimento, etc., também são abrangidos. Naturalmente que aí não tem a mesma dimensão social favorecer um fundo imobiliário ou uma família, um agregado familiar que se calhar esteve a pagar... Na maior parte dos casos, como sabem, sessenta por cento dos portugueses, dos agregados familiares, são proprietários da casa em que habitam. Na realidade, apenas temos vinte e cinco por cento de arrendatários. Estes sessenta e cinco por cento de “proprietários”, na realidade, não são bem proprietários. São uma espécie de “escravos da banca” na medida em que andam trinta anos a descontar ou a pagar a amortização ao banco, da casa que compraram. Aliás, é um dos problemas

que nesta discussão geral que temos sobre a habitação, muitas vezes não se tem em conta, porque na realidade os portugueses foram obrigados a comprar casa, porque o mercado não respondia às necessidades de habitação (o mercado de arrendamento) e as famílias foram obrigadas a comprarem, a endividar-se, etc. Portanto, continuamos a pensar que há aqui uma dimensão social importante. De resto, é fácil nós identificarmos casos concretos de famílias que até têm uma casa razoável e que a compraram num momento em que tinham uma vida boa, digamos assim, entretanto o marido morre, fica a viúva, sem rendimento, etc., e a dada altura o IMI da casa consome-lhe a parca reforma que tem. Portanto, se nós quisermos ver casos concretos onde esta redução de IMI dá muito jeito, é fácil encontrarmos centenas de situações dessas. -----

-----Agora é surpreendente, numa discussão desta natureza, só o Senhor Deputado António Moita (IN-OV) é que falou nos milhões que o Município poupa aos cidadãos. Para terem uma ideia, para dois mil e vinte e quatro, de acordo com as contas da administração tributária, vamos poupar dezasseis milhões de euros aos munícipes. Sabem quanto é que poupámos nos últimos quatro anos aos cidadãos de Oeiras? Sessenta e nove milhões de euros. Em quatro anos. Foi quanto o Município deixou de receber, para ficarem no bolso dos munícipes. Imaginem... são prioridades, o investimento que nós não faríamos com sessenta e nove milhões de euros. Tudo isto tem o reverso da medalha. Deixámos de receber sessenta e nove milhões de euros que os podíamos investir, mas provavelmente, nas circunstâncias atuais da situação financeira do Município, apesar das nossas dificuldades, apesar de termos muitos projetos e obras para fazer, considerámos que por enquanto ainda vale a pena, faz todo o sentido, que não oneremos mais os cidadãos. Na realidade, grosso modo o que estamos aqui a discutir não são “peanuts”, não são pequenas coisas, pequenas formalidades. O que estamos aqui a discutir é que o Município prescinde de dezasseis milhões de euros em dois mil e vinte e quatro para que os cidadãos de alguma forma tenham uma vida melhor, mais qualidade de vida, mais bem-estar, que não paguem tanto. Que sintam que na realidade, o Município entendeu, dentro das prioridades globais que tem, que a família é uma



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

prioridade. -----

----- Muito obrigado.”-----

----- O Senhor Deputado Jorge Rato (PS) disse o seguinte:-----

----- “Muito obrigado, Senhora Presidente.-----

----- Para que fique totalmente claro, depreendo daquilo que foi o gesto do Senhor Vice-Presidente há bocado e de agora da intervenção do Senhor Presidente da Câmara, que a Vereação entende que não o artigo quinto, mas sim o artigo sétimo do Regulamento, aprovado a dezoito de julho, e publicado no Diário da República a treze de agosto, que se refere ao IMI para apoio às famílias, não era necessário repetir na proposta oitocentos e setenta e dois, de dois mil e vinte e três, para ter eficácia. É isso?”-----

----- O Senhor Presidente da C.M.O. interveio, mas dado que o fez com o microfone desligado, torna-se inaudível o que foi dito.-----

----- O Senhor Deputado Jorge Rato (PS) concluiu a sua intervenção, dizendo o seguinte:

----- “Ok, pronto, era isso que eu queria ouvir.-----

----- Muito obrigado.”-----

4.4.1. VOTAÇÃO-----

----- A Senhora Presidente submeteu à votação esta proposta, a qual foi aprovada por maioria, com trinta e um votos a favor, sendo dezassete do Grupo Político Municipal Isaltino Inovar Oeiras (Elisabete Maria de Oliveira Mota Rodrigues de Oliveira, António Maria Balcão Vicente, António Pita de Meireles Pistacchini Moita, Maria de Fátima dos Santos Rodrigues, Rui Manuel Pessanha da Silva, Ednilson Gilberto Lopes Fernandes Sousa dos Santos, Maria Paula Neto Figueira Martins da Silva, José Maria Godinho Montezo, Rui Pedro Gersão Lapa Miller, António Maria Passos Rosa Lopes da Costa, Domingos Ferreira Pereira dos Santos, Diana Leonor Alves Gonçalves, Nuno Miguel de Oliveira Custódio, Celina Maria Quintas Nascimento Mendonça, João Carlos Macedo Viegas, Isabel Cristina Gomes dos Santos Silva Lourenço e Diogo

Manuel Henrique Nobre Félix Barreto), quatro do Partido Socialista (Alexandra Nunes Esteves Tavares de Moura, Jorge Manuel Damas Martins Rato, Maria de Fátima da Silva Fernandes Brito Filipe e Ricardo Correia Fernandes), dois do Partido Social Democrata (Sónia Maria Antas de Barros Amado Gonçalves e Miguel Martins Galvão da Cruz Bugalho), um da Coligação Democrática Unitária (Carlos Alberto de Sousa Coutinho), um do Partido Iniciativa Liberal (Romeu Rabaça Monteiro), um do Partido Pessoas-Animais-Natureza (Ana Sílvia Rodrigues Paixão Ferreira Marques), um do Grupo Político Municipal Inovar União Algés (João Manuel d' Oliveira Antunes), um do Grupo Político Municipal Inovar Barcarena (Bárbara Cristina Farinha Nunes Silva), um do Grupo Político Municipal Inovar Carnaxide Queijas (Inigo Arcanjo da Cunha Fialho e Pereira), um do Grupo Político Municipal Inovar Oeiras Paço de Arcos Caxias (Maria Madalena Pereira da Silva Castro) e um do Grupo Político Municipal Inovar Porto Salvo (Dinis Penela Antunes), e com três abstenções, sendo duas do Grupo Político Municipal Evoluir Oeiras (Mónica dos Santos Albuquerque Correia e David Machado Ferreira) e uma do Partido Chega (Francisco O'Neill Marques).-----

-----Os Senhores Deputados Maria Carolina Candeias Tomé, do Grupo Político Municipal Isaltino Inovar Oeiras, Jorge Manuel Madeiras Silva Pracana, do Partido Social Democrata, Tomás Perestrelo de Vasconcelos Cardoso Pereira, do Grupo Político Municipal Evoluir Oeiras e João Rafael Marques Santos, da Coligação Democrática Unitária, não estavam presentes na altura da votação.-----

-----Esta deliberação foi aprovada em minuta, a qual se dá por transcrita:-----

-----“**DELIBERAÇÃO N.º 157/2023**-----

-----**PROPOSTA C.M.O N.º 872/2023 – DPOC – IMPOSTO MUNICIPAL SOBRE IMÓVEIS (IMI) RESPEITANTE AO ANO DE 2023 A LIQUIDAR EM 2024**-----

-----A Assembleia Municipal de Oeiras tomou conhecimento da proposta número oitocentos e setenta e dois barra dois mil e vinte e três, a que se refere a deliberação número cinco



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

da Reunião da Câmara Municipal realizada em dezoito de outubro, e deliberou por maioria, com trinta e um votos a favor, sendo dezassete do Grupo Político Municipal Isaltino Inovar Oeiras, quatro do Partido Socialista, dois do Partido Social Democrata, um da Coligação Democrática Unitária, um do Partido Iniciativa Liberal, um do Partido Pessoas-Animais-Natureza, um do Grupo Político Municipal Inovar União Algés, um do Grupo Político Municipal Inovar Barcarena, um do Grupo Político Municipal Inovar Carnaxide Queijas, um do Grupo Político Municipal Inovar Oeiras Paço de Arcos Caxias e um do Grupo Político Municipal Inovar Porto Salvo, e com três abstenções, sendo duas do Grupo Político Municipal Evoluir Oeiras e uma do Partido Chega, aprovar a manutenção da taxa do Imposto Municipal sobre Imóveis (IMI) em zero vírgula oito por cento para prédios rústicos e zero vírgula trinta por cento para os prédios urbanos avaliados nos termos do Código do Imposto Municipal sobre Imóveis, do ano de dois mil e vinte e três, a liquidar em dois mil e vinte e quatro, conforme alíneas a) e c), do número um, do artigo centésimo décimo segundo, do Código do Imposto Municipal sobre Imóveis; -----

----- A majoração em trinta por cento da taxa de Imposto Municipal sobre Imóveis aplicável aos prédios urbanos degradados, considerando-se como tais os que, face ao seu estado de conservação, não cumpram satisfatoriamente a sua função ou façam perigar a segurança de pessoas e bens, nos termos do disposto no número oito, do artigo centésimo décimo segundo, do Código do Imposto Municipal sobre Imóveis;-----

----- Majorar em triplo a taxa fixada de Imposto Municipal sobre Imóveis (IMI), nos casos de prédios urbanos que se encontrem devolutos ou em ruínas há mais de um ano nos termos da alínea a), do número três, do artigo centésimo décimo segundo, do Código do Imposto Municipal sobre Imóveis (CIMI);-----

----- Para os prédios que se localizem em zonas de pressão urbanística como tal definidas em diploma próprio, em substituição da majoração prevista no número anterior é aplicado um agravamento à taxa, definida dos termos da alínea c), do número um, do artigo centésimo décimo

segundo, do Código do Imposto Municipal sobre Imóveis (CIMI), conforme o número um, da presente proposta de deliberação, no decuplo para o próximo exercício, agravada em cada ano subsequente em vinte por cento, até ao máximo de vinte vezes, nos termos do número um, do artigo centésimo décimo segundo-B, do Código do Imposto Municipal sobre Imóveis (CIMI). ---

----- No caso de se tratar de prédios urbanos ou frações autónomas, de habitação que não se encontrem arrendados para habitação ou afeto à habitação própria e permanente do sujeito passivo, o agravamento previsto no número anterior é aumentado em cinquenta por cento para sujeitos passivos singulares e cem por cento para pessoa coletiva, nos termos do número dois, do artigo centésimo décimo segundo-B, do Código do Imposto Municipal sobre Imóveis (CIMI). -----

-----Nos termos da alínea e), do artigo quinto, do Regulamento de Atribuição de Benefícios Fiscais Aplicáveis a Impostos do Município de Oeiras aplicar uma redução de vinte por cento da taxa de Imposto Municipal sobre Imóveis (IMI) aplicável aos prédios urbanos arrendados para habitação, desde que a renda mensal não ultrapasse os seguintes valores:-----

-----T Zero e T Um - quatrocentos euros;-----

-----T Dois - setecentos e cinquenta euros;-----

-----T Três - novecentos euros;-----

-----T Quatro e superior - mil e duzentos euros, conforme proposto pelo órgão Executivo do Município traduzido naquela deliberação.-----

-----Mais foi deliberado, por unanimidade dos presentes, aprovar em minuta esta parte da ata.”-----

4.4.1.1. O Senhor Deputado Jorge Rato (PS) referiu o seguinte:-----

-----“Senhora Presidente, muito obrigado.-----

-----Era só para referir que o Partido Socialista vai apresentar uma **Declaração de Voto** nos quatro pontos da Ordem de Trabalhos, portanto, relativo aos impostos, e que depois utilizarei no ponto sete..., lerei a Declaração de Voto. Certo?-----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

----- Muito obrigado, Senhora Presidente.” -----

4.5. Apreciação e Votação da Proposta CMO N.º 873/2023 – DMAG/DFP/DPOC - relativa ao Imposto sobre o Rendimento de Pessoas Singulares (IRS) para 2024 (os documentos relativos a esta Proposta ficam arquivados, como anexos, na pasta desta Sessão) -----

----- O Senhor Deputado Romeu Monteiro (IL) fez a seguinte intervenção: -----

----- “Em relação a esta proposta, relativamente ao Imposto sobre o Rendimento de Pessoas Singulares para dois mil e vinte e quatro, o que estamos a falar aqui é de um bolo de cinco por cento do IRS liquidado pelos oeirenses, que a lei permite que as câmaras municipais recebam ou abdicuem dele (pelo menos de parte) para se financiarem. E o que temos aqui nesta proposta, é uma manutenção da taxa, que a Câmara Municipal de Oeiras recebe, nos quatro ponto sete por cento e, portanto, falamos de um benefício municipal de zero vírgula três por cento de devolução aos munícipes de Oeiras. E se nós anteriormente levámos a manutenção do IMI na taxa mínima legal, aqui temos que, de facto, notar que está muito próximo da taxa máxima. -----

----- Nos concelhos desta zona é a segunda taxa mais elevada, a seguir a Cascais. -----

----- Em comparação com Lisboa, por exemplo, Lisboa faz um benefício municipal (tem feito uma trajetória de redução deste imposto), atualmente de três ponto cinco por cento, com Oeiras a fazer zero ponto três. Portanto, alguém que se mude de Belém e cruze uma rua para Algés, perde automaticamente três ponto dois por cento do valor que líquida em IRS. -----

----- Nós procurámos ver aqui alguma tentativa de trajetória de redução, que não vemos, está aqui em manutenção, e já desde há vários anos que houve apenas uma variação de uma décima, e isto num contexto em que a receita tem estado em elevado crescimento dado ao aumento dos valores dos salários em Portugal. Mesmo em comparação com a inflação, o crescimento é superior à inflação. Haveria aqui lugar, se fosse esse o desejo do Executivo, a uma redução percentual que mantivesse a receita mesmo ajustada para a inflação. -----

----- Nós fomos fazer os cálculos (eu sei que o Senhor Presidente valoriza a iniciativa da

Iniciativa Liberal de fazer contas, de investigar), fomos ver se haveria aqui porventura, um valor líquido que fosse baixo e que implicasse a necessidade de uma taxa alta, mas o que vemos é que Oeiras cobra cento e trinta euros por pessoa em termos de IRS, para sustentar as suas operações (portanto aos trabalhadores de Oeiras), Cascais recolhe cento e dezasseis, Lisboa apenas cinquenta e sete euros. E se formos ainda considerar Sintra, cinquenta e dois euros, Amadora quarenta e nove, portanto se juntássemos o que paga cada lisboeta no valor do seu trabalho com o que paga cada sintrense, nós não conseguiríamos chegar aqui ao valor que a Câmara de Oeiras pede, seria ainda mais vinte por cento. -----

----- Estivemos a calcular: se a Câmara de Oeiras quisesse fazer a redução apenas para o valor de Cascais, que é a segunda cobrança mais elevada, poderia já reduzir de quatro ponto sete para quatro ponto dois por cento, e, portanto, aumentar o benefício de zero ponto três para zero ponto oito por cento, quase triplicar. Ou se quisesse olhar apenas para os valores que Oeiras, a Câmara de Oeiras, cobrava em dois mil e dezoito, atualizando para a inflação, para não ter aqui perdas, podia reduzir de quatro ponto sete para quatro ponto três e aumentar o benefício de zero ponto três para zero ponto sete por cento, mais do que duplicando o que devolve aos oeirenses. --

-----E, portanto, nada disto é feito. -----

-----Podíamos falar que poderia ser uma estratégia para, imagine, compensar uma redução do que cobram às empresas, na derrama, mas não é isso que acontece, vemos que o imposto da derrama vai aumentar. Portanto, não há aqui um contrabalanceamento. -----

-----Aquilo que fica no ar é como é que a Câmara justifica, e porquê é que não consegue controlar os gastos que faz, em comparação com outras câmaras e com este aumento de receita que vemos. E se, de facto, tem orgulho de apresentar aqui esta proposta, a esta Assembleia, para nos obrigar a cobrar aos oeirenses um valor significativamente maior do que pagam outros municípios de outros municípios, e do que os oeirenses pagavam também em anos anteriores.” ---

-----O Senhor Deputado António Moita (IN-OV) referiu o seguinte:-----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

----- “Quando não se gere uma Câmara Municipal, é fácil dar tudo a todos e, portanto, é fácil encontrar as receitas e distribuí-las sem nos preocuparmos em verificar se a utilidade prática desse dinheiro que estamos a distribuir, é real ou não, ou se o poderíamos fazer de uma outra forma. É para isso que serve quem gere a Câmara, é para isso que serve o Presidente da Câmara, é para isso que serve o Executivo, é para isso que serve quem decide em cada momento o que é que deve ser feito. -----

----- A sugestão que deu até podia ser boa, mas também podíamos aplicá-la ao Concelho de Cascais, em que o IMI é mais alto do que aqui em Oeiras. -----

----- Isto tem a ver com as escolhas, são opções que se fazem. E este caso do IRS, é como o Senhor Presidente há bocado referiu relativamente ao comportamento que a Administração Central tem para com os municípios, é mais um presente que veio meio envenenado ou veio completamente envenenado, no sentido de dizer: “ Nós Administração Central, nós Ministério das Finanças, não conseguimos baixar como queremos o IRS, as câmaras que o façam, as câmaras que contribuam para, de facto, a redução da carga fiscal possa ser maior do que aquela que é”. Isto porque o Estado não se controla a si próprio, portanto, precisa daquela receita. -----

----- Foi aquilo que o Senhor Presidente aqui nos disse relativamente a estes presentes envenenados, transferindo o ónus para as câmaras municipais. -----

----- A Câmara Municipal de Oeiras, e do meu ponto de vista bem, nunca cedeu à tentação de ceder parte desta taxa a níveis que outras câmaras, entretanto cederam. Não é uma coisa muito antiga, é uma decisão relativamente recente do município aqui ao lado em Lisboa que corresponde a uma promessa eleitoral que foi feita. Mas aqui o que está em causa é tentar perceber isto: -----

----- Ponto um – quem paga IRS? Sabemos que aqueles que mais precisam, os que mais necessitam de apoio, não pagam IRS. Portanto, esta medida não iria trazer qualquer benefício, ou a redução da taxa, não traria qualquer benefício para essas pessoas; -----

----- Ponto dois – aqueles que em Oeiras têm um rendimento superior àquele que há em

muitos municípios do país, em quase todos... parece que o poder de compra em Oeiras é o segundo maior do país e se o rendimento de quem tem que liquidar IRS em Oeiras é maior do que aquele que há em muitos municípios do país, talvez sejam aqueles que menos prejudicados são, ao não ver que a devolução dos cinco por cento seja feita. Ou seja, o dano que estamos a infligir naqueles que mais IRS pagam, não é tão pesado, nem tão importante como aquele que poderia ser se o poder de compra, ou o nível de rendimento em Oeiras não fosse tão grande. E daí que a opção tem que ser vista a esta luz: quem é que aplica melhor o produto desta receita? Quem é que aplica melhor estes quase vinte milhões de euros, agora não tenho... são cerca de vinte e dois milhões de euros, quem é que os aplica melhor naquilo que é importante no domínio da ação social da Câmara, no domínio do apoio aos mais necessitados? -----

-----Estamos aqui a falar de uma verdadeira justiça redistributiva, não feita através da tributação de um imposto, mas através da capacidade que a Câmara tem de fazer chegar estas receitas a quem mais precisa. -----

-----Do meu ponto de vista, esta opção é a opção certa, esta opção é aquela que mais defende os interesses de quem mais precisa, e esta opção é aquela que não prejudica tanto quanto podemos pensar aqueles que mais têm. -----

-----Portanto, pesando os prós e os contras, verificando do ponto de vista das necessidades da Câmara Municipal, e das obrigações que a Câmara Municipal tem, o que é que tem mais lógica, eu diria que, se aparecesse uma proposta em que em vez dos quatro vírgula sete por cento, nos propusesse os cinco por cento, eu não estaria contra. Quatro vírgula sete por cento é apenas um gesto, é apenas algo que a Câmara Municipal quer dar. -----

-----Parece-me que é a opção mais certa, a opção correta. -----

-----E, portanto, como fizemos nos outros anos, onde a mesma taxa tem sido aprovada, estamos de acordo com ela.” -----

-----**A Senhora Deputada Mónica Albuquerque (EO)** disse o seguinte: -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

----- “Relativamente à Apreciação e Votação da Proposta relativa ao Imposto sobre o Rendimento de Pessoas Singulares, o IRS, para dois mil e vinte e quatro, como já vem sendo dito aqui na Assembleia, a taxa mantém-se nos quatro ponto sete por cento na participação do Município de Oeiras no IRS das famílias com domicílio fiscal no Concelho de Oeiras, aplicada aos rendimentos de dois mil e vinte e três. Significa assim a devolução de zero ponto três por cento aos munícipes. -----

----- Como já vimos informando ao longo dos anos anteriores, entendemos que a devolução do IRS pelos Municípios é uma medida fiscal regressiva, pois beneficia quem paga IRS, que são as pessoas dos escalões médios e altos, ou seja, quem tem mais rendimentos, a devolução de zero ponto três por cento do IRS apenas beneficiará estas pessoas, já que quem não paga IRS nada receberá, portanto esses fundos estariam em teoria melhor alocados nas mãos do Município que tem muito potencial de servir agentes redistributivos que qualquer agente privado.-----

----- E assim, tal como em dois mil e vinte e um e dois mil e vinte e dois, nada mudou em Oeiras e consideramos que as políticas regressivas em termos fiscais não contribuem para a equidade social. Assim abstemo-nos também porque não é previsto decrescer este valor.”-----

----- **O Senhor Deputado João Viegas (IN-OV)** referiu o seguinte: -----

----- “Estamos a viver um momento histórico nesta legislatura. Pela primeira vez, a Iniciativa Liberal fez uma proposta, isto merecia quase uma aclamação. E eu quero cumprimentar o Senhor Deputado Romeu Monteiro (IL), porque, de facto, a sua antecessora em dois anos que aqui esteve, nunca apresentou uma proposta, uma declaração de voto, nada, e pela primeira vez, o Senhor Deputado aparece com uma proposta concreta. Desse ponto de vista, penso que a ausência da Senhora Deputada Mariana Leitão (IL) vai ser um ganho para todos nós, vai ser um grande ganho para todos nós.-----

----- Bem-vindo, queria lhe dar os parabéns, porque, de facto, era uma nulidade, a sua colega era uma nulidade, é uma nulidade política, aqui a nível do Concelho de Oeiras. E quando

ela era criticada pela sua ausência, respondia-me que eu estava preocupado com a vida social dela, minimamente, não estou preocupado. -----

-----Seja bem-vindo, traz uma proposta. -----

-----Mas eu fiz aqui uma regra de três simples, e diz o Senhor Deputado, que cada oeirense paga cento e trinta euros por ano (ou pagou agora...), o que significa que pagou ao Governo central... se cento e trinta euros são...” -----

-----A **Senhora Presidente da A.M.** interveio e disse o seguinte:-----

-----“Senhor Deputado João Viegas (IN-OV), desculpe. -----

-----A sua colega está a pedir para fazer um Ponto de Ordem, eu não quis interrompê-lo, ia comentar no fim. -----

-----Não é correto a nossa colega Senhora Deputada Mariana Leitão (IL) não estar presente e estarmos a fazer considerandos acerca dela. Não é correto.”-----

-----O **Senhor Deputado João Viegas (IN-OV)** disse o seguinte: -----

-----“Mas eu agora não estou a falar da Senhora Deputada.” -----

-----A **Senhora Presidente da A.M.** continuou dizendo o seguinte: -----

-----“Não, o Senhor Deputado frisou mesmo e disse o nome. Desculpe, mas tenho de lhe dizer que não considero correto. -----

-----Se ela aqui estivesse, muito bem, o Senhor fazia os comentários.” -----

-----O **Senhor Deputado João Viegas (IN-OV)** interveio e disse o seguinte:-----

-----“Ela virá, foi só por sessenta dias.” -----

-----A **Senhora Presidente da A.M.** continuou dizendo seguinte: -----

-----“Muito bem. Mas não é correto. -----

-----Quero deixar aqui expresso e, portanto, peço-lhe que na sua intervenção não se volte a referir à Senhora Deputada que não está presente hoje e que está a ser substituída. -----

-----Agora, eu vou dar a palavra à Senhora Deputada Sónia Gonçalves (PSD), que fez um



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

Ponto de Ordem à Mesa. Faz favor.”-----

----- A **Senhora Deputada Sónia Gonçalves (PSD)** fez o seguinte **Ponto de Ordem à Mesa:** -----

----- “Parece-me, Senhora Presidente, que qualificar qualquer um dos Deputados desta Câmara como nulidades é muito feio.-----

----- Portanto, eu penso que qualquer um de nós desempenha um papel, bem ou mal, é aquele que podemos desempenhar. Defendemos o interesse de quem votou em nós. Respeitamos a democracia. -----

----- Eu queria pedir ao Senhor Deputado João Viegas (IN-OV), que respeitasse e que tratasse com dignidade qualquer um dos Deputados que estão sentados nesta Câmara.” -----

----- O **Senhor Deputado João Viegas (IN-OV)** perguntou o seguinte: -----

----- “Posso continuar a minha intervenção? Mas agora tenho de responder...” -----

----- A **Senhora Presidente da A.M.** respondeu o seguinte: -----

----- “Senhor Deputado João Viegas (IN-OV), o Senhor poderá continuar a sua intervenção, desde que respeite as normas de comportamento, que devem ser seguidas nesta Assembleia.” -----

----- O **Senhor Deputado João Viegas (IN-OV)** retomou a sua intervenção dizendo o seguinte: -- -----

----- “Essa não é a minha avaliação, mas a avaliação vai de cada um...” -----

----- A **Senhora Presidente da A.M.** interveio dizendo o seguinte:-----

----- “Mas sou eu que tenho de fazer.” -----

----- O **Senhor Deputado João Viegas (IN-OV)** continuou dizendo o seguinte: -----

----- “Deixe-me só continuar a minha intervenção, se faz favor. -----

----- Eu queria só responder à Senhora Deputada... é curiosa esta parceria entre a Sónia e a Mariana, é legítima.-----

----- Todas as minhas críticas são políticas. -----

-----As pessoas são intocáveis. -----

-----Eu quando falei em nulidade, falei do ponto de vista político, e são factos.-----

-----É verdade, eu não disse aqui nenhuma mentira, eu não fiz nenhum juízo de valor, disse factos.-----

-----A Iniciativa Liberal, até à data de hoje, não apresentou uma única proposta, portanto isto é um facto e a nulidade é política.-----

-----Agora, esta coisa do respeito pelos outros é recíproca. Quem quer ser respeitado tem que se dar ao respeito. E eu convido a Deputada Sónia (PSD) a ir ver o que a Iniciativa Liberal pôs sobre a minha pessoa, com intervenções deturpadas, em locais onde eu me não me podia defender... convido-a a ir ver no Twitter.” -----

-----A **Senhora Presidente da A.M.** interveio dizendo o seguinte: -----

-----“Senhor Deputado, estamos-nos a afastar do ponto da Ordem de Trabalhos que aqui está.” -----

-----O **Senhor Deputado João Viegas (IN-OV)** continuou dizendo o seguinte:-----

-----“Pois estamos, mas eu tenho de responder...-----

-----Senhora Presidente, deixe-me terminar, por favor.”-----

-----A **Senhora Presidente da A.M.** disse o seguinte: -----

-----“Senhor Deputado, é sobre o ponto da Ordem de Trabalhos que o Senhor tem de se pronunciar, não é sobre o Twitter ou qualquer outra rede.-----

-----Pode continuar a sua intervenção se for nesses termos.” -----

-----O **Senhor Deputado João Viegas (IN-OV)** retomou a sua intervenção dizendo o seguinte: --- -----

-----“Portanto, sobre isso estamos esclarecidos. Eu respeito quando sou respeitado e quem anda à chuva molha-se. Portanto a questão é muito simples... Já para não falar de outras intervenções que foram feitas pela Senhora Deputada em outras redes sociais, com outros



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

conteúdos...” -----

----- A **Senhora Presidente da A.M.** interveio e disse o seguinte: -----

----- “Eu retiro-lhe a palavra.” -----

----- O **Senhor Deputado João Viegas (IN-OV)** continuou dizendo o seguinte: -----

----- “Senhora Presidente, eu vou já diretamente ao assunto.” -----

----- A **Senhora Presidente da A.M.** disse o seguinte:-----

----- “Não, não. É que se o Senhor continua a falar sobre assuntos que não são da Ordem de Trabalhos, eu retiro-lhe a palavra.” -----

----- Quer falar sobre este ponto? Faz favor.” -----

----- O **Senhor Deputado João Viegas (IN-OV)** disse o seguinte:-----

----- “Voltando ao IRS... -----

----- A Iniciativa Liberal, fez uma proposta concreta.-----

----- E voltando ao meu raciocínio... cada oeirense deixa cento e trinta euros, ou deixou, cento e trinta euros na Câmara Municipal de Oeiras, e deixou no Governo Central dois mil setecentos e sessenta e cinco. E aqui há uma questão de vício de forma no pensamento ideológico da Iniciativa Liberal. Porque para a Iniciativa Liberal, todo o dinheiro que vai para o Estado é mal gasto, todas as estruturas estatais são ineficientes, é uma espécie de dogma que Vossas Excelências têm.-----

----- Mas mais importante do que aquilo que eu pago... porque como sabe, por exemplo, na Suécia, na Dinamarca, nos países do Norte, o IRS e os impostos são muito mais altos. O que é mais importante saber não é só quanto pagamos, é quanto nos é devolvido.-----

----- E o Senhor Deputado não sei se sabe, mas eu posso lembrá-lo, em Oeiras, o Município constrói esquadras, comprou a frota automóvel quase toda para os carros da PSP, tem (como diz o Senhor Deputado Ednilson Santos (IN-OV)) novecentos e dezoito jovens que estão a receber as bolsas de estudo, tem políticas de habitação social... Aquilo que é mais importante para

os cidadãos não é quanto pagam, é o que lhes é devolvido em relação ao dinheiro dos impostos que pagam. E é nesse equilíbrio, como disse muito bem o Senhor Deputado António Moita (IN-OV), que temos que olhar para isto.-----

-----O Senhor Deputado sabia que o IRS coletado no Concelho de Oeiras é maior do que em todo o Distrito de Setúbal? Isto é um índice de desenvolvimento extraordinário... é maior, é só ver os números, Senhor Deputado é só ver os números... -----

-----E depois, há aqui uma falácia, que eu também percebo um “bocadinho” de números, que quando olhamos só para percentagens, temos que ver... ou seja houve aqui... você teve a honestidade intelectual de falar da inflação, ora bem, aumentou a receita geral de IRS, salvo erro, em mais de mil e trezentos milhões, portanto, se aumentou o bolo, aumenta a receita de quatro vírgula sete. Isto para dizer que, quando fez a comparação de percentagens com montantes absolutos não é matematicamente correto, não leve a mal...” -----

-----**Alguém interveio, mas dado que o fez com o microfone desligado, torna-se inaudível o que foi dito.** -----

-----O Senhor Deputado João Viegas (IN-OV) continuou dizendo o seguinte: -----

----- “...Sim, com certeza, Senhor Deputado, mas não é a mesma coisa. Isso é uma forma de manipular os números, não leve a mal. -----

-----Para mim, aqui o ponto importante a frisar é : sim senhor, os oeirenses pagaram cento e trinta euros, segundo Vossa Excelência diz pagam menos que Cascais e mais que Lisboa, mas o que é que Oeiras lhes devolve? -----

-----Eu não vi Lisboa a dar carros aos agentes da PSP, eu não vejo os apoios sociais... olhe, por exemplo, não sei se o Executivo vai manter este ano, a importância que se manteve, pós Covid, de dar cento e cinquenta euros de apoio aos gastos em eletricidade aos idosos, as políticas de habitação social, o dinheiro que... quer dizer, e é isto que é importante, é para isto que existe uma autarquia.-- -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

----- Mas de qualquer modo, não quero deixar de parabeniza-lo, porque finalmente, a Iniciativa Liberal traz algo concreto. -----

----- Já agora, quando vierem mandar cortar (e isto é um princípio geral para todos, porque isto vai ser o vosso discurso ao longo de muitos meses), digam também que quando há menos receita o que é que vão cortar, não é só dizer que querem menos impostos. Porque Vossa Excelência vem aqui falar de uma comparação... -----

----- E já agora para finalizar, isto é quase irónico, eu não sei se já mudaram de opinião, vocês foram ao ponto de sugerir um salário mínimo diferente de concelho para concelho. É uma coisa que para além de inconstitucional certamente, é uma coisa que não lembra a ninguém. -----

----- Mas aqui você veio com o raciocínio inverso. Portanto, não faz sentido nenhum...”

----- **Alguém interveio, mas dado que o fez com o microfone desligado, torna-se inaudível o que foi dito.**-----

----- O Senhor Deputado João Viegas (IN-OV) continuou dizendo o seguinte: -----

----- “Foi, Cotrim Figueiredo veio propor isso. Para além de ser quinze por cento, ninguém paga mais de quinze por cento, chegaram a propor que o salário mínimo... ou seja, nas regiões mais pobres... as pessoas já são mais pobres, mas ainda vão receber menos salário mínimo.”-----

----- O Senhor Deputado Carlos Coutinho (CDU) disse o seguinte:-----

----- “Era só para continuarmos com a mesma posição de sempre, que foi aquela que já aqui os colegas colocaram, que o dinheiro na posse da nossa autarquia, da nossa Câmara, está melhor do que na mão da classe possidente de Oeiras. -----

----- Portanto, os cinco por cento mereciam o nosso voto a favor. Nós vamos votar contra quatro vírgula sete, porque achamos que esses três décimos ficavam melhor na mão da Câmara e do Município, para fazer uma distribuição da renda de uma forma que cada vez mais é assimétrica.

----- A maior parte dos oeirenses não paga IRS e, de facto, estes que pagam podem deixar as três décimas para coesão social através da Câmara.”-----

-----A Senhora Deputada Sónia Gonçalves (PSD) fez a seguinte intervenção:-----

-----“As famílias em Portugal enfrentam a maior carga fiscal de sempre. Impostos diretos e indiretos deixam as nossas famílias sufocadas. -----

-----Temos de fazer tudo o que estiver ao nosso alcance para aliviar os oeirenses.-----

-----Ainda bem que ainda na proposta anterior, o Senhor Presidente explicou como funcionam os impostos de proveito municipal. A carga fiscal do Estado é pesada, é pesadíssima, disse. E só há um culpado, esse culpado é o Governo. -----

-----Este Governo não foi eficiente nos gastos, não melhorou a eficiência dos processos, não se dedicou a uma gestão profissional, não investiu em tecnologia que agilizasse a prestação dos serviços públicos, aumentou-se o número de trabalhadores do Estado, mas os serviços públicos pioraram. -- -----

-----Volto a dizer, este Governo trouxe o maior aumento de carga fiscal de sempre. -----

-----Mas já que o PS, ainda há pouco, estava tão satisfeito (e lamento mas vou ter que refrear o vosso entusiasmo) é que em sede de PAOD, a Senhora Deputada Alexandra Tavares de Moura (PS) defendeu com unhas e dentes, o brilhante desempenho do atual Governo demissionário, mas vamos ter que dizer que, efetivamente, a herança que nos deixa o Senhor Primeiro-Ministro, António Costa, e o seu Governo, não foi só uma grande carga fiscal, deixou-nos é certo, como referiu, um aumento do ordenado mínimo, contudo, sem contrapartidas para as empresas, o que entre outras razões está a diminuir drasticamente o investimento estrangeiro, a preocupação é do PS.-----

-----Deixam-nos a maior crise no SNS, dito pelo Doutor Fernando Araújo, corremos o risco de ter o pior mês de novembro de sempre, pior lugar de sempre da zona euro, Portugal é o terceiro país da zona euro em PIB, fomos passados pela Roménia, pela Roménia! E já tínhamos sido ultrapassados pelos países bálticos. O PS promoveu a perda de competitividade do nosso tecido empresarial, o número elevado de jovens que deixam o país e não foram promovidas medidas, a



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

camada jovem, a mão de obra qualificada está a ir embora, mas, meus senhores, temos fins de semana nas Pousadas da Juventude para oferecer. -----

----- A inversão do processo de privatização da TAP custou ao país cerca de três vírgula quatro mil milhões de euros, num candidato a futuro primeiro-ministro, num processo que até hoje não é claro e que os portugueses não compreendem. -----

----- EFACEC, custou ou vai custar ao país, quatrocentos milhões de euros. -----

----- E para que não esqueçamos meus Senhores, o Governo não cai por causa de uma frase ou de um parágrafo. São três processos, são melhores amigos ou ex melhores amigos, são chefes de gabinete, são ministros. -----

----- Do ponto de vista económico e social nunca estivemos tão mal, mais uma vez, ficamos num pântano quando o Doutor António Costa tinha condições únicas de governabilidade. O que é que deixa aos portugueses? Uma grande carga fiscal. Deixa aos portugueses uma inflação enorme e um poder de compra cada vez mais baixo. -----

----- Quanto à proposta em concreto, e para que o PS se acalme...” -----

----- **Alguém interveio, mas dado que o fez com o microfone desligado, torna-se inaudível o que foi dito.** -----

----- **A Senhora Deputada Sónia Gonçalves (PSD)** continuou dizendo o seguinte: -----

----- “...Meus Senhores, eu sei que os números quando não mentem são duros, mas temos pena. -----

----- Senhor Presidente da Câmara, assistimos até dois mil e vinte e um, a uma redução gradual do IRS que não afetou as receitas do Município. Ou seja, esta diminuição da participação variável do IRS não tem afetado significativamente a receita corrente do Município. -----

----- Deste modo, no ano de dois mil e vinte e três, este cenário agravou-se, estando as famílias portuguesas com uma carga fiscal excessiva e um quadro de inflação que agudiza a situação destas famílias. Se em dois mil e vinte e três julgámos que seria o momento ideal para o

Município devolver mais IRS aos munícipes, em dois mil e vinte e quatro, julgamos que é fundamental que tal aconteça.-----

-----Só para terminar, três casos: António Guterres, José Sócrates, António Costa, o país na penúria, três primeiros-ministros que dizem adeus e nos deixam numa situação deplorável, PS.”

-----A **Senhora Presidente da A.M.** disse o seguinte: -----

-----“Senhora Deputada, foi a Senhora que disse: “agora vamo-nos referir ao ponto da Ordem de Trabalhos”, e a Senhora sabe perfeitamente que fez uma intervenção divagando sobre questões de âmbito nacional.-----

-----Sim, senhor, eu não a interrompi, mas a Senhora tinha obrigação de saber isso, e sabe, tanto, que sabe que foi a Senhora propriamente que disse “agora vamos falar sobre este assunto”. Foi...” -----

-----**Alguém interveio, mas dado que o fez com o microfone desligado, torna-se inaudível o que foi dito.** -----

-----A **Senhora Presidente da A.M.** continuou dizendo o seguinte: -----

-----“Pois, com certeza...” -----

-----A Senhora sabe bem por onde é que andou...” -----

-----**Alguém interveio, mas dado que o fez com o microfone desligado, torna-se inaudível o que foi dito.** -----

-----A **Senhora Presidente da A.M.** continuou dizendo o seguinte: -----

-----“Ficamos por aqui. -----

-----Também agradecia que quando quiserem usar da palavra, se inscrevam atempadamente, não é quando já estamos a passar para a votação que depois aparece uma inscrição. -- -----

-----O Senhor quer usar da palavra, Senhor Deputado Jorge Rato (PS)? Faz favor.” -----

-----O **Senhor Deputado Jorge Rato (PS)** fez a seguinte intervenção: -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

----- “Senhora Presidente, muito obrigado por me ter dado a palavra.-----

----- O rendimento das pessoas é efetivamente muito importante. E, relativamente a esta proposta, nós verificamos que a Câmara Municipal manteve a taxa que tinha nos outros anos. Nós gostaríamos de a ver mais baixa, mas percebemos os circunstancialismos que o Senhor Presidente mais uma vez trouxe à colação relativamente à política do Estado em relação à fiscalidade, embora eu deva dizer ao Senhor Presidente, que depois de Vossa Excelência ter sido ministro de um Governo, não tem sentido continuar a dizer, que o Governo anterior onde Vossa Excelência participou que fez esta malandrice... bem tivesse-a resolvido, na altura relativamente a isso...

----- Agora, ao abrigo da discussão do rendimento dos cidadãos portugueses, nós ouvimos sistematicamente esta narrativa, de que os malandros fizeram isto, aquilo e aqueloutro, etc...E eu, estava aqui, estava a pensar assim: quão difícil vai ser a Senhora Deputada Sónia Gonçalves (PSD) engolir tudo aquilo que acabou de dizer. -----

----- Porque, a julgar pelas sondagens que surgiram ontem, ainda com as dúvidas todas que existem sobre as fraudes, e sobre a corrupção, etc... o PS está em primeiro. -----

----- E, portanto, em dez de março, tenhamos calma, cá estaremos para ver quais são os resultados das eleições.” -----

----- **A Senhora Presidente da A.M.** disse o seguinte:-----

----- “Meus senhores... o Senhor Presidente pretende usar da palavra?” -----

----- **O Senhor Presidente da C.M.O.** prestou os seguintes esclarecimentos.-----

----- “Senhoras e Senhores Deputados, eu, desde logo, não poderia deixar de usar da palavra para manifestar o enorme orgulho que tenho nesta Assembleia Municipal, porque, poderia parecer, que perante esta agitação ficava incomodado, mas não. Isto é um alfobre de deputados da República. Vê-se bem que há aqui muitos candidatos a deputados da República, tal é a prova de vida que se faz aqui, e muito bem, é isso mesmo. A Assembleia Municipal é uma escola de aprendizagem democrática e de retórica também, de maneira que pode-se ensaiar aqui. -----

-----Eu devo dizer que não costumo falar do Governo, a não ser daquilo que concerne a decisões do Governo que têm impacto do nosso Município, no nosso território e, portanto, tanto posso criticar o Governo como elogiá-lo em função daquilo que é o relacionamento do Governo com a Câmara Municipal, mas já irei lá. -----

-----Acho que há pouco, alguns dos Senhores Deputados não entenderam o que eu disse naquilo que concerne ao sistema fiscal dos municípios. Na verdade, o IRS, no ano passado rendeu ao Município vinte e dois milhões de euros, mais ou menos aquilo que o Município recebia em mil novecentos e noventa e oito/noventa e nove (acho que é de noventa e nove a Lei das Finanças Locais) em que o Engenheiro António Guterres, era ele o Primeiro-Ministro na altura, entendeu trocar a lei das expropriações por uma nova Lei das Finanças Locais. Aliás, foi assim com a Associação Nacional de Municípios Portugueses e foi aí que se decidiu este novo regime tributário, em que a Oeiras foi atribuído a possibilidade... a Oeiras não, ao país todo, todos os municípios podem cobrar IRS e cobram, têm receitas do IRS, do IMT, da Derrama e do IMI. Curiosamente a nossa vizinha Sintra ou Amadora, desde então a esta parte, continuaram a receber entre vinte a trinta e cinco milhões de euros por ano. E a par dos vinte e cinco/trinta milhões de euros que recebem por ano, continuam a receber o IMI, o IRS, por aí fora e nós não. O IRS correspondeu justamente àquilo que nós tínhamos de Fundo Geral Municipal. O Governo fez as contas às câmaras municipais e chegou à conclusão de se nós dermos cinco por cento a todos os municípios, há alguns cuja a receita do IRS corresponde ao montante que nós atribuímos através do Fundo Geral Municipal. Ora bem, essa é a razão, porque eu há pouco tempo viajava ali pelo Algarve, estava lá a passar um fim de semana e dei-me com um outdoor que dizia mais ou menos assim: “Castro Marim, taxa zero no IRS”. Portanto, há municípios em Portugal onde o IRS é mesmo taxa zero. Sim, mas para quê aplicar o IRS, pelos ditos cinco por cento para render vinte ou trinta mil euros. São municípios tão pequenos, com tão pouca gente, ninguém paga impostos e quem paga, digamos, é muito pouco, portanto, a maior parte das pessoas, o rendimento que têm coloca-os



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

numa escala onde não pagam impostos e, portanto, até podem prescindir do IRS. Ora bem, não é o nosso caso, porque o IRS aqui corresponde exatamente à fatia que nos foi retirada. -----

----- Por outro lado, estar a comparar Oeiras, Cascais e Lisboa, só naquilo que convém, também não fica bem. Reparem, no caso do IMT, Oeiras teve em dois mil e vinte e dois, uma receita de cinquenta e quatro milhões de euros. Em dois mil e vinte e três, há uma previsão para cerca de quarenta e oito milhões, portanto, vai decrescer, porque o IMT tem alguma variabilidade. Mas reparem, Cascais tem cento e vinte milhões e Lisboa tem duzentos e cinquenta milhões, portanto, é óbvio que no jogo de receitas provenientes de diferentes impostos é possível fazer uma engenharia financeira que permita baixar aqui ou baixar além, etc. -----

----- Na verdade, no caso do Município de Oeiras entendemos que reduzir o IMI para o mínimo legal, que corresponde aos tais dezasseis milhões de euros, já é uma parcela substancial que, de alguma forma, cobre um grupo significativo de famílias. E, portanto, em relação ao IRS, devo dizer que estou de acordo com a CDU, com o Partido Comunista. Na realidade, nós nem devíamos estabelecer aqui nenhuma isenção ao nível do IRS. Portanto, esta é uma questão que deve ser o respetivo Governo da República a decidir a quebra dos impostos, uma baixa de impostos. - -----

----- Este meio por cento que aqui está, é uma questão simbólica, meramente simbólica e que data já de há uma quantidade de anos e, portanto, onde nunca mexemos, nem para cima nem para baixo. É a dificuldade que há, realmente em mexer nos impostos, a não ser... reparem os governos têm muito mais facilidade, os municípios estão muito próximos do cidadão e, portanto, é preciso explicar muito melhor tudo isto. -----

----- Agora a carga fiscal, eu devo dizer que infelizmente é uma questão crónica dos nossos Governos, dos Governos da República, nos últimos anos, com este Governo, com os governos anteriores, a carga fiscal tem vindo sempre a aumentar. -----

----- Agora, o que é importante e quando há pouco dizia que não comento propriamente os

Governos, eu compreendo agora esta discussão dos partidos políticos... eu devo dizer que mesmo quando eu pertencia a um partido político, aqui nesta mesma Assembleia, nunca comentei propriamente os governos, a não ser, como digo, que se tivesse alguma coisa a ver com a situação do Concelho e, neste caso concreto confesso-vos que a Câmara Municipal de Oeiras, o Município de Oeiras tem a melhor relação com este Governo. Portanto, independentemente daquilo que são (há coisas que tenho que fazer justiça) as guerras partidárias e, naturalmente a propaganda eleitoral e todo o aspeto ruidoso que nós ouvimos e digamos, as considerações que se fazem de uns aos outros, os políticos comem-se uns aos outros, são autofágicos. E, portanto, esquecem-se que o que acontece hoje com um, vai acontecer amanhã com outro e com frequência, pensam que só acontece com eles e que não acontece com mais ninguém. Portanto, na realidade, o que falta neste país é respeito e dignidade, porque vejam bem... eu um destes dias fui fazer uma conferência sobre dignidade e houve agentes políticos, que disseram que este Presidente da Câmara não tinha autoridade para falar de dignidade. Bem, a dignidade está na Constituição, no artigo primeiro da Constituição da República, está na Declaração dos Direitos do Homem e a dignidade é essência, a essência do ser humano. Portanto, a dignidade não é algo que se perca ou se adquira, a dignidade nasce conosco e, portanto, quando alguém fala da dignidade dos outros, não tem a mínima noção do que é a dignidade. A política neste país é assim e, portanto, na realidade, todos nós temos aquilo que merecemos e a classe política, de facto, é aquilo que é. Hoje estão no poder e fazem de uma maneira, os que estão na oposição fazem de outra. -----

-----Ora, vamos lá ver, vem aí agora um novo governo, como já aqui foi referido no dia dez de março e eu devo dizer o seguinte: só espero que o próximo Governo nos trate tão bem quanto este. Quando digo “nos trate tão bem”, que seja justo como este tem sido, é tão simples como isso e não posso deixar de vos dizer que ainda hoje, por acaso, estive numa reunião onde avançámos com a possibilidade de mais seiscentas casas. Portanto, para terem uma ideia, neste momento já temos mais ou menos comprometidas duas mil casas de habitação pública - duas mil



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

- não tenho dúvidas em afirmar aqui que, do ponto de vista da construção, porque há municípios que adquirem no mercado, do ponto de vista da construção direta, Oeiras será o Município que mais construção pública vai fazer em Portugal e com o programa que temos (e é isso que eu acho que é importante para esta Assembleia Municipal) dentro de cinco/seis anos, nós não teremos nenhuma família neste Concelho a viver em condições indignas e estaremos nessa altura a satisfazer... aliás, nessa altura não, já a partir do próximo ano, portanto, não é uma miragem, estaremos a entregar casas à classe média. -----

----- Naturalmente que, há toda uma gama de políticas sociais que o Município tem - bolsas de estudo. Eu sei hoje que estamos com mil e trezentas inscrições nas bolsas do ensino superior. No ano passado foram novecentas, este ano já temos mil e trezentas, é um caso único no nosso país. Ora bem, são estas políticas que nós temos de levar por diante. -----

----- Quando se discute um pacote fiscal aqui da Câmara Municipal, que na realidade não é mais do que a reposição daquilo que a Câmara Municipal receberia do Orçamento Geral do Estado, se porventura não tivesse a autonomia financeira que tem. Agora, nós não podemos é estar a substituir-nos ao Governo em matéria de isenções fiscais. Quem tem que estabelecer isenções fiscais ou melhor, quem tem que baixar os impostos é o Estado, porque na realidade, a receita proveniente destes impostos que nós estamos aqui a determinar, é uma receita dos municípios e que, digamos, a nível nacional e neste caso, apenas quatro municípios têm esta situação. -----

----- A nível nacional, muitos municípios podem prescindir destes impostos por uma razão, Freixo de Espada à Cinta pode aplicar a Derrama para quê? Para tirar duzentos euros de receita? Claro que pode dispensar a Derrama, com certeza ou Castro Marim ou Barrancos a nível do IRS, porque têm garantida a receita e ainda bem. Ainda bem que têm garantidas dessas receitas, porque são municípios com baixa densidade, que não têm condições de gerar riqueza que permita pagamento de impostos. Agora, também não podemos, municípios como o nosso, a quem foi retirada a receita, irmos agora prescindir exatamente dessa fonte que, naturalmente, nos pertence

por direito. Mas julgo que é importante salientar aqui, que é o que resulta disto tudo, é que no global, há dezasseis milhões poupança para os cidadãos. Muito obrigado.”-----

4.5.1. VOTAÇÃO-----

-----A Senhora Presidente submeteu à votação esta proposta, a qual foi aprovada, por maioria, com vinte e sete votos a favor, sendo dezassete do Grupo Político Municipal Inovar Oeiras (Elisabete Maria de Oliveira Mota Rodrigues de Oliveira, António Maria Balcão Vicente, António Pita de Meireles Pistacchini Moita, Maria de Fátima dos Santos Rodrigues, Rui Manuel Pessanha da Silva, Ednilson Gilberto Lopes Fernandes Sousa dos Santos, Maria Paula Neto Figueira Martins da Silva, José Maria Godinho Montezo, Rui Pedro Gersão Lapa Miller, António Maria Passos Rosa Lopes da Costa, Domingos Ferreira Pereira dos Santos, Diana Leonor Alves Gonçalves, Nuno Miguel de Oliveira Custódio, Celina Maria Quintas Nascimento Mendonça, João Carlos Macedo Viegas, Isabel Cristina Gomes dos Santos Silva Lourenço e Diogo Manuel Henrique Nobre Félix Barreto), quatro do Partido Socialista (Alexandra Nunes Esteves Tavares de Moura, Jorge Manuel Damas Martins Rato, Maria de Fátima da Silva Fernandes Brito Filipe e Ricardo Correia Fernandes), um do Partido Chega (Francisco O'Neill Marques), um do Grupo Político Municipal Inovar União Algés (João Manuel d'Oliveira Antunes), um do Grupo Político Municipal Inovar Barcarena (Bárbara Cristina Farinha Nunes Silva), um do Grupo Político Municipal Inovar Carnaxide Queijas (Inigo Arcanjo da Cunha Fialho e Pereira), um do Grupo Político Municipal Inovar Oeiras Paço de Arcos Caxias (Maria Madalena Pereira da Silva Castro) e um do Grupo Político Municipal Inovar Porto Salvo (Dinis Penela Antunes), com dois votos contra, sendo um da Coligação Democrática Unitária (Carlos Alberto de Sousa Coutinho) e um do Partido Iniciativa Liberal (Romeu Rabaça Monteiro), e com cinco abstenções, sendo duas do Partido Social Democrata (Sónia Maria Antas de Barros Amado Gonçalves e Miguel Martins Galvão da Cruz Bugalho), duas do Grupo Político Municipal Evoluir Oeiras (Mónica dos Santos Albuquerque Correia e David Machado Ferreira) e uma do Partido Pessoas-Animais-Natureza



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

(Ana Sílvia Rodrigues Paixão Ferreira Marques). -----

----- Os Senhores Deputados Maria Carolina Candeias Tomé, do Grupo Político Isaltino Inovar Oeiras, Jorge Manuel Madeiras Silva Pracana, do Partido Social Democrata, Tomás Perestrelo de Vasconcelos Cardoso Pereira, do Grupo Político Municipal Evoluir Oeiras e João Rafael Marques Santos, da Coligação Democrática Unitária não estavam presentes na altura da votação. --- -----

----- Esta deliberação foi aprovada em minuta, a qual se dá por transcrita: -----

----- **“DELIBERAÇÃO N.º 158/2023** -----

----- **PROPOSTA C.M.O N.º 873/2023 – DPOC – IMPOSTO SOBRE O RENDIMENTO DE PESSOAS SINGULARES (IRS) PARA 2024** -----

----- A Assembleia Municipal de Oeiras tomou conhecimento da proposta número oitocentos e setenta e três barra dois mil e vinte e três, a que se refere a deliberação número seis da Reunião da Câmara Municipal realizada em dezoito de outubro, e deliberou por maioria, com vinte e sete votos a favor, sendo dezassete do Grupo Político Municipal Isaltino Inovar Oeiras, quatro do Partido Socialista, um do Partido Chega, um do Grupo Político Municipal Inovar União Algés, um do Grupo Político Municipal Inovar Barcarena, um do Grupo Político Municipal Inovar Carnaxide Queijas, um do Grupo Político Municipal Inovar Oeiras Paço de Arcos Caxias e um do Grupo Político Municipal Inovar Porto Salvo, com dois votos contra, sendo um da Coligação Democrática Unitária e um do Partido Iniciativa Liberal, e com cinco abstenções, sendo duas do Partido Social Democrata, duas do Grupo Político Municipal Evoluir Oeiras e uma do Partido Pessoas-Animais-Natureza, aprovar a taxa de quatro vírgula sete por cento na participação do Município de Oeiras, no Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Singulares (IRS), dos sujeitos passivos com domicílio fiscal no Concelho de Oeiras, aplicada aos rendimentos de dois mil e vinte e três, calculada sobre a respetiva coleta líquida das deduções, configurando receita municipal em dois mil e vinte e quatro, conforme proposto pelo órgão Executivo do Município traduzido naquela

deliberação.-----

-----Mais foi deliberado, por unanimidade dos presentes, aprovar em minuta esta parte da ata.”-----

4.6. Apreciação e Votação da Proposta CMO N.º 874/2023 – DMAG/DFP/DPOC - relativa ao Lançamento de Derrama relativa ao ano de 2023 a ser cobrada em 2024 (os documentos relativos a esta Proposta ficam arquivados, como anexos, na pasta desta Sessão)-----

-----O Senhor Deputado Romeu Monteiro (IL) fez a seguinte intervenção:-----

-----“Em relação a esta proposta de lançamento de Derrama relativa ao ano de dois mil e vinte e três a ser cobrado em dois mil e vinte e quatro e como já foi aqui explicado, a lei permite que os municípios definam uma taxa sobre o lucro das empresas para incorporar o seu bolo de receitas fiscal.-----

-----O que tínhamos até aqui era a Câmara de Oeiras que cobrava um ponto quatro por cento e na própria proposta fala que esta diferenciação, esta de Oeiras e de outros municípios tem por base um pensamento, uma estratégia de atrair empregos e empresas e o que temos agora na proposta é um aumento deste valor para um ponto cinco e que fica alinhado com uma série de municípios aqui à volta. Portanto, eliminam o fator diferenciador de Oeiras, de atratividade para as empresas numa zona que é um bocadinho menos servida de transportes e um bocadinho deslocalizada do centro e em que as empresas podiam beneficiar de algum incentivo para se cá instalarem.-----

-----Portanto, as nossas questões sobre esta proposta são: A Câmara deixou de acreditar nesta estratégia? Portanto, a diferenciação fiscal seria um atrativo para atrair empresas para Oeiras? E, por outro lado, a receita extra, que está estimada em um ponto cinco milhões de euros, qual é que é o destino desta receita, uma vez que os outros impostos também se mantêm? Era isto que gostaríamos de saber. Obrigado.”-----

-----A Senhora Deputada Mónica Albuquerque (EO) disse o seguinte:-----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

----- “A Derrama incide sobre o lucro tributável sujeito e não isento de imposto sobre o rendimento de empresas, correspondendo à proporção do rendimento gerado no Município por sujeitos passivos residentes em território português que exerçam, a título principal, uma atividade comercial, industrial ou agrícola e não residentes com estabelecimento estável no Município. ----

----- Tal como tínhamos referido no ano passado achamos que devia estar fixada na taxa máxima de um ponto cinco e que não é mais alta e saudamos, finalmente, que o Município tenha tomado este ano a posição que vínhamos indicando nos últimos anos. -----

----- Consideramos, no entanto, que é de lamentar, contudo que ao contrário do ano anterior não tenha sido equacionada a isenção da Derrama para empresas com volume de negócios inferior a cento e cinquenta mil euros. Muito obrigada.” -----

----- **O Senhor Deputado Francisco O'Neill Marques (CH)** referiu o seguinte: -----

----- “Relativamente à proposta oitocentos e setenta e quatro importa aqui ressaltar a discrepância entre percentagens e valores absolutos da Derrama. O Chega traz à tona uma preocupação válida em relação ao impacto financeiro sobre as empresas locais. -----

----- A compreensão da necessidade de equilíbrio nas contas municipais é evidente.-----

----- Entretanto, uma crítica subtil emerge, apontando para a dificuldade percebida em obter apoio para propostas voltadas para o benefício direto das famílias. -----

----- A alusão ao peso dos impostos pagos pelas famílias em Portugal adiciona uma camada de apelo emocional, buscando sublinhar a importância da consideração das realidades financeiras das famílias no cenário tributário atual.-----

----- Nesta intrincada dança fiscal, o Chega destaca a necessidade de uma harmonia financeira que compreende não apenas o dinheiro, mas acima de tudo, as vidas das pessoas. Disse.”

----- **O Senhor Deputado António Moita (IN-OV)** disse o seguinte: -----

----- “Muito obrigado. De forma muito rápida, porque a hora já vai adiantada, para dizer que nunca foi prática desta Câmara Municipal proceder à “angariação”, perdoe-se-me o termo, de

investimento ou para a captação de investimento por via fiscal. Nunca foi essa a lógica, nunca foi a isenção de meio ponto, um ponto, aquilo que fosse da Derrama que era critério para fazer com que as empresas viessem para Oeiras. -----

-----Havia todo um outro conjunto de condições que Oeiras criou e que permitiram que as empresas viessem para Oeiras, que tivessem gosto em vir para Oeiras e que aqui se mantivessem. Portanto, a questão fiscal nunca foi, tanto quanto sei, a questão mais importante. Nenhuma empresa, que eu saiba, pretende sair de Oeiras por questões de natureza fiscal, designadamente esta e, portanto, aquilo que reparamos é que há uma pequena alteração da taxa, de facto, passa de um vírgula quatro para um vírgula cinco, mas, como já foi aqui dito também, isso tem a ver com uma avaliação que é feita caso a caso, concelho a concelho, daquilo que se passa em cada uma das áreas, em cada um dos concelhos. -----

-----O tecido empresarial de Oeiras é, naturalmente, e todos temos consciência disso, muito forte, mas é um tecido empresarial que também recebe da Câmara uma colaboração muito ativa e muito estreita, relativamente a tudo aquilo que é a sua atividade. A Câmara está próxima das empresas. A Câmara cria condições para que as empresas se sintam bem em Oeiras e isso custa dinheiro. Esse investimento, é um investimento que a Câmara tem feito ao longo dos anos, mas é um investimento pesado. Portanto, não nos choca que esta taxa de Derrama passe de um ponto quatro para um ponto cinco e julgo que se traduz num aumento de receita na casa de um milhão, um milhão e pouco. Portanto, não me parece que seja nada que possa atrapalhar, de alguma forma, a atividade das empresas e cria condições à Câmara para fazer um pouco mais. -----

-----A comparação com outros concelhos também aqui, provavelmente, não é uma comparação tão válida como isso, verificamos que a taxa de Derrama dos concelhos aqui, da Área Metropolitana, mais próximos, a única que está mais baixa do que um ponto e meio, é a taxa de Cascais, mas, precisamente se forem ver em valor absoluto quanto é, verificarão que é exatamente, pelo facto do tecido empresarial de Cascais não ser suficientemente atrativo para que a receita que



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

daí advenha seja uma receita muito importante. Portanto, cada município faz as suas contas. Oeiras fez as suas e este conjunto de taxas é equilibrado, estou convencido que, daqui resultará uma receita corrente que a Câmara nos apresentará em sede de orçamento, também será ela justa e equilibrada e, portanto, parece-nos que esta taxa é uma taxa correta, que se justifica e, portanto, estamos de acordo com ela. Muito obrigado.”-----

----- O Senhor Rui Miller, Primeiro Secretário da Mesa, disse o seguinte:-----

----- “Mais algum dos senhores deputados pretende usar da palavra? Não havendo ninguém, o Senhor Presidente quer usar da palavra?”-----

----- O Senhor Presidente da C.M.O. prestou os seguintes esclarecimentos:-----

----- “Bom, porque é um quatro, um cinco? E a que é que se destina? Como sabem não há receitas consignadas no Município. A receita vai toda para o mesmo bolo e, portanto, seja um por cento, sejam dois ou sejam cinquenta vai para o orçamento da Câmara para financiar as políticas públicas do Município, sejam elas de que natureza forem (investimento, despesa social, etc.). ----

----- Portanto, o que importa é verificarmos que um quatro ou um cinco é praticamente a mesma coisa. Acontece que, na altura do Covid a Câmara Municipal atenuou, nuns casos com substância, noutros casos menos, mais simbolicamente, determinado tipo de taxas. Por exemplo, isentámos as esplanadas, houve rendas que isentámos temporariamente e, portanto, fizemos isso relativamente a várias atividades do Município.-----

----- Decorrido esse período, naturalmente que houve alguns ajustamentos, entretanto, o RPATOR que foi aprovado aqui, há pouco tempo, na Assembleia Municipal fez algumas atualizações particularmente ao nível das taxas de construção e no que respeita à Derrama entendemos que realmente não fazia sentido haver esta pequena diferença de um por cento, não das décimas e passou então para um e meio.-----

----- Relativamente às isenções, estas mantêm-se até cento e cinquenta mil euros. -----

----- De todo o modo quero lembrar-vos, e de resto o Senhor Deputado António Moita (IN-

OV) falou aqui nisso, que já houve alturas em que o Município de Oeiras isentou totalmente de Derrama, mas realmente, foi naqueles períodos, foi em anos que nós fazíamos uma grande campanha no sentido de atração das empresas para os nossos parques empresariais e para o Concelho e, portanto, considerávamos que poderia ser positiva a isenção da Derrama. No entanto, devo dizer que os contactos que temos com os empresários e com as empresas do Concelho, não é a isenção da Derrama que chama uma empresa, não é significativo, porque estamos a falar apenas de um e meio por cento do IRC. Não é a Derrama, realmente que atrai as empresas. O que atrai as empresas é a qualidade urbana, é a qualidade do território, é a qualidade das infraestruturas, é ter acesso a equipamentos de qualidade, isso é que atrai as empresas. Portanto, é aí que o Município de Oeiras é realmente muito concorrencial. Aliás, devo dizer que há duas áreas na Área Metropolitana de Lisboa que são muito concorrenciais entre si, a Parque Expo, a zona do Parque das Nações e é o chamado corredor Oeste da Área Metropolitana de Lisboa. Há, de facto, concorrência, porque há empresas que saem daqui de Oeiras e vão para o Parque das Nações e há empresas que vêm do Parque das Nações para Oeiras. Há uns anos a Microsoft foi para o Parque das Nações, mas, por exemplo, em breve terão conhecimento de que uma grande empresa tecnológica, que está no Parque das Nações virá aqui para Oeiras. Portanto, há aqui fluxos de um lado para outro lado e realmente aquilo que atrai as empresas é a qualidade do espaço, a qualidade urbana, do espaço urbano, de maneira que é propriamente a Derrama. E mesmo assim a haver alguma tentativa de incentivo através da Derrama, teria que ser isenção total ou não valia a pena estar aqui com mais uma décima ou menos uma décima. Mas como digo, dos contactos com empresários etc., aquilo que eles têm dito é que, na realidade não é a Derrama que tem qualquer significado para qualquer tomada de decisão das empresas em se instalarem no Concelho. Muito obrigado.” - -----

4.6.1. VOTAÇÃO-----

-----A Senhora Presidente submeteu à votação esta proposta, a qual foi aprovada, por



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

maioria, com vinte e cinco votos a favor, sendo dezasseis do Grupo Político Municipal Isaltino Inovar Oeiras (António Maria Balcão Vicente, António Pita de Meireles Pistacchini Moita, Maria de Fátima dos Santos Rodrigues, Rui Manuel Pessanha da Silva, Ednilson Gilberto Lopes Fernandes Sousa dos Santos, Maria Paula Neto Figueira Martins da Silva, José Maria Godinho Montezo, Rui Pedro Gersão Lapa Miller, António Maria Passos Rosa Lopes da Costa, Domingos Ferreira Pereira dos Santos, Diana Leonor Alves Gonçalves, Nuno Miguel de Oliveira Custódio, Celina Maria Quintas Nascimento Mendonça, João Carlos Macedo Viegas, Isabel Cristina Gomes dos Santos Silva Lourenço e Diogo Manuel Henrique Nobre Félix Barreto), dois do Grupo Político Municipal Evoluir Oeiras (Mónica dos Santos Albuquerque Correia e David Machado Ferreira), um da Coligação Democrática Unitária (Carlos Alberto de Sousa Coutinho), um do Partido Chega (Francisco O'Neill Marques), um do Partido Pessoas-Animais-Natureza (Ana Sílvia Rodrigues Paixão Ferreira Marques), um do Grupo Político Municipal Inovar União Algés (João Manuel d'Oliveira Antunes), um do Grupo Político Municipal Inovar Barcarena (Bárbara Cristina Farinha Nunes Silva), um do Grupo Político Municipal Inovar Carnaxide Queijas (Inigo Arcanjo da Cunha Fialho e Pereira) e um do Grupo Político Municipal Inovar Porto Salvo (Dinis Penela Antunes), com cinco votos contra, sendo quatro do Partido Socialista (Alexandra Nunes Esteves Tavares de Moura, Jorge Manuel Damas Martins Rato, Maria de Fátima da Silva Fernandes Brito Filipe e Ricardo Correia Fernandes) e um do Partido Iniciativa Liberal (Romeu Rabaça Monteiro), e com duas abstenções do Partido Social Democrata (Sónia Maria Antas de Barros Amado Gonçalves e Miguel Martins Galvão da Cruz Bugalho).-----

----- Os Senhores Deputados Elisabete Maria de Oliveira Mota Rodrigues de Oliveira e Maria Carolina Candeias Tomé, do Grupo Político Isaltino Inovar Oeiras, Jorge Manuel Madeiras Silva Pracana, do Partido Social Democrata, Tomás Perestrelo de Vasconcelos Cardoso Pereira, do Grupo Político Municipal Evoluir Oeiras, João Rafael Marques Santos, da Coligação Democrática Unitária e Maria Madalena Pereira da Silva Castro, Grupo Político Municipal Inovar

Oeiras Paço de Arcos Caxias, não estavam presentes na altura da votação. -----

-----Esta deliberação foi aprovada em minuta, a qual se dá por transcrita:-----

-----“**DELIBERAÇÃO N.º 159/2023**-----

-----**PROPOSTA C.M.O N.º 874/2023 – DPOC – LANÇAMENTO DE DERRAMA
RELATIVA AO ANO DE 2023 A SER COBRADA EM 2024**-----

-----A Assembleia Municipal de Oeiras tomou conhecimento da proposta número oitocentos e setenta e quatro barra dois mil e vinte e três, a que se refere a deliberação número sete da Reunião da Câmara Municipal realizada em dezoito de outubro, e deliberou por maioria, com vinte e cinco votos a favor, sendo dezasseis do Grupo Político Municipal Isaltino Inovar Oeiras, dois do Grupo Político Municipal Evoluir Oeiras, um da Coligação Democrática Unitária, um do Partido Chega, um do Partido Pessoas-Animais-Natureza, um do Grupo Político Municipal Inovar União Algés, um do Grupo Político Municipal Inovar Barcarena, um do Grupo Político Municipal Inovar Carnaxide Queijas, e um do Grupo Político Municipal Inovar Porto Salvo, com cinco votos contra, sendo quatro do Partido Socialista e um do Partido Iniciativa Liberal, e com duas abstenções do Partido Social Democrata, aprovar a atualização da Derrama à taxa de um vírgula cinquenta por cento sobre o lucro tributável sujeito e não isento de Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (IRC) gerado no Município de Oeiras, referente ao ano de dois mil e vinte e três, conforme proposto pelo órgão Executivo do Município traduzido naquela deliberação. ----

-----Mais foi deliberado, por unanimidade dos presentes, aprovar em minuta esta parte da ata.”-----

4.7. Apreciação e Votação da Proposta CMO N.º 875/2023 – DMAG/DFP/DPOC - relativa à Taxa Municipal dos Direitos de Passagem (TMDP) (os documentos relativos a esta Proposta ficam arquivados, como anexos, na pasta desta Sessão)-----

-----O Senhor Deputado António Moita (IN-OV) disse o seguinte:-----

-----“De forma muito rápida para dizer o seguinte: a receita que esta taxa constitui não é



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

uma receita pesada, não é uma receita importante e infelizmente temos nota de que esta receita é cobrada aos operadores que normalmente a repassam para os consumidores. Caso assim não fosse eu consideraria a possibilidade de propor à Câmara Municipal que baixasse esta taxa ou mesmo que a isentasse. Mas, dado que isso não acontece, acho muito bem que a taxa esteja à máxima aplicável e, portanto, a taxa de zero vírgula vinte e cinco por cento, é aquela que estava e é aquela que do nosso ponto de vista fica. Muito obrigado.”-----

----- O **Senhor Deputado Romeu Monteiro (IL)** fez a seguinte intervenção: -----

----- “A Iniciativa Liberal esteve a analisar esta taxa e podemos dizer que iremos votar a favor da proposta da Câmara Municipal. Não iremos pedir a redução, porque a redução, de facto, não se traduz num impacto local para os municípios, traduz-se para o cliente final, de facto, os impostos que as empresas pagam, mas o preço é nacional e, por isso seria muito maior a perda, abdicando da receita do que o benefício, de facto, para os consumidores oeirenses. -----

----- No entanto, esta taxa deve ser justificada com custos que ocorram para a Câmara Municipal em termos de infraestruturas de passagem de telecomunicações e nesse sentido, gostaríamos de saber, se a Câmara poderia apresentar alguma informação sobre investimentos ou gastos que têm sido feitos neste âmbito, que melhorias têm sido feitas e, por exemplo, se a fibra ótica já cobre todo o Concelho. Gostaríamos apenas de saber os investimentos feitos nesta área. Obrigado.” -----

----- A **Senhora Presidente da A.M.** perguntou o seguinte: -----

----- “Mais alguém pretende intervir sobre este ponto? Senhor Presidente?”-----

----- O **Senhor Presidente da C.M.O.** prestou os seguintes esclarecimentos:-----

----- “A questão que o Senhor Deputado agora colocou é confidencial. É óbvio, às vezes até as condutas são confidenciais. Sabemos lá nós as condutas que estão por aí instaladas. Serviços secretos, serviços militares, serviços não sei do quê, tudo isso passa por debaixo do solo, alguém sabe o que é que lá está? Portanto, os investimentos que as empresas de comunicações fazem,

muitas vezes... nós estamos a instalar fibra ótica, algumas condutas são nossas, são da Câmara, são do Município e que nós arrendamos às empresas. Mas há outras condutas instaladas (isso devem saber, o Senhor Deputado deve saber) onde há um conflito ou se quiserem, um contencioso permanente entre a Câmara Municipal, não é a Câmara de Oeiras, é entre os municípios portugueses e muitas das empresas...muitas, não vale a pena citar aqui nomes, muitas das empresas de telecomunicações que não querem pagar. Portanto, querem usar e não querem pagar. Naturalmente que nas instalações novas quando se abrem valas, e tudo isto tem uma razão de ser, a manutenção de uma vala custa dinheiro e muitas vezes, o problema, o conflito, decorre do seguinte: todas estas empresas tecnológicas ou telecomunicações eram públicas em Portugal. Foram nacionalizadas a seguir ao Vinte e Cinco de Abril e depois foram privatizadas e quando foram privatizadas elas acham que têm os mesmos privilégios que tinham antes. Como nos contratos, nos cadernos de encargos as coisas não foram devidamente salvaguardadas, vem agora muitas delas dizer: “Não senhor, quando isto foi privatizado, esse assunto não estava analisado”. De maneira que, onde já está instalado até discutem a propriedade, quando, de acordo com a lei, as condutas eram de facto, e são, dos municípios. -----
-----De maneira que não é possível fazermos uma ideia do investimento que essas empresas fazem. E, portanto, só indo às contas das respetivas empresas e aí é que se pode verificar isso. ---
-----Agora também estamos numa área que lhe quero dizer: quanto mais investimento melhor. Quanto mais redes de fibra ótica forem instaladas no nosso território melhor, porque mais e melhor resposta pode ser dada às empresas. Aliás, é um fator de competitividade ter acesso... e devo dizer-vos que, do ponto de vista da estrutura, é fundamental e é indiscutível, todos os cabos vêm dar aqui. Eu, há dias, estive na inauguração da Altice em Linda-a-Velha, onde se faz a interconexão de todas as redes de telecomunicações que vêm dar a Portugal e daqui para África, para a América, para a Ásia para todo o lado. Portanto, nós estamos aqui exatamente no centro, tudo vai dar a Linda-a-Velha. Curiosamente a uma zona onde muita gente não conhece porque tem



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

que se entrar no Bairro Vinte e Cinco de Abril e ao cimo deste Bairro está lá aquilo que era um sistema, digamos, da antiga Portugal Telecom, agora Altice. E, portanto, não posso responder a essa questão.”-----

4.7.1. VOTAÇÃO-----

----- A Senhora Presidente submeteu à votação esta proposta, a qual foi aprovada, por maioria, com trinta e dois votos a favor, sendo dezassete do Grupo Político Municipal Isaltino Inovar Oeiras (Elisabete Maria de Oliveira Mota Rodrigues de Oliveira, António Maria Balcão Vicente, António Pita de Meireles Pistacchini Moita, Maria de Fátima dos Santos Rodrigues, Rui Manuel Pessanha da Silva, Ednilson Gilberto Lopes Fernandes Sousa dos Santos, Maria Paula Neto Figueira Martins da Silva, José Maria Godinho Montezo, Rui Pedro Gersão Lapa Miller, António Maria Passos Rosa Lopes da Costa, Domingos Ferreira Pereira dos Santos, Diana Leonor Alves Gonçalves, Nuno Miguel de Oliveira Custódio, Celina Maria Quintas Nascimento Mendonça, João Carlos Macedo Viegas, Isabel Cristina Gomes dos Santos Silva Lourenço e Diogo Manuel Henrique Nobre Félix Barreto), quatro do Partido Socialista (Alexandra Nunes Esteves Tavares de Moura, Jorge Manuel Damas Martins Rato, Maria de Fátima da Silva Fernandes Brito Filipe e Ricardo Correia Fernandes), dois do Partido Social Democrata (Sónia Maria Antas de Barros Amado Gonçalves e Miguel Martins Galvão da Cruz Bugalho), dois do Grupo Político Municipal Evoluir Oeiras (Mónica dos Santos Albuquerque Correia e David Machado Ferreira), um do Partido Iniciativa Liberal (Romeu Rabaça Monteiro), um do Partido Chega (Francisco O'Neill Marques), um do Grupo Político Municipal Inovar União Algés (João Manuel d'Oliveira Antunes), um do Grupo Político Municipal Inovar Barcarena (Bárbara Cristina Farinha Nunes Silva), um do Grupo Político Municipal Inovar Carnaxide Queijas (Inigo Arcanjo da Cunha Fialho e Pereira), um do Grupo Político Municipal Inovar Oeiras Paço de Arcos Caxias (Maria Madalena Pereira da Silva Castro) e um do Grupo Político Municipal Inovar Porto Salvo (Dinis Penela Antunes), com um voto contra da Coligação Democrática Unitária (Carlos Alberto de Sousa

Coutinho) e com uma abstenção do Partido Pessoas-Animais-Natureza (Ana Sílvia Rodrigues Paixão Ferreira Marques). -----

-----Os Senhores Deputados Maria Carolina Candeias Tomé, do Grupo Político Isaltino Inovar Oeiras, Jorge Manuel Madeiras Silva Pracana, do Partido Social Democrata, Tomás Perestrelo de Vasconcelos Cardoso Pereira, do Grupo Político Municipal Evoluir Oeiras e João Rafael Marques Santos, da Coligação Democrática Unitária, não estavam presentes na altura da votação.-----

-----Esta deliberação foi aprovada em minuta, a qual se dá por transcrita:-----

-----“**DELIBERAÇÃO N.º 160/2023**-----

-----**PROPOSTA C.M.O N.º 875/2023 – DPOC – TAXA MUNICIPAL DOS DIREITOS DE PASSAGEM (TMDP)**-----

-----A Assembleia Municipal de Oeiras tomou conhecimento da proposta número oitocentos e setenta e cinco barra dois mil e vinte e três, a que se refere a deliberação número oito da Reunião da Câmara Municipal realizada em dezoito de outubro, e deliberou por maioria, com trinta e dois votos a favor, sendo dezassete do Grupo Político Municipal Isaltino Inovar Oeiras, quatro do Partido Socialista, dois do Partido Social Democrata, dois do Grupo Político Municipal Evoluir Oeiras, um do Partido Iniciativa Liberal, um do Partido Chega, um do Grupo Político Municipal Inovar União Algés, um do Grupo Político Municipal Inovar Barcarena, um do Grupo Político Municipal Inovar Carnaxide Queijas, um do Grupo Político Municipal Inovar Oeiras Paço de Arcos Caxias e um do Grupo Político Municipal Inovar Porto Salvo, com um voto contra da Coligação Democrática Unitária e com uma abstenção do Partido Pessoas-Animais-Natureza, aprovar o percentual de zero vírgula vinte e cinco por cento sobre a faturação mensal emitida pelas empresas que oferecem redes e serviços de comunicações eletrónicas acessíveis ao público, em local fixo, para todos os clientes finais do Concelho de Oeiras face à Taxa Municipal de Direitos de Passagem (TMDP), a aplicar para o ano dois mil e vinte e quatro, conforme proposto pelo órgão



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

Executivo do Município traduzido naquela deliberação.-----

----- Mais foi deliberado, por unanimidade dos presentes, aprovar em minuta esta parte da ata.”-----

4.7.1.1. O Senhor Deputado Jorge Rato (PS), fez a seguinte Declaração de Voto:-----

----- “Declaração de Voto relativa às propostas sobre o Imposto Municipal sobre Imóveis respeitante ao ano de dois mil e vinte e três a liquidar em dois mil e vinte e quatro, o Imposto sobre o Rendimento de Pessoas Singulares para dois mil e vinte e quatro, o Lançamento da Derrama relativa ao ano de dois mil e vinte e três a ser cobrada em dois mil e vinte e quatro e a Taxa Municipal dos Direitos de Passagem.-----

----- O Partido Socialista defendeu, no programa eleitoral com que se apresentou às eleições autárquicas de dois mil e vinte e um, prescindir de parte da participação municipal variável dos cinco por cento do IRS, para criar uma política de apoio às famílias residentes no Concelho, bem como reduzir as taxas do IMI e introduzir uma Política Ativa de Derrama, com diferentes escalões, favorecendo as empresas de tecnologia inovadora, sustentáveis do ponto de vista energético, bem como a recuperação de empresas afetadas pela pandemia, e ainda a introdução de benefícios a empresas que apoiem o emprego a residentes em Oeiras.-----

----- Ao longo dos últimos anos, a Câmara Municipal tem vindo a proceder à redução dos impostos, nomeadamente o IRS, o IMI e a Derrama, mantendo inalterada o valor da Taxa Municipal dos Direitos de Passagem.-----

----- Inesperadamente, sem que o justifique de forma consistente, vem agora propor um agravamento da Derrama.-----

----- Assim, e atento o teor das propostas agora apresentadas em reunião da Assembleia Municipal, o Partido Socialista considera que as propostas sobre o Imposto sobre o Rendimento de Pessoas Singulares para dois mil e vinte e quatro e a Taxa Municipal dos Direitos de Passagem relativa ao ano de dois mil e vinte e três a ser cobrada em dois mil e vinte e quatro, ao manterem

os valores fixados nos anos anteriores, encontram-se em linha com o defendido pelo Partido Socialista no seu programa eleitoral, pelo que, em coerência, votamos favoravelmente estas propostas. - -----

-----Quanto à proposta sobre o Imposto Municipal sobre Imóveis respeitante ao ano de dois mil e vinte e três a liquidar em dois mil e vinte e quatro, afigura-se que a proposta não enuncia a norma relativa à dedução fixa no que concerne ao IMI familiar. Aceitando como juridicamente correto o esclarecimento prestado acerca da não necessidade em incluir esta norma na proposta de deliberação, atento o facto de já constar no Regulamento de Atribuição de Benefícios Fiscais aplicáveis a Impostos do Município de Oeiras, publicado no Diário da República – segunda série, número cento e cinquenta e oito, de dezasseis de agosto, o Partido Socialista votará favoravelmente a proposta. -----

-----Finalmente, quanto à proposta de Lançamento de Derrama relativa ao ano de dois mil e vinte e três a ser cobrada em dois mil e vinte e quatro, a Câmara Municipal optou pelo seu agravamento de um vírgula quarenta por cento para um vírgula cinquenta por cento sobre o lucro tributável sujeito e não isento de imposto sobre o rendimento das pessoas coletivas, o que contraria frontalmente a estratégia de captação de empresas para o território e não tem em linha de conta a necessidade de estimular a economia e o emprego, não correspondendo ao que defendemos pelo que, votamos contra. Oeiras, catorze de novembro de dois mil e vinte e três. Muito obrigado.” ---

4.8. Apreciação e Votação da Proposta CMO N.º 901/2023 – DMEDSC/DDS/DCS - relativa aos Acertos relativos ao Processo de Participação Financeira às Uniões de Freguesia e à Junta de Freguesia de Porto Salvo para funcionamento dos estabelecimentos de infância – 2.º Trimestre de 2023 (os documentos relativos a esta Proposta ficam arquivados, como anexos, na pasta desta Sessão) -----

-----O Senhor Deputado Romeu Monteiro (IL) fez a seguinte intervenção:-----

-----“Em relação a esta proposta sobre os acertos relativos ao processo de participação



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

financeira às Uniões de Freguesia e à Junta de Freguesia de Porto Salvo para funcionamento dos estabelecimentos de infância do segundo trimestre de dois mil e vinte e três, queria fazer um pedido de clarificação da proposta. -----

----- Com base no que consegui perceber, o financiamento que está a ser feito para o qual estamos a fazer os acertos, tem por base os salários dos colaboradores. É isso que entendo da proposta. Enquanto o modo habitual de financiamento dessas parcerias com instituições privadas, costuma ser em função do número de utentes servidos e do tipo de serviços prestados, é assim que a Segurança Social financia as instituições...” -----

----- **A Senhora Presidente da A.M.** interrompeu e disse o seguinte: -----

----- “Senhor Deputado, o Senhor está aqui de novo e esta situação é uma coisa que tem muitos anos. Eu penso que talvez não fosse pior o Senhor pedir à sua colega, que já sabe do que se trata, lhe explicasse. Isto porque, se cada vez que vem alguém de novo para esta Assembleia, nós formos fazer este historial, bem ... é um bocado pesado.” -----

----- **O Senhor Deputado Romeu Monteiro (IL)** respondeu e disse o seguinte: -----

----- “Não é isso, eu falei com minha colega. Eu tenho o nosso historial de voto, li a proposta e só quero confirmar, porque, de facto, não é proporcional, não é standard, financiar-se os colaboradores. É normal financiar-se os serviços, os utentes, o tipo de serviços. É isso que queria confirmar. Se é assim, se há uma razão, uma justificação para saber se deste modo, se houver uma justificação queria ouvi-la.” -----

----- **A Senhora Presidente da A.M.** disse o seguinte: -----

----- “Não sei, não devo ser eu a esclarecer, não sei se o Senhor Presidente ou o Senhor Vice-Presidente querem esclarecer ou se quiserem eu esclareço.” -----

----- **O Senhor Presidente da C.M.O.** disse o seguinte: -----

----- “É melhor, Senhora Presidente porque eu demoro meia hora para fazer a história disto.” -----

----- **A Senhora Presidente da A.M.** prestou os seguintes esclarecimentos: -----

-----“Quando os estabelecimentos de infância foram entregues, um à Paróquia e outro à Santa Casa da Misericórdia, os funcionários que tinham, alguns eram funcionários da Câmara Municipal. Tinham um vencimento diferente daqueles que eram pagos pela Segurança Social, daí que há um compromisso da Câmara de pagar o diferencial entre o dois. É esta a questão e todos os que vêm aqui a aparecer são todos a mesma coisa.” -----

-----O **Senhor Deputado Romeu Monteiro (IL)** disse o seguinte: -----

-----“Muito obrigado.” -----

-----A **Senhora Presidente da A.M.** disse o seguinte: -----

-----“Posso então pôr à votação a proposta?” -----

4.8.1. VOTAÇÃO-----

-----A Senhora Presidente submeteu à votação esta proposta, a qual foi aprovada, por unanimidade dos presentes, com trinta e três votos a favor, sendo dezasseis do Grupo Político Municipal Isaltino Inovar Oeiras (Elisabete Maria de Oliveira Mota Rodrigues de Oliveira, António Maria Balcão Vicente, António Pita de Meireles Pistacchini Moita, Maria de Fátima dos Santos Rodrigues, Rui Manuel Pessanha da Silva, Ednilson Gilberto Lopes Fernandes Sousa dos Santos, Maria Paula Neto Figueira Martins da Silva, José Maria Godinho Montezo, Rui Pedro Gersão Lapa Miller, António Maria Passos Rosa Lopes da Costa, Domingos Ferreira Pereira dos Santos, Diana Leonor Alves Gonçalves, Celina Maria Quintas Nascimento Mendonça, João Carlos Macedo Viegas, Isabel Cristina Gomes dos Santos Silva Lourenço e Diogo Manuel Henrique Nobre Félix Barreto), quatro do Partido Socialista (Alexandra Nunes Esteves Tavares de Moura, Jorge Manuel Damas Martins Rato, Maria de Fátima da Silva Fernandes Brito Filipe e Ricardo Correia Fernandes), dois do Partido Social Democrata (Sónia Maria Antas de Barros Amado Gonçalves e Miguel Martins Galvão da Cruz Bugalho), dois do Grupo Político Municipal Evoluir Oeiras (Mónica dos Santos Albuquerque Correia e David Machado Ferreira), um da Coligação Democrática Unitária (Carlos Alberto de Sousa Coutinho), um do Partido Iniciativa Liberal



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

(Romeu Rabaça Monteiro), um do Partido Chega (Francisco O'Neill Marques), um do Partido Pessoas-Animais-Natureza (Ana Sílvia Rodrigues Paixão Ferreira Marques), um do Grupo Político Municipal Inovar União Algés (João Manuel d'Oliveira Antunes), um do Grupo Político Municipal Inovar Barcarena (Bárbara Cristina Farinha Nunes Silva), um do Grupo Político Municipal Inovar Carnaxide Queijas (Inigo Arcanjo da Cunha Fialho e Pereira), um do Grupo Político Municipal Inovar Oeiras Paço de Arcos Caxias (Maria Madalena Pereira da Silva Castro) e um do Grupo Político Municipal Inovar Porto Salvo (Dinis Penela Antunes).-----

----- Os Senhores Deputados Nuno Miguel de Oliveira Custódio, Maria Carolina Candeias Tomé, do Grupo Político Isaltino Inovar Oeiras, Jorge Manuel Madeiras Silva Pracana, do Partido Social Democrata, Tomás Perestrelo de Vasconcelos Cardoso Pereira, do Grupo Político Municipal Evoluir Oeiras e João Rafael Marques Santos, da Coligação Democrática Unitária, não estavam presentes na altura da votação. -----

----- Esta deliberação foi aprovada em minuta, a qual se dá por transcrita:-----

----- **“DELIBERAÇÃO N.º 161/2023**-----

----- **PROPOSTA C.M.O N.º 901/2023 – DCS – ACERTOS RELATIVOS AO PROCESSO DE COMPARTICIPAÇÃO FINANCEIRA ÀS UNIÕES DE FREGUESIA E À JUNTA DE FREGUESIA DE PORTO SALVO PARA FUNCIONAMENTO DOS ESTABELECIMENTOS DE INFÂNCIA – 2.º TRIMESTRE DE 2023**-----

----- A Assembleia Municipal de Oeiras tomou conhecimento da proposta número novecentos e um barra dois mil e vinte e três, a que se refere a deliberação número quarenta e nove da Reunião da Câmara Municipal realizada em vinte e cinco de outubro, e deliberou por unanimidade dos presentes, com trinta e três votos a favor, sendo dezasseis do Grupo Político Municipal Isaltino Inovar Oeiras, quatro do Partido Socialista, dois do Partido Social Democrata, dois do Grupo Político Municipal Evoluir Oeiras, um da Coligação Democrática Unitária, um do Partido Iniciativa Liberal, um do Partido Chega, um do Partido Pessoas-Animais-Natureza, um do

Grupo Político Municipal Inovar União Algés, um do Grupo Político Municipal Inovar Barcarena, um do Grupo Político Municipal Inovar Carnaxide Queijas, um do Grupo Político Municipal Inovar Oeiras Paço de Arcos Caxias e um do Grupo Político Municipal Inovar Porto Salvo, aprovar a atribuição da comparticipação financeira à União das Freguesias de Algés, Linda-a-Velha e Cruz Quebrada/Dafundo, da União das Freguesias de Oeiras e São Julião da Barra, Paço de Arcos e Caxias, da União das Freguesias de Carnaxide e Queijas e da Junta de Freguesia de Porto Salvo uma vez que há défice face ao montante atribuído para o segundo trimestre de dois mil e vinte e três: -----

-----Juntas das Uniões de Freguesia e Freguesias – Valor -----

-----União das Freguesias de Algés, Linda-a-Velha e Cruz Quebrada/Dafundo – treze mil trezentos e sessenta e nove euros e noventa e seis cêntimos; -----

-----União das Freguesias de. Oeiras e São Julião da Barra, Paço de Arcos e Caxias – mil quinhentos e dezasseis euros e vinte e quatro cêntimos; -----

-----União das Freguesias de Carnaxide e Queijas – mil quatrocentos e noventa euros e noventa e dois cêntimos;-----

-----Junta de Freguesia de Porto Salvo – dez mil trezentos e noventa e dois euros e três cêntimos, conforme proposto pelo órgão Executivo do Município traduzido naquela deliberação.

-----Mais foi deliberado, por unanimidade dos presentes, aprovar em minuta esta parte da ata.” -----

-----A Senhora Presidente da A.M. disse o seguinte: -----

-----“Meus senhores, não se levantem, pois, temos dois munícipes que pediram para usar da palavra.” -----

5. INTERVENÇÃO DO PÚBLICO -----

5.1. O Senhor João Paulo Saraiva, representante da APROSOC - Associação de Proteção e Socorro, fez a seguinte intervenção:-----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

----- “A APROSOC - Associação de Proteção Civil, agradece ao Município o facto de estar a dar resposta adequada à maioria das situações de risco por nós reportadas. -----

----- Quanto às cheias e inundações, constata-se, de facto, uma embrionária melhoria na organização na prevenção, mitigação e resposta, mas não tenhamos ilusões, as últimas chuvas não se assemelham às do ano passado.-----

----- Por outro lado, congratulamo-nos e, parabenizamos a Autarquia pela instalação (embora tardia) de comportas em Algés e a instalação do sistema de aviso sonoro que desejamos seja testado e efetuada a ação de sensibilização à população antes dos próximos fenómenos hidrológicos extremos, para a correta interpretação e ações sequentes expectáveis.-----

----- Importa salientar que nem tudo está a correr bem com as comportas, sem suportes de arrumação em tempo seco constituem por isso um novo risco, o de queda em cima de alguém quando encostadas às paredes ou serem arremessadas por um tornado ou um ciclone que venha a ocorrer.-----

----- Falta também ainda explicar aos residentes, como funciona a aplicação das comportas e, se o último residente a aplicá-las fica impedido de aceder à habitação, bem como o plano de emergência carece de ser adaptado para situação de incêndio ou emergência médica e tudo isto tem que ser pensado.-----

----- O Concelho pode ter, de facto, muitos bombeiros no papel, mas infelizmente não os tem nos teatros de operações, os voluntários têm as suas atividades profissionais, a sua atividade escolar e não estão disponíveis sempre que necessário. Observam-se frequentemente no Concelho, e recentemente durante as ações de prevenção e mitigação de efeitos hidrológicos que, há veículos de bombeiros cuja tripulação é no quadro operacional de quatro ou cinco elementos e, tinham na maioria dos casos somente dois elementos, situação que não contribui para a segurança no trabalho face às funções a desempenhar por aqueles operacionais. -----

----- A contratação de bombeiros também não está a correr bem, há corporações a oferecer

o salário mínimo nacional e mais umas centenas de euros por fora, situação que não é vantajosa ao trabalhador em caso de baixa, indemnização por doença ou acidente no trabalho ou reforma. -

-----Queremos fazer uma nota de elogio aos Bombeiros Profissionais e Voluntários do Concelho que, com parcas remunerações e um estatuto social que tanto deixa a desejar, dão todos os dias o seu melhor desdobrando-se, por vezes, de forma quase sobre-humana para dar a resposta possível. --- -----

-----Parabenizamos o Serviço Municipal de Proteção Civil, por ter finalmente os Técnicos licenciados em Proteção Civil que aqui reivindicámos, teve finalmente a iniciativa de fazer uma ação de sensibilização (no caso em Algés), pese embora o facto de anunciada com pouca antecedência e em canais a que nem todos têm acesso, estando por isso no bom caminho para se tornar um efetivo serviço municipal de proteção civil, isto se o quadro de pessoal for adequadamente complementado com os níveis técnicos e especialidades em falta, bem como o imprescindível apoio dos voluntários quer das Unidades Locais de Proteção Civil, a ser criadas, quer de outras organizações de proteção civil, sendo que, quer umas quer outras, têm pessoal que, em alguns casos por situação de reforma, noutros por disponibilidades coincidentes, podem dar importantes contributos complementares e convergentes no âmbito das atividades de proteção civil e socorro. -- -----

-----Para terminar, queremos sugerir uma campanha a sério de combate à largada de todo o tipo de resíduos na via pública que contribuem para a obstrução dos sistemas de escoamento de águas, provocando obstruções como a que existe na parte entubada da ribeira de Algés, com milhões de beatas de cigarros, plásticos de todas as formas e feitios, garrafas de vidro, peças de roupa, etc. É necessário educar os residentes e, os novos residentes do Concelho (com especial sensibilidade sobre as diferentes culturas), urge investir na proteção do ambiente e da natureza com pelo menos o mesmo empenho com que se investiu na Jornada Mundial da Juventude. Comportamentos mais responsáveis possibilitam mitigar consequências dos fenómenos extremos.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

----- Muito gratos pela vossa inestimável atenção, saudações fraternas. Boa noite.”-----

5.2. A Senhora Maria Luís Moreno, município de Lisboa, fez a seguinte intervenção:-----

----- “Eu irei enviar para os Senhores Vereadores todo o suporte documental a que me vou referir na minha breve intervenção. -----

----- Eu queria trazer ao conhecimento desta Assembleia que, no passado dia quatro de setembro foi publicado um artigo jornalístico no Jornal Observador que vinha, enfim, a dizer mal da Câmara Municipal de Coimbra porquanto esta apoia uma associação de nome Nova Acrópole. Esse artigo jornalístico dizia que é uma seita e que é uma associação que realmente terá sido qualificada nestes termos, nomeadamente por tribunais em Espanha e em França.-----

----- Ora sucede que esta Associação Nova Acrópole é acarinhada pela Câmara Municipal de Oeiras e tenho a certeza absoluta que esta o faz na maior da boa fé. -----

----- Eu, realmente, fui membro desta Nova Acrópole e sei, de facto, que é uma seita. Eu não venho aqui para convencer ninguém deste facto, aliás, enfim, é tudo muito difícil de provar, mas, de facto, algumas circunstâncias que são absolutamente objetivas e que se passam no seio desta associação e que eu acho que é meu dever cívico trazer ao conhecimento desta câmara e espero que realmente as relações da Câmara com esta associação sejam, de facto, modificadas em face dos conhecimentos que eu venho aqui trazer hoje.-----

----- Uma das circunstâncias absolutamente objetivas e como disse no princípio, depois envio a prova documental.-----

----- É uma Associação que não passa recibos, portanto, não há menor transparência financeira e não há o cumprimento de uma obrigação legal como o próprio Presidente desta Associação, Doutor Paulo Loução reconhece. Aliás, troquei vários e-mails com ele sobre este e outros assuntos que também irei enviar para os Senhores Vereadores analisarem, se assim o entenderem. Portanto, isto é um facto objetivo, é uma associação que não cumpre a lei e não cumpre porque, enfim, ninguém pede (basicamente é assim, à boa maneira portuguesa) recibos e,

portanto, eles não são emitidos e quando há uma pessoa que para aferir do nível ético e de transparência da organização resolve pedir os recibos, dizem: “Com certeza, vamos enviar, tem todo o direito, etc.”, mas eu disse: “Atenção, meus senhores, não me vão enviar uma data de recibos com uma numeração consecutiva”. A enviarem os meus recibos significa que vão ter que enviar os recibos dos outros membros e, portanto, eles nunca foram enviados. Aliás, já realizei também uma queixa à Autoridade Tributária aqui do Concelho de Oeiras.-----

-----Outra situação também é absolutamente objetiva é que há imensas atividades que esta organização realiza e usam instalações desta Câmara Municipal, seja no Auditório do Parque dos Poetas, instalações no Palácio dos Aciprestes, o Salão Nobre do Palácio Marquês de Pombal, portanto, há imensas instalações, inclusive, eles têm uma sede aqui em Oeiras, na Rua dos Lagares da Quinta, que é pertença da Câmara. Portanto, o apoio desta Câmara é extenso e, de facto, não é aceitável que depois as atividades que esta seita realiza nestas instalações da Câmara não estejam devidamente publicitadas na Agenda Cultural da Câmara e isso também é uma coisa que é fácil de verificar. Eu tenho alguns exemplos de eventos que foram realizados em determinadas datas e nunca aparecem na Agenda Cultural da Câmara. Isto pode parecer estranho, mas, de facto, o “modus operandi” desta organização faz com que não lhes interesse que as atividades sejam frequentadas pelo cidadão comum. Atividades são uma maneira, enfim, de catequizar os membros da associação, digamos assim. -----

-----Passa-se ainda que, no caso desta situação aqui em Oeiras, há um conflito de interesses, porquanto a ilustre Diretora Municipal, a Senhora Doutora Paula Saraiva, é também membro desta associação. -----

-----Era realmente aquilo que eu queria trazer ao vosso conhecimento. Muito obrigada e boa noite. -- -----

-----Deseja interrogar-me?!” -----

5.3. A Senhora Presidente da A.M. disse o seguinte: -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

----- “Não tenho nada a acrescentar, desconheço a associação e pela morada que disse, só lá conheço moradias.” -----

----- A **Senhora Maria Luís Moreno, município de Lisboa**, respondeu o seguinte: -----

----- “Rua dos Lagares da Quinta, não vamos pensar que a morada não existe, não é? Está no site. É uma morada que pertence à Câmara Municipal de Oeiras posso-lhe garantir. Oh minha Senhora foi-me dito e poderão fazer favor de verificar, mas mudaram de umas instalações da Câmara para outras instalações da Câmara, estas últimas onde já estão há dois ou três anos, que são nesta Rua dos Lagares da Quinta.” -----

----- A **Senhora Presidente da A.M.** perguntou o seguinte: -----

----- “O Senhor Presidente, quer esclarecer.... fala primeiro o Senhor Presidente, mas...”-

5.4. O Senhor Presidente da C.M.O. prestou os seguintes esclarecimentos:-----

----- “Relativamente à intervenção do Senhor João Saraiva, eu vou pedir à Senhora Presidente da Assembleia que com urgência seja remetida a sua intervenção à Câmara Municipal, porque realmente foi muito extensa e poderá haver alguma resposta ou informação que lhe deva ser enviada e, portanto, deverá ser analisada essa situação. -----

----- Relativamente a esta última intervenção da Senhora ... como é que se chama? -----

----- Bom, não tenho muito a dizer-lhe, acho que a intervenção que fez aqui possivelmente deveria ser canalizada para a Polícia Judiciária ou para o Ministério Público, se é uma seita... que não é legal, não é? Se é uma seita... foi a expressão que foi utilizada, de que se trata de uma seita. Não sei se seria este o lugar próprio para vir pôr o problema, poderia ter-se dirigido à Câmara Municipal, pedir até uma audiência ao Presidente da Câmara e expor a situação ou poderia ter ido à Polícia Municipal ou à Polícia de Segurança Pública, mas não, veio aqui a esta Assembleia Municipal, naturalmente, dando quase como alarme social, chamando a atenção para uma seita que porventura está a ser acolhida pela Câmara. -----

----- Ora bem, eu vou dizer aquilo que conheço dessa “seita”. A ideia que tenho é que é

uma instituição idónea, que desenvolve atividades de natureza cultural no nosso Concelho e fora dele. A seu tempo recebeu realmente instalações cedidas pela Câmara Municipal, como associação devidamente legalizada.-----

-----Realiza, como digo, várias atividades culturais e se porventura não são devidamente publicitadas nas redes sociais da Câmara, só significa que a Câmara não sabe fazer a propaganda que devia. Isto porque, em princípio todas as atividades culturais realizadas no Concelho, era importante que fossem publicitadas nas redes sociais do Município.-----

-----É claro que o que disse aqui tem uma certa gravidade e, portanto, aquilo que eu lhe agradeço e que faça chegar à Câmara Municipal ou a esta Assembleia, visto ter vindo aqui, os documentos comprovativos de que efetivamente se trata... olhe, por exemplo, eu só não sou sócio dessa Associação porque não me convidaram, porque se me tivessem convidado eu tinha aceite. Isto porque algumas das atividades culturais que tem desenvolvido precisamente no Parque dos Poetas e julgo que na Galeria Verney são muito interessantes, tem uma clientela própria, muita gente assiste a essas palestras e conferências que realizam. Portanto, para mim é uma novidade aquilo que disse aqui, mas se porventura, se for assim, obviamente que a Câmara Municipal não deixará de tomar providências. Mas, precisamente por isso, aguardamos então que faça chegar essas provas que têm, porque há até questões que, eventualmente, ultrapassam aquilo que é a capacidade de intervenção da Câmara Municipal, mas têm é que documentar, não pode ter sido um capricho ter vindo aqui, usar da palavra como usou e pôr uma instituição que para mim pelo menos e para a Câmara Municipal, é uma instituição com a máxima idoneidade, portanto...” ----

-----**A Senhora Maria Luís Moreno, munícipe de Lisboa, interveio, mas dado que o fez sem microfone, não foi possível transcrever o que foi dito.**-----

-----**O Senhor Presidente da C.M.O.** continuou a sua intervenção:-----

-----“Minha Senhora agora já não... agora tem que aguardar. O que digo é que faça o favor de chegar à Assembleia ou a Câmara essa documentação comprovativa e a Câmara Municipal



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

ajuizará. Não podemos só apenas porque a Senhora faz esta declaração, a dada altura pode-se vir a descobrir que a Senhora já foi sócia da Associação também, portanto, se calhar já foi... não sei se foi, estou só a supor...” -----

----- A **Senhora Presidente da A.M.** interrompeu e disse o seguinte: -----

----- “O seu tempo de intervenção esgotou.” -----

----- O **Senhor Presidente da C.M.O.** continuou a sua intervenção: -----

----- “Eu não a interrompi. Portanto, o que é que acontece é que não sabemos quais são as relações que a Senhora tem com a Associação, pode estar zangada com eles e, portanto, veio aqui à Assembleia Municipal pôr o problema. Agora tem que apresentar provas daquilo que disse. Obrigado.” -----

5.5. O Senhor Deputado António Vicente (IN-OV) disse o seguinte: -----

----- “Dá-se o caso de que eu conheço bastante bem, diria mesmo muito bem, o tipo de atividade que esta Associação desenvolve. Desconheço simultaneamente, qual a sua forma de funcionamento em termos fiscais e sobre essa questão, não posso tecer qualquer comentário. -----

----- Quanto à atividade que desenvolve, classificá-la como seita., eu diria que é uma acusação de tal forma grave, porque caluniosa, porque profundamente caluniosa, é de uma gravidade extrema. -----

----- Aquilo que eu conheço desta Associação, eu já frequentei muitos dos cursos que esta desenvolve. São cursos de índole cultural e filosófico com as quais podemos concordar ou não em termos de leitura, mas que são, efetivamente, de uma grande profundidade cultural, onde são expostas teorias de autores perfeitamente divulgados desde o século dezanove, correntes filosóficas aceites como correntes filosóficas em todo o mundo civilizado e que simultaneamente têm desenvolvido uma atividade editorial, nomeadamente através de uma editora de nome Ésquilo, que desenvolveu ao longo dos anos a edição de um leque editorial de grande qualidade, não só a nível de divulgação, mas, mesmo de publicação de obras científicas que, de facto, eu não sei como

considerar, a não ser como talvez a hipótese que o Senhor Presidente avançou, de a Senhora poderá estar zangada, mas classificar aquela associação como seita é extremamente grave. Sobretudo se atendermos ao conceito quase instintivo que nós atribuímos à palavra seita. Eu confesso que não sei qual é a definição jurídica de seita segundo a legislação portuguesa, mas suponho que não seja muito agradável, eu nem sequer me atrevera a classificar como seitas algumas instituições religiosas instituídas em Portugal simplesmente pelo facto de se considerarem religiosas. Ora esta associação é, efetivamente, uma associação cultural, de grande qualidade e só fica muito bem à Câmara Municipal todo o apoio que lhe tem dedicado, porque tem contribuído para a formação cultural de muitos dos moradores deste Concelho. Disse, Senhora Presidente.” -----

5.6. A Senhora Presidente da A.M. disse o seguinte: -----

-----“Eu queria só dizer à Senhora munícipe que aqui interveio que, vir aqui nesta Assembleia, fazer as acusações que fez sem ter provas é grave. Porque por acaso, um dos membros desta Assembleia conhecia a Associação e falou sobre ela. Agora tanto aqui, como em qualquer lugar, enfim, eu aconselho que não se faça, que a Senhora não faça as acusações ou então que tenha maneira de as provar. Isto porque a Senhora declarou aqui que fazem atividades, que não passam recibos, que não passam faturas, que é uma seita, enfim, fez várias acusações. Eu desconheço a instituição e muitos dos senhores deputados também desconhecem e, portanto, foi aqui levantada... ou é verdade e a Senhora consegue prová-lo ou então é uma calúnia, o que é muito grave, porque estive aqui a fazer acusações que não provadas são muito graves. Portanto, eu chamo a atenção à pessoa, à munícipe veio aqui fazer estas acusações e a todos, as pessoas, de que esta Assembleia está aberta para as intervenções dos seus munícipes, mas não para calúnias, para difamações, que é aquilo que aconteceu porque, no fundo, estas acusações, a Senhora não as consegue provar. Mas eu não lhe chamarei calúnias e convidá-la-ei a fazer prova daquilo que disse, pode enviar para esta Assembleia por email e meus senhores...” -----

-----**A Senhora Deputada Mónica Albuquerque (EO) interveio, mas dado que o fez**



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

com o microfone desligado, não foi possível transcrever o que foi dito. -----

----- **A Senhora Presidente da A.M.** disse o seguinte:-----

----- “Não, desculpe, a Senhora não pediu a palavra na altura devida. Não, não, desculpe. -

----- Quando o Senhor Deputado António Vicente (IN-OV) falou, a Senhora não estava inscrita.” -- -----

5.7. A Senhora Deputada Mónica Albuquerque (EO) disse o seguinte: -----

----- “Senhora Presidente, eu até pedi a palavra até antes do Senhor Deputado António Vicente (IN-OV).” -----

----- **A Senhora Presidente da A.M.** disse o seguinte:-----

----- “E eu olhei para si várias vezes, precisamente porque a Senhora costuma usar da palavra...” -----

----- **A Senhora Deputada Mónica Albuquerque (EO)** disse o seguinte: -----

----- “Senhora Presidente, a munícipe ainda estava aqui quando eu pus o braço no ar.”-----

----- **A Senhora Presidente da A.M.** disse o seguinte:-----

----- “Senhora Deputada, lamento.”-----

----- **A Senhora Deputada Mónica Albuquerque (EO)** respondeu dizendo o seguinte:---

----- “Não. Eu é que lamento, desculpe lá.”-----

----- **A Senhora Presidente da A.M.** disse o seguinte:-----

----- “A Mesa não viu e a seguir a mim...” -----

----- **A Senhora Deputada Mónica Albuquerque (EO)** disse o seguinte: -----

----- “Pronto e eu estou a pedir a palavra. A Assembleia ainda não terminou e eu estou a pedir a palavra no momento certo para o fazer. Não é conveniente à Senhora Presidente que eu fale e isso já é outra questão.”-----

----- **A Senhora Presidente da A.M.** disse o seguinte:-----

----- “Senhora Deputada para mim é-me perfeitamente...” -----

-----A Senhora Deputada Mónica Albuquerque (EO) disse o seguinte:-----

-----“Então? Estou a pedir a palavra.”-----

-----A Senhora Presidente da A.M. disse o seguinte:-----

-----“Então devo-lhe dizer que a seguir a mim ninguém fala.”-----

-----A Senhora Deputada Mónica Albuquerque (EO) disse o seguinte:-----

-----“Mas a Senhora Presidente é que falou antes de me dar a palavra e eu deixei-a falar. Desculpe lá.”-----

-----A Senhora Presidente da A.M. disse o seguinte:-----

-----“Desculpe, a Senhora não se inscreveu.”-----

-----A Senhora Deputada Mónica Albuquerque (EO) respondeu dizendo o seguinte:--

-----“Inscrevi-me sim Senhor.”-----

-----A Senhora Presidente da A.M. disse o seguinte:-----

-----“Muito bem é a sua palavra contra a minha e vou dar por encerrada esta Sessão...”--

-----A Senhora Deputada Mónica Albuquerque (EO) disse o seguinte:-----

-----“Pronto, porque não é conveniente a minha intervenção.”-----

-----A Senhora Presidente da A.M. disse o seguinte:-----

-----“Oh Senhora Deputada...”-----

-----A Senhora Deputada Mónica Albuquerque (EO) disse o seguinte:-----

-----“Também houve outros deputados a pedir a palavra, isto é uma falta de consideração, Senhora Presidente, desculpe lá.”-----

-----A Senhora Presidente da A.M. disse o seguinte:-----

-----“Considere como tal, os senhores não se inscrevem na altura devida.”-----

-----A Senhora Deputada Mónica Albuquerque (EO) disse o seguinte:-----

-----“Nós inscrevemo-nos no tempo certo, eu inscrevi-me no tempo certo, a munícipe ainda aqui estava.”-----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

----- A **Senhora Presidente da A.M.** perguntou o seguinte: -----

----- “Os Senhores viram a inscrição da Senhora Deputada?” -----

----- A **Senhora Deputada Mónica Albuquerque (EO)** respondeu dizendo o seguinte:---

----- “Pronto e então? Como não viram, não se fala.” -----

----- A **Senhora Presidente da A.M.** disse o seguinte:-----

----- “Não, não se fala.”-----

----- A **Senhora Deputada Mónica Albuquerque (EO)** disse o seguinte: -----

----- “Pronto, é espetacular.” -----

6. A Senhora Presidente da A.M. conclui dizendo o seguinte:-----

----- “Senhora Deputada, dou por encerrados estes trabalhos. Muito boa noite. Boa noite a todos os que estão em suas casas e que vêm acompanhando estes trabalhos.” -----

7. ENCERRAMENTO DA REUNIÃO -----

----- A Senhora Presidente deu por encerrada a reunião às vinte horas e cinquenta minutos.

----- Para constar se lavrou a presente ata, que vai ser assinada pela Senhora Presidente, e pelos Secretários da Mesa.-----

-----A Presidente,-----

-----O Primeiro Secretário,-----

-----O Segundo Secretário,-----

